

JOSÉ RICHÁ



MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



PARANÁ
1985

53-0313
P223
-1985

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA.....	25
2.1 TRANSPORTES.....	29
2.2 ENERGIA.....	41
3. INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS SOCIAIS.....	55
3.1 EDUCAÇÃO.....	59
3.2 SAÚDE, BEM-ESTAR E SANEAMENTO.....	69
3.3 HABITAÇÃO POPULAR.....	79
3.4 CULTURA, ESPORTE E TURISMO.....	83
3.5 SEGURANÇA E JUSTIÇA.....	89
4. FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS.....	97
4.1 AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.....	101
4.2 FOMENTO ÀS ATIVIDADES INDUSTRIAIS E TERCIÁRIAS.....	111
5. OUTROS PROGRAMAS E POLÍTICAS BASE.....	119
5.1 MEIO AMBIENTE.....	125
5.2 PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO.....	131
5.3 POLÍTICAS DE MEIOS ADMINISTRATIVOS.....	135
6. APÊNDICE ESTATÍSTICO.....	149

1. INTRODUÇÃO

Senhores Membros do Poder Legislativo:

Estamos às vésperas de um tempo novo na vida político-institucional do País. Daqui a 15 dias instala-se a Nova República, momento de reconciliação da sociedade brasileira com os ideais republicanos.

No dia 15 de março, ungido pela consagração popular, explicitada no maior movimento de opinião pública de nossa história política, o Presidente eleito Tancredo Neves assumirá a mais alta magistratura da Nação.

Essa investidura, não há dúvidas, foi legitimada pelo povo no tribunal mais autêntico das democracias: a praça pública.

As demonstrações de solidariedade e aplauso ao candidato da Aliança Democrática, nos comícios e nas concentrações cívicas que, de norte a sul, mobilizaram o País, modificaram o rumo das expectativas e definiram o comportamento do Colégio Eleitoral.

Apesar de ilegítima em suas origens, aquela corte proferiu sua última decisão com o aval da vontade popular.

No decorrer desse grande movimento - iniciado, convém lembrar, na Capital do nosso Estado - a consciência cívica do povo brasileiro manifestou, sempre, de maneira expressa ou implícita, os pressupostos da delegação que outorgava, junto com a confiança e o aplauso: um mandato para que se promovam profundas mudanças, de ordem jurídica, de ordem política, de

ordem econômica e de ordem social, na estrutura institucional do País.

Por isso mesmo, ao lado do contentamento que nos empolga às vésperas do alvorecer desse novo Brasil que, acreditamos, está por vir, cabe a nós, políticos, depositários que somos desses anseios de progresso e de justiça de milhões de brasileiros, atentarmos, também, para a extrema responsabilidade do momento que estamos vivendo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

É com a consciência desta responsabilidade que compareço, pela segunda vez, a esta Casa, para cumprir o dever constitucional de relatar a situação do Estado e prestar contas das ações do Executivo, no ano de 1984.

O documento que apresento a Vossas Excelências, neste momento solene de instalação da Terceira Sessão Ordinária, da Décima Legislação, procura mostrar a fidelidade e o empenho com que, neste segundo ano de governo, continuamos trabalhando para cumprir o compromisso maior que assumimos com o povo do Paraná: promover, no âmbito do Estado, as mudanças que a sociedade brasileira exige no sentido de tornar mais democráticas as estruturas do poder e assegurar, às comunidades, uma efetiva participação nas decisões que lhes dizem respeito.

Com o apoio popular, com a ajuda das organizações da sociedade civil, com a dedicação dos servidores públicos, estamos vivendo em nosso Estado uma experiência de gestão pública comprometida com esses anseios.

Todas as diretrizes, todos os programas, todos os planos, todos os projetos e todas as ações do atual período de governo submetem-se a esse propósito: mudança.

Não interpretamos o conceito, entretanto, sob a estreita concepção de troca de pessoas, ou dos métodos empregados para realizar as obras materiais necessárias ao progresso da sociedade.

Seria estéril trocar o refrão "governar é abrir estradas", que ficou famoso em determinado período da República, por outro que dissesse: "governar é construir escolas". Em ambos há um ranço, autoritário e paternalista, de uma concepção neles embutida: a de que governar é fazer coisas "para o povo".

A mudança fundamental que se pretende, neste governo, é despertar as consciências - inclusive dos que participam da administração pública - para o entendimento, inerente à concepção fundamental da democracia, de que governar é projetar, construir, realizar, enfim, fazer coisas "com o povo".

Tem esse sentido a experiência de democratização do poder e de participação comunitária que estamos realizando, em todos os setores da administração pública estadual.

Das opções adotadas, desde o início, para aplicar essas diretrizes, mostrou-se extremamente válida a de criar junto aos órgãos da administração, em todos os níveis, representações da sociedade organizada, ou fortalecer as existentes, com o objetivo de assessorar o governo nos mais diversos campos de atuação.

Assim, tem sido valiosa para o desempenho da administração a contribuição de entidades como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES), da mais alta representatividade junto à Governadoria; o Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná (COIND), integrado hoje por 387 empresários de todas as regiões do Estado; os Conselhos Comunitários de Segurança e

de Saúde; além de outros criados ou ampliados no atual Governo.

Senhores Parlamentares:

É do conhecimento de toda a sociedade a gravíssima crise social provocada pela recessão, com o decréscimo generalizado da atividade econômica.

A taxa acumulada de queda da produção industrial brasileira, de 1980 a 1983, foi de 17 por cento. No Paraná chegamos a 21 por cento. No ramo da construção civil, grande absorvedor da mão-de-obra desqualificada, que povoa as periferias das cidades como consequência do êxodo rural, os números são ainda mais dramáticos. No Brasil, a redução dessa atividade foi de 18 por cento, nos três anos considerados. Em nosso Estado, chegou a 49 por cento. Não foi diferente o panorama no setor terciário, que caiu 5 por cento no País e 16 por cento no Paraná.

O efeito mais perverso desse processo tem sido o desemprego. São milhares as famílias atiradas ao desespero, ameaçadas pela fome e, muito mais grave, vítimas da desagregação dos valores mais mezinhas, indispensáveis à convivência social.

Para enfrentar esse quadro o Governo, utilizando os recursos disponíveis - limitados, pois todas as fontes são vinculadas a programas federais - intensificou o uso das armas clássicas de fomento, principalmente ao setor industrial, tendo como diretriz prioritária a geração de empregos.

Nesse esforço, os bancos de fomento de propriedade do Governo do Estado direcionaram 70 por cento de seus financiamentos, em 1984, para apoiar empreendimentos do setor secundário.

rio. Foram canalizados, para projetos industriais, 187 bilhões e 800 milhões de cruzeiros, 70 por cento a mais do que em 1983.

Para que Vossas Excelências tenham a exata dimensão das conseqüências do processo recessivo, chamo a atenção para o fato de que apenas 37 por cento desses recursos foram encaminhados para investimentos fixos, isto é, para instalação de novas unidades ou para expansão de indústrias existentes.

É claro que essa queda do investimento fixo das empresas paranaenses está de acordo com o panorama geral da indústria brasileira. Entretanto, em 1983, o percentual dos empréstimos para investimento fixo, concedidos pelos bancos de desenvolvimento paranaense, chegou aos 50 por cento, contrariando a tendência nacional.

O empenho em captar recursos, colocando-os à disposição das empresas, não atendeu plenamente às necessidades crescentes do mercado de trabalho. O número de empregos criados com a ação de fomento tem sido, sempre, inferior à demanda. Outros meios são necessários para enfrentar o problema.

Sem arvorar-se em dono das soluções, o governo apelou para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES), criado na atual administração e constituído por todos os titulares do primeiro escalão governamental, dos reitores das cinco universidades existentes no Estado, de representantes de todas as federações de empregados e de empregadores, e da Igreja. Dos debates do CEDES nasceu a sugestão, encaminhada ao CODESUL, que resultou na decisão de implementarem-se frentes de trabalho nos três Estados do Sul.

A partir dessas definições criamos, em agosto, o Programa Emergencial de Frentes de

Trabalho. Em conjunto com as prefeituras de Curitiba, Londrina, Foz do Iguaçu e de outras cidades, têm sido criadas ocupações, em projetos de obras públicas, para os desempregados. Paralelamente, instituíram-se programas de suplementação alimentar para as famílias mais atingidas pelo desemprego. Mais de 500 milhões de cruzeiros foram aplicados, em 1984, com essas iniciativas.

Não cultivamos o paternalismo, nessas ações. Entre as medidas contra o desemprego foram incentivadas e apoiadas as associações formadas pelos trabalhadores para prestar serviços, de naturezas diversas, principalmente em obras públicas municipais e do Estado.

São soluções de emergência. Sabemos que não resolvem, em definitivo, o problema. Têm servido, porém, para minorar o sofrimento de milhares de famílias atingidas pela crise.

Outro campo de ação, de certo modo emergencial, que teve significativo papel na criação e manutenção de empregos, foi o programa "Nosso" de apoio ao mercado informal de trabalho, já em desenvolvimento em 50 municípios. Em 1984, as vendas, no mercado interno, dos produtos desse programa, totalizaram um bilhão de cruzeiros. Paralelamente, o treinamento para mão-de-obra de baixa renda foi estendido a mais de 90 municípios e qualificou 26 mil paranaenses, 70 por cento dos quais do sexo feminino.

Fiéis à diretriz de que motivar a comunidade e apoiar suas iniciativas é a melhor maneira para encontrar soluções adequadas, incentivamos, também, a criação de companhias comunitárias de participação.

Essas instituições desempenham o papel de verdadeiros bancos de desenvolvimento de nível municipal. Congregando acionistas com pequenas

parcelas de poupança, elas aplicam os recursos na formação do capital de empresas industriais que elaboram matérias-primas regionais e destinam a produção também para os mercados locais. A experiência está sendo plenamente vitoriosa em vários municípios com a geração de renda e empregos.

A experiência dos mutirões, na construção de casas populares, na instalação de redes de eletrificação rural, na implantação de microssistemas de água, na recuperação de escolas rurais, e em outros projetos voltados às populações carentes, tem sido salutar, não só para despertar a consciência política do nosso povo mas para aprofundar o conhecimento de duras realidades, às vezes mais dramáticas do que espelham os relatórios dos estudiosos e analistas do quadro social em que vivemos.

Um exemplo, ilustra essa afirmativa. Em setembro, iniciou-se a fase preparatória para a implementação do Plano Integrado de Saúde Escolar de Santo Antonio da Platina, mutirão que envolve ações setoriais de várias secretarias e outros órgãos do Estado. Seu objetivo, além da recuperação das escolas rurais do Município, com a mobilização das comunidades locais, é identificar problemas de saúde dos alunos. Em uma primeira etapa, foram examinadas 448 crianças. Só nos exames de olhos e de ouvido constatou-se que 249 necessitavam de óculos; 319, de tratamento clínico de problemas de visão; 84, de audição e 3 casos exigiam cirurgia de olhos.

Estes números dispensam comentários. Eles refletem distorções graves na estrutura dos serviços de saúde existentes. Os contrastes são gritantes. O Paraná possui instalações e equipamentos da maior sofisticação, até em cidades do interior, nos serviços de saúde tanto da rede oficial como de instituições particulares.

Enquanto isso, a tuberculose ainda é uma doença comum e a incidência da lepra nos coloca em desconfortável lugar de destaque entre as unidades da Federação.

A linha de ação do Governo é atentar, prioritariamente, para esses aspectos do problema. Em 1984, ampliamos os serviços de diagnóstico e tratamento da tuberculose, de 235 para 282 municípios e da prevenção da hanseníase, de 244 para 289 municípios.

Somando-se à precariedade da base física de serviços de saúde de responsabilidade do Estado, a chamada crise da Previdência Social, aprofundada nos últimos anos, faz aumentar a deficiência do atendimento.

As populações de baixa renda, tanto no interior como nas periferias da Capital e das principais cidades, sentem o drama com maior intensidade.

Essa situação exigiu esforço considerável do Governo para estender a rede de atendimento básico, com a construção, ampliação e reforma de postos e centros de saúde, e um plano de distribuição espacial, das novas unidades, de maneira a atender com prioridade as regiões mais carentes. Em 1984, foram construídos, ampliados ou reformados 44 postos e centros de saúde, e estão em construção 342, representando um acréscimo de 67 por cento em relação à rede existente.

Em todas as outras áreas, o mesmo processo: decidir junto com a sociedade. Os problemas de segurança pública, por exemplo, estão sendo enfrentados com bastante sucesso, com a ajuda dos conselhos comunitários de segurança.

Até dezembro de 1984, 22 já haviam sido instalados e 31 encontravam-se em organização, em todo o Estado.

Sugerindo, trocando informações, cooperando na ação policial, esses conselhos tornaram-se exemplos de como se pode melhorar o desempenho de um setor público com a participação da comunidade.

Complementando os escassos recursos oficiais, eles já foram responsáveis pela doação de 31 viaturas para equipar postos policiais. Em contrapartida, na medida das disponibilidades, o Governo vem aumentando o efetivo policial. Essa conjugação de esforços tem sido responsável pelo melhor rendimento que vem alcançando esse setor.

Na área do ensino, temos orgulho em registrar, no ano de 1984, mais um passo na histórica decisão de transferir à comunidade o direito de escolher, em pleito direto e secreto, diretores das escolas da rede oficial de ensino. A Lei no. 7.691, que institucionalizou essa conquista, é o melhor testemunho da firmeza com que estamos cumprindo o compromisso de democratização do poder.

Não é só isso. Transferimos, também, aos maiores interessados na eficiência do ensino - os pais e os mestres - a responsabilidade direta sobre os planos de aplicação de recursos para necessidades emergenciais de material escolar, saúde e reparos nos prédios das escolas. A comunidade atendida pela escola conquistou, assim, não só o direito de escolher o diretor, mas de compartilhar, com ele, das decisões mais importantes do dia-a-dia da atividade escolar.

Se Vossas Excelências atentarem bem para o significado dessa nova prática administrativa que se implanta no sistema escolar do nosso Estado, hão de ver a amplitude de sua significação política. São milhões de pessoas espalhadas em todo o vasto território paranaense, a maioria delas condicionadas pelo am-

biente cultural autoritário que as cerca, da família ao poder constituído, que passam a viver uma experiência, nova e diária, de participação ativa em decisões que, no pequeno mundo da comunidade escolar, são importantes, muitas vezes decisivas, para o bom andamento do governo de cada uma delas.

Faz-me lembrar, Senhores Deputados, a grande escola política de formação de lideranças que eram as disputas pelos postos de comando e a participação nas decisões administrativas dos grêmios, dos diretórios, das associações acadêmicas, de nossa vida universitária. Guardadas as proporções, os novos métodos de administração escolar que instituímos, irão constituir-se, com certeza, em escolas de cidadania participativa e responsável.

Permitam que insista. Às vezes, repetir é preciso. A democratização do poder e a participação comunitária, diretrizes de nosso Partido incorporadas no Plano de Ação do Governo, têm orientado, não como uma obsessão mas como um roteiro, conscientemente assumido, todas as decisões e todos os atos da nossa administração.

A escassez de recursos específicos, destinados pelo Governo Federal para programas de saneamento básico e de habitação popular é outra consequência desastrosa da política recessiva.

É sabido que, exceto a área de educação, financiada predominantemente com recursos de origem fiscal, os demais setores da área social dependem do nível de emprego e dos salários.

O desemprego e a redução dos salários resultam, portanto, em drástica diminuição do volume de recursos do Sistema Financeiro de Habitação, de onde provêm os financiamentos

para a casa própria e para o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), do qual dependem todos os programas estaduais de obras de abastecimento de água e de serviços de esgotos.

Nos últimos dois anos as restrições ao crédito, nesses setores que dependem de financiamentos do BNH, tiveram considerável impacto negativo nos programas em execução pela COHAPAR e pela SANEPAR.

Mesmo assim, atingimos, com as obras realizadas em 1984, os índices de 86,7 por cento da população urbana do Estado atendida com serviços de água tratada e 24,7 por cento com esgotos sanitários.

Mais de 50 mil ligações domiciliares foram completadas, com a ampliação dos sistemas de abastecimento de água e 8 mil e 300 com as redes de esgotos concluídas. Os investimentos realizados nesses dois setores foram da ordem de 42 bilhões de cruzeiros.

Com as mesmas limitações, enfrentamos o problema da habitação popular para as populações de baixa renda. O uso de tecnologias alternativas no processo construtivo e a colaboração comunitária nos mutirões permitiram a implementação de programas diretamente financiados pelo Tesouro do Estado, que desembolsou 1 bilhão e 800 milhões de cruzeiros.

A redução substancial do custo unitário nesses projetos possibilitou a construção de 479 casas para famílias de baixíssima renda, pela COHAPAR, e mais 100, pela Secretaria da Administração, que concluiu com excelente resultado o primeiro conjunto habitacional construído pelo processo de solo-cimento.

No sistema convencional, financiado pelo BNH, foram construídas 1.384 casas, com investimentos de 17 bilhões de cruzeiros.

Investir em obras de infra-estrutura econômica é condição necessária para assegurar o contínuo aperfeiçoamento da qualidade de vida da população. Cuidamos dessa tarefa com a atenção que ela merece, levando sempre em conta, porém, que as obras materiais só têm sentido em função do rendimento social que promovem.

O Paraná dispõe de boa infra-estrutura econômica. No setor de transportes temos um adequado sistema de rodovias-tronco e razoável estrutura de rodovias alimentadoras. Quanto à energia elétrica, desfrutamos da confortável situação de produzirmos mais do que a demanda interna.

Em outras áreas, porém, enfrentamos sérias distorções quanto ao uso social desses recursos. Apesar do desenvolvimento recente do Estado ter repousado no dinamismo e na pujança da agricultura, a área rural sofre, ainda, de injustificável carência de suprimento de energia. Há notável deficiência, também, no sistema capilar de rodovias municipais, em parte pela fragilidade dos municípios, tanto em recursos financeiros como técnicos, para manter as condições de tráfego dessas estradas.

Intensificamos, desse modo, a realização de obras no setor de transportes, condicionando-as, principalmente, aos benefícios sociais resultantes para os produtores agrícolas.

Se a renda dos setores secundário e terciário representa, hoje, quase 86 por cento do total, cabendo à agricultura apenas 14 por cento, é verdade, também, que tanto a atividade industrial como as de comércio e serviços têm grande vinculação com a produção agrícola do Estado e, em grande parte, dependem, de modo substancial, do desempenho desta. As séries históricas sobre produto interno e renda paranaenses, publicados este ano pelo IPARDES,

mostram essa capacidade da agricultura de puxar, para cima ou para baixo, os índices de crescimento dos demais setores.

Assegurar o escoamento permanente das safras agrícolas e de outros produtos do setor agropecuário, em direção aos mercados externo e interno, além de garantir o fluxo de insumos dos mercados para os produtores, como também entre eles, é tarefa essencial do sistema de transportes do Estado.

Daí a prioridade atribuída, em primeiro lugar ao setor rodoviário e, dentro deste, em 1984, aos programas destinados a restaurar e rejuvenescer estradas em condições precárias de tráfego, principalmente as que foram danificadas pelas enchentes em 1983. As obras concluídas, nessa área, totalizaram 193 quilômetros. Outros 208 quilômetros estavam em construção ao encerrar-se o exercício.

Mas a programação mais representativa, considerando-se todo o período de governo, propõe-se a construir, restaurar e conservar 20 mil quilômetros de estradas municipais, com revestimento primário ou pavimentação rudimentar. Com mais de 25 por cento desse total já realizado, e com o novo financiamento do Banco Mundial, contratado em dezembro, temos certeza de que alcançaremos essa importante meta ainda em nosso período de Governo.

Inclui-se nesse programa a construção de 10 mil metros de pontes, obras essenciais para o objetivo de manter em tráfego permanente o sistema capilar de rodovias. Mais de 85 por cento dessa meta foi realizada, desde março de 1983, incluindo-se 6.970 metros concluídos em 1984.

A construção de novas rodovias pavimentadas é a terceira prioridade do setor rodoviário. Em 1984 foram incorporados à rede esta-

dual mais 738 quilômetros de novas estradas. Merece destaque, entre as obras entregues no ano, o trecho Piraiá do Sul - São Jerônimo da Serra, com 145 quilômetros, da Rodovia Engenheiro Ângelo Lopes, a histórica Estrada do Cerne, ligação que deu mais uma alternativa de transporte entre 19 municípios do Norte Pioneiro e o eixo Ponta Grossa - Curitiba - Paranaguá.

O Porto de Paranaguá, mais uma vez, quebra seus próprios recordes de movimentação de mercadorias, atingindo a marca de 11 milhões e 300 mil toneladas. A receita das exportações ultrapassou a cifra de 2 bilhões e 400 milhões de dólares, cerca de 9 por cento do total das exportações brasileiras. Esses números mostram a força econômica do nosso terminal marítimo e justificam plenamente a aspiração dos paranaenses para que ele continue sob o controle do Estado.

A austeridade na administração portuária, em consonância com a linha de conduta do Governo, permitiu a obtenção de recursos próprios, da ordem de 18 bilhões de cruzeiros, reinvestidos em obras indispensáveis à melhora das condições operacionais. É importante destacar que a autarquia vinha de um período de prejuízos, apesar do contínuo crescimento de movimentação de mercadorias nos últimos anos.

A navegabilidade do rio Ivaí, de sua foz, no rio Paraná, até a região de Doutor Camargo, no Norte do Estado, é de vital importância para o futuro da economia do Estado. Tivemos especial carinho para com esse projeto. Em 1984 contratamos o estudo de viabilidade, tanto do ponto de vista de navegação como do aproveitamento hidrelétrico das barragens necessárias. O diagnóstico, já concluído, indica amplas possibilidades para esse aproveitamento e o relatório final, com detalhamento do projeto, deverá ser entregue à Secretaria dos

Transportes e à COPEL, ainda neste primeiro semestre de 1985.

O Programa de Eletrificação Rural, sob o ponto de vista social o empreendimento mais importante do Governo, no setor de energia, teve que ser reavaliado pela segunda vez. Inicialmente previsto para eletrificar mais 100 mil propriedades rurais, em três anos, provavelmente alcance a meta das 120 mil propriedades tendo em vista o desempenho alcançado em 1984. Foram cadastrados mais de 50 mil interessados e assinados contratos com mais de 42 mil. Se houver continuidade nesse ritmo, nos próximos dois anos, eletrificaremos propriedades rurais em número uma vez e meia superior às que dispunham desse benefício, ao iniciar-se o Governo.

A extensão dos serviços de energia elétrica às famílias de baixo poder aquisitivo, nas áreas urbanas, também recebeu estímulo. O programa em desenvolvimento, pela COPEL, beneficia esses usuários com o parcelamento das despesas de ligação durante um ano, sem juros e sem correção monetária. Em prazos maiores, que podem chegar até 5 anos, o limite máximo de acréscimo nos custos é de 80 por cento do INPC. Até o final do ano haviam sido efetuadas 12 mil ligações, beneficiando 72 mil pessoas.

O número de ligações urbanas elevou-se para mais de 1 milhão e 200 mil, no decorrer do ano, e o consumo, também nas áreas urbanas, cresceu quase 11 por cento.

Para manter a autosuficiência do Estado na produção de eletricidade, prosseguiram as obras preliminares de construção da Usina de Salto Segredo, no rio Iguaçu.

Continuaram, igualmente, as pesquisas para novos aproveitamentos nos rios Tibagi, Piquiri e Ivaí. Os estudos sobre soluções ener-

géticas alternativas, seja para substituição de derivados de petróleo importado, ou para viabilizar recursos regionais, prosseguem.

Há projetos voltados à utilização de excedentes de bagaço de cana e de biomassas florestais, uso de energia elétrica em sistemas de transporte, aproveitamento de gás de esgoto purificado e exploração de minerais energéticos existentes no Estado.

Na área de agricultura, os programas que mereceram maior ênfase tiveram como objetivo específico o apoio institucional e técnico aos pequenos produtores e trabalhadores rurais, destacando-se as ações conjuntas com as comunidades. O Programa de Desenvolvimento da Tração Animal, que objetiva a renovação dos métodos de trabalho dos pequenos proprietários rurais; a introdução de tecnologias alternativas e o incentivo à exploração integrada das propriedades; o estímulo ao uso de sementes melhoradas; entre inúmeros outros programas, tiveram papel de destaque na organização do pequeno produtor.

A política de abastecimento caracterizou-se pela ampliação de sacolões e varejões, destinados a beneficiar pequenos produtores e consumidores de baixa renda. O projeto varejões, por exemplo, movimentou 6 mil toneladas de produtos. Os sacolões foram interiorizados e distribuíram, no ano, mais de 11 mil toneladas de hortigranjeiros.

O Programa Estadual do Meio Ambiente, coordenado por cinco Secretarias de Estado, tem o seu ponto alto no Programa de Manejo Integrado de Solos e Água - o projeto mais inovador e de maior amplitude em execução no Estado.

Já se estende por 220 municípios, atinge 338 microbacias numa extensão superior a 682

mil hectares e envolve mais de 23 mil proprietários. Primeiro programa desse porte a ser implementado na América Latina, tem merecido a atenção de técnicos e políticos de outros estados e do exterior. Delegações de 15 unidades da Federação, técnicos da FAO, toda a diretoria da EMBRAPA, estudiosos da Argentina, Uruguai, Peru, Equador, Colômbia e México já estiveram em nosso Estado para conhecer os detalhes desse projeto, desenvolvido pela Secretaria da Agricultura e que, em um ano e meio de implementação, está revolucionando os padrões de trabalho da agricultura do nosso Estado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Adotei, na formulação desta Mensagem, um novo critério, bastante diverso dos documentos que, pelo menos nos últimos dez anos, têm sido encaminhados a esta Casa.

O texto detalhado das partes que se seguem a esta Introdução está reduzido a, aproximadamente, um quarto daquele contido na Mensagem de 1983, que ainda obedeceu, em grande parte, aos padrões anteriores.

Procuramos eliminar, e espero que o tenhamos conseguido, todas as informações redundantes, supérfluas, ou mesmo aquelas que, sendo importantes dentro das estruturas do Executivo, nenhum valor tivessem para a sociedade, conseqüentemente, para merecer a atenção e o tempo de leitura de Vossas Excelências.

O objetivo que nos moveu foi facilitar ao máximo o entendimento sobre as ações que consideramos capazes de ter influência sobre a situação econômica, política, social e institucional do Estado, merecedoras, portanto, do aplauso ou da crítica da sociedade.

Também, nesta Introdução, procurei destacar apenas os aspectos mais significativos, na ação de alguns setores do Governo, que retratam a preocupação constante com o conteúdo social dos programas e projetos em execução. Preferi, por exemplo, citar as medidas que promovem a democratização do ensino do que os programas de construção de escolas e salas de aulas. Estas, Vossas Excelências encontrarão, em detalhes, nas partes subseqüentes da Mensagem.

Finalmente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quero reiterar palavras que pronunciei nesta Casa na Sessão Solene Comemorativa dos 130 anos de sua instalação:

"Em que pese à igualdade e à independência que devem existir entre as três funções clássicas do Governo que, como no mistério fundamental da cristandade, se fundem numa só pessoa, representativa de um poder único e indivisível - aquele que emana do povo e em seu nome deverá ser exercido - é o Legislativo, sem dúvida, que representa com maior autoridade a vontade popular".

É com essa convicção que reafirmo meu compromisso de continuar trabalhando, ao lado do Poder Legislativo e do Judiciário, para, irmanados com o povo de nossa terra, ajudarmos a construir um Brasil mais próspero e mais justo.

Curitiba, 1 de março de 1985.

JOSÉ RICHA
Governador do Paraná

2. COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

2. COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

Uma das características do atual estágio da economia paranaense é o peso cada vez mais acentuado do setor secundário no contexto das atividades produtivas. Esse fato não diminui a importância da agropecuária, que, pelo seu dinamismo, com respostas rápidas aos estímulos do mercado e dos incentivos governamentais, continua desempenhando função fundamental na economia do estado, não tanto de forma direta, pelo peso relativo na composição do produto e da renda, como pela participação que vem tendo na formação do produto e da renda bruta da indústria e do setor terciário. A análise dos financiamentos concedidos pelas instituições financeiras de fomento do Estado, nos últimos anos, mostra a predominância de investimentos fixos no subsetor agroindustrial, especialmente as indústrias de alimentos, de papel e celulose e destilarias de álcool - rigidamente dependentes do fornecimento de insumos da agricultura, da pecuária e da atividade florestal.

Essa realidade da nossa economia necessariamente condiciona as prioridades da política estadual de transportes. Até há poucos anos, pequenos caminhões trafegavam em nossas estradas transportando a produção agrícola. Esta, normalmente, era armazenada nas próprias fazendas. O transporte podia aguardar 2 ou 3 dias, mesmo uma semana ou mais, em tempo chuvoso, até que houvesse condições de tráfego nas estradas. Hoje, as mesmas estão sendo uti-

lizadas por veículos pesados para transporte de produtos como a cana, que não pode esperar a melhora do tempo para ser entregue nas usinas, onde centenas de operários só podem desempenhar seu trabalho mediante o suprimento ininterrupto dessa matéria-prima. Em regiões como o Oeste e o Sudoeste do Estado, há sistemas integrados de produção avícola e de suínos, que exigem o abastecimento regular e sem interrupções de insumos. O pintainho tem que sair da incubadeira em determinado dia e, impreterivelmente, chegar à propriedade naquele mesmo dia. A partir daí, durante todo o período de criação, tanto de aves como de suínos, as rações têm que chegar com regularidade, pelo menos duas vezes por semana, à propriedade, sob pena de insuportáveis prejuízos para o produtor.

No outro extremo do ciclo da produção, o animal deve sair da propriedade e ser levado, também, dentro de uma programação rigorosa, para o abatedouro, onde centenas de operários ficarão ociosos se os caminhões não chegarem no dia estabelecido. Por sua vez, se houver atraso nessa fase de abate, cria-se um grave problema para a programação dos embarques no Porto de Paranaguá, com sérios prejuízos para os navios que carregam parte dessa produção para o exterior.

Essa interdependência não se restringe aos exemplos registrados. Entretanto, sua evidência é maior no setor agropecuário, onde o fator tempo é crucial e tende a se tornar cada vez mais crítico à medida que se amplia, no Estado, a integração entre as atividades da agricultura, da pecuária e da indústria.

As mudanças ocorridas no campo passaram a exigir, também, um novo enfoque na política de energia. A disposição do Governo em oferecer melhores condições de vida e maiores facilidades de trabalho para os pequenos e médios pro-

dutores rurais - condição essencial para a existência de uma sólida classe média rural - tem, como um dos pressupostos, o suprimento de energia elétrica às propriedades de pequeno e médio porte.

Por outro lado, o reordenamento espacial que se processa na população paranaense, como o fenômeno da concentração urbana em algumas regiões, especialmente na área metropolitana da Capital e nas cidades de maior porte, vem agravando as condições de vida nas periferias desses centros urbanos. A aceleração do processo inflacionário, o achatamento salarial, o encarecimento dos serviços públicos, entre outros, são fatores cumulativos que dificultam a esses segmentos mais carentes o acesso a benefícios essenciais, como o uso da energia elétrica domiciliar.

Problemas como esse, detectados com bastante precisão no grande debate realizado com todos os segmentos da sociedade paranaense, quando se discutiram as principais metas do Plano de Ação do Governo, determinaram, com grande realismo, as prioridades que estão sendo seguidas fielmente pelos órgãos do Governo encarregados dos setores básicos de transportes e energia, áreas onde se concentram os esforços de complementação da infra-estrutura econômica do Estado.

2.1 TRANSPORTES

2.1.1 Sistema Rodoviário

A rede rodoviária paranaense é constituída de 13 mil quilômetros de estradas estaduais e federais delegadas, de todas as categorias - pavimentadas, revestidas e de leito natural - e mais de 133 mil quilômetros de rodovias municipais. A utilização cada vez mais intensa desse sistema pelos agentes da produção está exigindo que os programas de restauração, melhora e conservação da infra-estrutura já existente constituam-se na primeira prioridade governamental para o setor de transportes.

O plano de Ação do Governo já havia assumido essa opção. O problema criado pelas enchentes que alagaram o Estado em 1983, deteriorando mais ainda o sistema viário estadual e abalando a estrutura de troncos rodoviários de grande importância, tornou mais urgente a ação do Departamento de Estradas de Rodagem no cumprimento dessa meta.

Desse modo, a principal atividade no setor rodoviário, em 1984, foi a realização de obras de restauração e rejuvenescimento de rodovias que se encontravam em condições precárias de tráfego. Entre as estradas recuperadas, no exercício de 84, destacam-se: Piraí do Sul - Jaguariaíva, com 44 km, totalmente restaurada; Campo Mourão - Rio Ivaí, com 50 km (inclusive a Avenida Guaíra, em Campo Mourão), cujas obras estavam praticamente concluídas em

dezembro; Pitanga - Manoel Ribas, com 30 km; Campina da Lagoa - BR-369 (trecho Cascavel - Campo Mourão), com 18 km, e Maringá - Água Boa, com 18 km, que tiveram pavimentos restaurados; Jaguaraiá - Calógeras, com 36 km, recapada. No final do ano, 193 km de obras de rejuvenescimento e restauração de pavimento haviam sido concluídas e 208 km encontravam-se em construção.

Ainda, com a preocupação de atender às necessidades imediatas de transporte para os produtos agropecuários, definiu-se, como segunda grande meta do programa rodoviário, assegurar condições de tráfego ao sistema capilar constituído pelas estradas municipais. Com esse objetivo, já foram construídos, a partir de março de 1983, 2.500 km de rodovias com revestimento primário, 1.240 dos quais em 1984. Encontravam-se em construção, em dezembro, 317 km.

A meta do Governo é construir 20.000 km de revestimento primário ou pavimentação rudimentar nos pontos mais críticos e restaurar trechos de revestimento primário em condições precárias nas estradas capilares já existentes. Com mais de 25% desse total já realizado e com o novo financiamento contratado com o Banco Mundial em dezembro de 1984, parcela do qual se destina à aquisição de máquinas para a abertura e encascalhamento dessas estradas, será possível atingir a programação prevista até o final do atual período administrativo.

Existem, atualmente, na área do PRORURAL, 20 patrulhas mecanizadas em operação. Encontra-se em fase de concorrência e aquisição de equipamento para mais 12, totalizando 32 patrulhas que deverão executar mais de 3.000 km de novas rodovias capilares, só nos 62 municípios beneficiados por esse programa específico. Para as demais regiões do Estado, estão sendo adquiridas as máquinas que constituirão outras 21 patrulhas. Esse reforço asse-

gura igualmente a continuidade das obras de outros programas, como o PROSAFRAS e o PrAM, também voltados para a expansão do sistema de estradas municipais.

Outro importante resultado obtido no propósito de assegurar tráfego permanente à rede rodoviária capilar foi a expansão do PROPON-
TES, programa iniciado em 1983. Da meta proposta, de 10 mil metros de pontes a serem construídas no atual período de governo, 8.500 metros já foram concluídos - mais de 500 pontes em concreto nas estradas municipais - dos quais 6.970 metros em 1984. Os 1.387 metros de obras em andamento asseguram o cumprimento desse importante objetivo do programa rodoviário, proposto para o período março 1983/março 1986, já nos primeiros meses de 1985.

A construção de novas rodovias pavimentadas é a terceira grande meta do Plano de Ação do Governo. Em 1984, tiveram prosseguimento as obras do programa BID II* e foram iniciadas outras. Deu-se continuidade, também, aos programas PARANÁ I e PARANÁ II** e iniciou-se a construção das rodovias do PARANÁ III. Ao encerrar-se o ano, todas as obras constantes dessa programação, exceto uma estrada, estavam concluídas, incorporando-se mais 738 km à rede estadual de rodovias.

Em 1984, também foi negociado, com o BID, um novo empréstimo que vai assegurar a continuidade do programa de rodovias alimentadoras.

* Programas BID - rodovias alimentadoras construídas com recursos do Tesouro do Estado e financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

** Programas PARANÁ - rodovias vicinais construídas com financiamentos do Banco Mundial (BIRD), BNDES e recursos do Tesouro do Estado e do DNER.

O respectivo contrato, no valor de 117 milhões de dólares, foi assinado em dezembro.

Denominado BID III, esse novo programa prevê a construção, nos próximos 4 anos, de mais de 700 km de estradas pavimentadas. O investimento global será de 256,8 milhões de dólares e caberá ao Tesouro do Estado a contrapartida em cruzeiros - equivalente a 139,8 milhões de dólares - para a complementação dos recursos necessários à realização das obras.

Nas negociações com o BID, o Estado conseguiu substanciais modificações em relação aos programas idênticos, anteriormente financiados pelo Banco. Desta vez, os recursos não serão aplicados só na construção de novas estradas. Uma parte será utilizada na restauração e recuperação de 1.200 km de rodovias já existentes mas que estão com a pavimentação em estado precário. Outra parcela, de 26 milhões de dólares destina-se à aquisição de equipamentos, inclusive para a formação de patrulhas rodoviárias que serão utilizadas na construção, restauração e manutenção de estradas capilares.

Outro importante contrato de financiamento, no valor de 28 milhões de dólares, foi negociado e firmado em 1984 com o BNDES e com o Banco Mundial. Seu objetivo é prover recursos para o programa PARANÁ IV, que propiciará a construção de mais 316 km de rodovias vicinais pavimentadas.

Todas as obras previstas nos programas BID III e PARANÁ IV já estão contratadas. Esses dois programas, definidos em 1984, permitirão acrescentar, à rede rodoviária do Estado, mais de 1.000 km de estradas pavimentadas.

Merece destaque especial, dentre as obras de pavimentação rodoviária realizadas em 1984, a conclusão do trecho Pirai do Sul - São Jerônimo da Serra, com 145 km de extensão, da Ro-

rodovia Conselheiro Ângelo Lopes (PR-090) a antiga Estrada do Cerne. Essa ligação rodoviária possibilitou uma nova alternativa entre a Rodovia do Café e a Rodovia Parigot de Souza (PR-092) para circulação de produtos entre 19 municípios do Norte Pioneiro e o eixo Ponta Grossa - Curitiba - Porto de Paranaguá. Inserida no programa de rodovias alimentadoras, a obra, que teve investimento total na ordem de Cr\$ 40,7 bilhões, foi parcialmente financiada pelo BID.

O Governo está empenhado em incentivar programas alternativos de construção de trechos rodoviários com o uso de tecnologias mais simples. As experiências de melhor resultado, nesse campo, têm sido o emprego de trilhos fora de uso para a construção de pontes em pequenas estradas municipais e a pavimentação com pedras irregulares.

Em 1984, os principais trechos pavimentados com esse processo foram: ligação Luiziana - BR-487, com 6,1 km; estrada Verê - Águas do Verê, com 15,6 km; acesso a Paula Freitas, com 4,0 km; acesso a União da Vitória, com 2,9 km. É importante assinalar que o objetivo principal desse programa é ajudar as prefeituras a obterem maior aproveitamento dos escassos recursos financeiros de que dispõem; abrirem mercado de trabalho, nos municípios, pelo emprego intensivo de mão-de-obra que o processo exige; e ampliarem o uso de materiais de construção encontrados na região, incentivando, portanto, iniciativas locais de pequenas e médias indústrias.

Uma das providências mais importantes para assegurar a realização das obras rodoviárias indispensáveis à expansão da infra-estrutura do Estado é a negociação com os proprietários de áreas atingidas por faixas de domínio, ou para se conseguir a doação dessas áreas ou para se alcançar soluções amigáveis

nos processos de desapropriação.

Em 1984, foram indenizados 11,3 milhões de m², no valor de Cr\$ 1,1 bilhão - incluindo-se benfeitorias - e obtidos, por doação, 10,6 milhões de m², no valor de Cr\$ 1,7 bilhão.

Outra atividade essencial para assegurar continuidade à área governamental no setor rodoviário é a elaboração de projetos técnicos. Em 1984, para atender às necessidades dos diversos programas - Normal, BID, Vicinais, PRO-RURAL, PROPONTES, Restauração e Melhoramentos - e das obras sob administração direta, foram concluídos projetos de engenharia relativos a 797 km de estradas e a 4.911 m de pontes.

A Secretaria dos Transportes aplicou, no setor rodoviário, em 1984, Cr\$ 211,4 bilhões em investimentos (Cr\$ 134,1 bilhões para construção e Cr\$ 77,3 bilhões para manutenção) e Cr\$ 15,9 bilhões em dispêndios de administração. Uma das conseqüências da crise econômica que penaliza o País é a deterioração do sistema rodoviário nacional. Nem o Governo Federal nem os Estados dispõem de recursos para uma adequada manutenção das redes viárias sob suas responsabilidades. No Paraná, principalmente, é inadiável a necessidade de utilizarem-se mecanismos como o pedágio, em determinadas rodovias, prática normalmente adotada em outros estados.

A adoção dessa medida poderá viabilizar a construção de trechos paranaenses de rodovias-tronco federais de grande significação econômica para o Estado. A Secretaria dos Transportes está propondo ao Governo Federal a participação do Estado em 50% dos investimentos necessários para a construção de algumas dessas estradas, entre elas a Marmeleiro - Barracão (BR-280) e a Garuva - Paranaguá (BR-101), desde que lhe seja assegurado o direito de cobrar pedágio.

2.1.2 Hidrovias

O aproveitamento hidroviário do rio Ivaí, com a realização de obras que assegurem navegabilidade, em uma primeira etapa, desde a sua foz, no rio Paraná, até a região de Maringá - Município de Doutor Camargo - onde haverá a interligação do sistema com a ferrovia, é um dos projetos que têm merecido atenções especiais do Governo. As profundas conseqüências futuras desse projeto para o desempenho da economia paranaense e nacional - que serão beneficiadas com a redução de custos no transporte de mercadorias, tanto para os mercados internos como para exportação - justificam a prioridade que lhe está sendo atribuída no programa de complementação da infra-estrutura viária do Estado.

Em 1984 foi contratado o estudo de viabilidade, tanto sob o ponto de vista de navegação como de aproveitamento hidrelétrico. A fase de diagnóstico, já concluída, indica amplas possibilidades para esse empreendimento, sob os aspectos econômico e técnico. O relatório final contendo todas as alternativas, ao nível de detalhamento de obras civis, será entregue à Secretaria dos Transportes em abril próximo. Em virtude da possibilidade de aproveitamento hidrelétrico das barragens necessárias para formar o sistema de navegação, esses estudos estão sendo feitos em conjunto com a COPEL.

Outras ações destinadas a ampliar o uso do transporte hidroviário no Estado foram implementadas em 1984, destacando-se o prosseguimento da dragagem do Canal do Varadouro, em convênio com a PORTOBRÁS e com o Governo do Estado de São Paulo, cuja conclusão está prevista para julho de 1985 (investimento do Paraná em 1984: Cr\$ 18,9 milhões) e o levantamento topográfico do canal da Ilha das Peças, na baía de Paranaguá, para estudo de viabilidade de navegação no local.

2.1.3 Atividade Portuária

O Porto de Paranaguá ainda registra problemas de insuficiência da infra-estrutura existente em relação ao crescimento da demanda e de limite de vida útil de vários equipamentos, com reflexos na capacidade operacional. Apesar disso, a movimentação global de mercadorias, de 11,3 milhões de toneladas, foi a maior de sua história, superando em cerca de 200 mil toneladas a de 1983. As exportações de longo curso tiveram um acréscimo de 1,1 milhão de toneladas. A receita cambial, superior em 3,1% à de 1983, ultrapassou a cifra de 2,4 bilhões de dólares, cerca de 9% do total das exportações brasileiras.

Entre os principais produtos exportados por Paranaguá* (indicador do comportamento do comércio internacional de produtos paranaenses) verificou-se variação expressiva nos seguintes itens: aumento de 376% nos embarques de derivados de petróleo, 215% nos de papel, 55% nos de madeira, 21% nos de soja em grãos, 98% nos de cerâmica, 33% nos de têxteis e 6% nos de congelados (frangos, perus, carne equina e bovina). Mantiveram-se estáveis as exportações de farelos. Caíram em 44% as de milho, em 14% as de óleos vegetais e em 28% as de café. Essa queda nas exportações de café, pelo valor unitário do produto, teve influência na queda da receita cambial pelo Porto de Paranaguá (1,7% a menos que em 1983) em relação ao total do Brasil.

A movimentação recorde do Porto de Paranaguá nos dois últimos anos, aliada à severa contenção de gastos não-essenciais à sua ati-

* Deve ser levado em conta que nem todas as mercadorias embarcadas por Paranaguá são paranaenses. 30% da soja em grãos exportada em 84, por exemplo, era de procedência paraguaia.

vidade econômica, gerou recursos próprios que permitiram ao Estado investir, com autorização da PORTOBRÁS, Cr\$ 18,5 bilhões em novos equipamentos e em obras indispensáveis à melhora das condições operacionais. Destacam-se nesse programa de investimentos:

- instalação de um novo "ship-loader" (o terceiro em operação) que ampliou de 3.000 para 4.500 toneladas/hora a capacidade de carregamento do Porto;
- aquisição de duas pás carregadeiras destinadas à movimentação de farelos nos silos horizontais da APPA;
- dragagem de aprofundamento no canal da Galheta e dragagem de manutenção na bacia de evolução e nos berços dos cais comercial e de inflamáveis;
- obras de recuperação em 100 metros de cais e nas instalações do corredor de exportação;
- início do processo de aquisição de um quarto "ship-loader" - que deverá entrar em funcionamento em setembro de 1985 e aumentará a capacidade de carregamento para 6.000 t/hora - ampliando a competitividade de Paranaguá em relação a outros portos marítimos nacionais.

Além disso, foi negociada e obtida da PORTOBRÁS autorização para que a Secretaria dos Transportes elaborasse um projeto de ampliação do cais comercial em mais 300 metros.

Com a realização dessas obras, que deverá iniciar-se ainda em 1985, o Porto contará com um pátio especializado em "containers", providência essencial para que o terminal rodoferroviário do Corredor de Exportação paranaense acompanhasse o ritmo de expansão de tonelagem de produtos embarcados para o exterior

na categoria de "carga geral".

Além dessas obras de responsabilidade da APPA e da PORTOBRÁS o Porto de Paranaguá recebeu, em 1984, investimentos de vulto para construção de silos da Cooperativa Central Agropecuária do Paraná (COCAP) e de um consórcio formado pelo Governo do Paraguai e exportadores daquele país. Essas novas unidades armazenadoras, que estão ligadas ao sistema do Corredor de Exportação, já estarão operando a partir da próxima safra, o que representa substancial aumento da capacidade de expedição e de recepção de granéis sólidos do Porto.

2.1.4 Infra-Estrutura Aeroportuária

Dois aeroportos do interior - Jacarezinho e Siqueira Campos - foram restaurados em 1984 com investimentos superiores a Cr\$ 200 milhões em obras de recuperação e recapeamento do pavimento.

2.1.5 Programas Complementares

A Ação do Governo para o aperfeiçoamento da infra-estrutura de transportes no Estado não se limita à realização de obras físicas nos sistemas rodoviário, portuário e aeroviário. Uma série de atividades são desenvolvidas para implementar a pesquisa de novos materiais e processos; para estimular a reorganização ou a complementação das estruturas locais e regionais de transportes; para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos pelas empresas transportadoras, de passageiros ou de carga; e para reduzir os custos e aumentar a segurança dos usuários de serviços de transportes.

Nesse sentido, os principais programas conduzidos em 1984 foram:

- conclusão das obras de construção de terminais rodoviários de passageiros em cinco cidades de pequeno porte e transferência de recursos, da ordem de Cr\$ 90 milhões, para realização de obras com o mesmo objetivo pelas prefeituras de três municípios;
- conclusão dos estudos para o aperfeiçoamento dos transportes coletivos urbanos em quatro municípios;
- pesquisa de campo, com financiamento do BNDES, visando criar novas especificações para materiais não-convencionais de pavimentação;
- estudo para desvio do tráfego ferroviário do perímetro urbano da cidade de Ponta Grossa, em convênio com a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes.

2.2 ENERGIA

2.2.1 Eletrificação Rural

Em janeiro de 1984, teve início a execução do Programa de Desenvolvimento do Sistema de Eletrificação Rural - PDER (CLIC-Rural), o empreendimento governamental mais importante em execução no Estado, na área de energia, tendo em vista os resultados sociais a serem alcançados com sua implementação. A meta final do programa é prover a ligação de energia elétrica a cerca de 100.000 propriedades na área rural paranaense, até o final do atual período governamental (1983-87). O avanço no desenvolvimento das etapas previstas para esse projeto está sendo possível graças à conjugação de recursos próprios da COPEL, contribuição dos proprietários rurais e financiamento do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, além do uso inovador de tecnologias simplificadas que está permitindo um rendimento maior dos recursos financeiros alocados.

Durante o exercício de 1984, foram cadastrados 50.178 interessados e firmados contratos com 42.391 proprietários rurais. As 755 obras de eletrificação rural, em 300 municípios, decorrentes dos compromissos já assumidos, superam as realizações anteriores da COPEL em toda a sua história de atuação na área rural. Dessas obras, 189 estão concluídas e 365 estão em fase de execução, totalizando 32.044 consumidores.

Considerando-se as ligações remanescentes de programas anteriores e as ligações efetuadas por outras pequenas concessionárias e cooperativas de eletrificação rural, o número de propriedades rurais eletrificadas em todo o Estado, até o final de 1984, elevou-se a 111.297, representando um acréscimo de 14,4% em relação a 1983. O consumo de eletricidade, no meio rural, cresceu 18,5% em relação a 1983, tendo passado de 316.622.000 kWh para 375.230.000 kWh.

As cooperativas de eletrificação rural encontram-se em crise, em todo o Brasil, situação que dificulta a execução dos programas destinados a expandir o uso da energia elétrica no campo. Um dos resultados expressivos da ação do Governo, em 1984, foi equacionar o relacionamento entre a COPEL e as cooperativas paranaenses de eletrificação rural.

Mediante contratos assinados com nove das dezesseis entidades, desse tipo, existentes no Estado, a empresa estadual adquiriu, para pagamento em ações, 3.586 km de linhas de alta tensão que estão atendendo a 9.540 consumidores. As cooperativas continuarão a realizar os serviços de operação e manutenção dessas linhas, recebendo como pagamento 50% do faturamento do consumo, que será efetuado pela COPEL. Os associados das cooperativas pagarão tarifa igual à do consumidor atendido diretamente pela COPEL.

Ainda, com o objetivo de fortalecer as cooperativas de eletrificação rural, a COPEL assumiu os seguintes encargos: realizar os serviços de operação e manutenção do sistema elétrico da Cooperativa de Eletrificação Rural de Toledo - CERTOL, com todos os ônus, cobrando o consumo diretamente de cada cooperado; receber de duas cooperativas, em permuta com materiais elétricos de sua propriedade, os ramais de rede de distribuição que, pela proximidade com

redes da empresa, caracterizavam um duplicidade no atendimento.

Além disso, para possibilitar às cooperativas a diversificação de suas atividades, a COPEL passou a contratar seus serviços na construção de redes de distribuição do programa CLIC-Rural.

2.2.2 Distribuição Urbana

Com o objetivo de levar os benefícios da energia elétrica às populações urbanas de menor poder aquisitivo, oferecendo facilidades especiais para as extensões de redes de distribuição, construção das entradas de serviço e instalação elétrica interna, foi criado, em 1984, um novo programa da COPEL denominado Campanha de Ligação de Consumidores - CLIC-Urbano. Até o final do ano, haviam sido comercializadas 24.243 novas ligações, que atenderão a cerca de 145.000 pessoas. Deste total, 12.000 foram efetivadas no exercício, beneficiando 72.000 pessoas.

Ainda, com a finalidade de melhorar o atendimento às populações das cidades, desenvolveu-se, no exercício de 1984, intensa atividade em ampliações e melhorias nas redes de distribuição urbana e nas instalações e sistemas de atendimento às comunidades.

Todos os municípios localizados na área de concessão da COPEL foram contemplados com obras, que resultaram no acréscimo de 995 km de linhas de distribuição, com investimento global da ordem de Cr\$ 17 bilhões.

Em 31 de dezembro de 1984, o número de ligações urbanas no Paraná ascendia a 1.253.626, cabendo a maior parcela à classe residencial, com 1.085.050 ligações domiciliares. Destas, 50.539 foram efetuadas no exercí-

cio. O consumo de eletricidade no Estado registrou crescimento de 10,7% nas áreas urbanas, com predominância para o consumo industrial e o comercial que aumentaram, respectivamente, 14,2% e 9,4% em relação ao ano anterior. O acréscimo do consumo residencial foi de 5,7%.

Especial atenção foi dedicada à melhora no atendimento aos consumidores da energia fornecida pela COPEL, destacando-se a extensão do serviço de auto-caixa para o litoral, atendendo a mais de 40.000 consumidores, e a abertura de mais 6 novas agências e 8 plantões no Estado.

Além disso, a empresa manteve sua posição de destaque, entre as congêneres do País, quanto à confiabilidade do faturamento, cujo índice de eficiência foi aumentado em 56%. Hoje, em cada grupo de 100.000 faturas, 99.961 estão corretas.

Para minorar a situação aflitiva das famílias de trabalhadores atingidos pela crise, a COPEL manteve o fornecimento de energia a 6 mil consumidores desempregados e com atraso no pagamento de suas contas de luz.

2.2.3 Ampliação e Manutenção do Sistema Estadual

O sistema elétrico estadual foi ampliado mediante a construção de 149 km de novas linhas de transmissão. Foram reisolados, de 69 kV para 138 kV, 13 km de linhas já existentes e reconstruídos 16,6 km de trechos de linhas danificadas pelas enchentes na região de União da Vitória e Florestópolis. Com essas obras, o sistema de transmissão de energia de responsabilidade da COPEL se eleva a 5.143,8 km.

O reisolamento permitiu aumentar em 100% a capacidade de transporte de energia nas linhas modificadas, a um custo bem reduzido em relação ao que seria necessário para implantação de novas linhas de 138 kV. Adicionalmente, foram construídas 9 novas subestações transformadas, tendo executado ampliações e melhoramentos em outras 83, totalizando aumento na potência de transformação de 650.000 kVA.

Com o objetivo de manter a auto-suficiência do Estado, na produção de eletricidade, todas as providências necessárias têm sido tomadas para a construção da Usina Hidrelétrica de Segredo, no rio Iguaçu.

Em 1984, foram desenvolvidos estudos de alternativas para definição do novo arranjo geral da Usina, providência necessária após as excepcionais cheias ocorridas no rio Iguaçu, em maio e junho de 1983. Encontram-se em andamento as obras de infra-estrutura de apoio, destacando-se: pavimentação da estrada de acesso, a partir da BR-373, com 17 km; construção do hospital para atendimento ao pessoal e respectivas famílias; construção da ponte de serviço sobre o rio Iguaçu, para permitir o início, nos próximos meses, das obras de desvio do rio (toda a documentação necessária à licitação já se encontra pronta).

Ainda, com o objetivo de assegurar a utilização contínua e racional do potencial energético dos rios paranaenses em futuros aproveitamentos comerciais ou alternativos, dois trabalhos de grande significação foram realizados, em 1984:

- levantamento do potencial hidrelétrico dos rios Tibagi e Ivaí e, preliminarmente, do Piquiri (estudo que permitiu a definição de propostas de divisão de quedas para possível construção de centrais geradoras, com

previsão das seguintes potências instaladas totais: no rio Tibagi, 1556 MW; no rio Ivaí, 886 MW; no rio Piquiri, três alternativas com 642, 680 e 688 MW, respectivamente);

- pesquisa sobre as regiões mais favoráveis no Estado para a construção de minicentrals hidrelétricas, de modo a tornar possível a oferta de eletricidade nas áreas mais afastadas das fontes convencionais de geração e assegurar o suprimento às pequenas propriedades das regiões mais isoladas do Estado. Em 1984, completou-se a avaliação do potencial disponível nas bacias hidrográficas secundárias (menos de 5.000 km²).

Entre as atividades de manutenção do sistema, durante o ano de 1984, destaca-se a continuidade dos trabalhos de recuperação da Usina Júlio de Mesquita, inundada por ocasião das enchentes da bacia do rio Iguaçu, em julho de 1983. Já se encontra em operação um dos dois geradores. O outro, que teve seu isolamento danificado, será restaurado, após o término da licitação que definirá a empresa encarregada do serviço.

Como ação preventiva, a COPEL adquiriu três transformadores de força móveis, montados sobre carretas, com potência de 25,0 MVA cada um, e tensões de operação de 138/69/34,5/13,8 kV. Essas unidades compactas, distribuídas em pontos estratégicos no Estado, servirão de reserva técnica do sistema para atendimentos de emergências decorrentes de avarias nos transformadores instalados no sistema de transmissão. Assim, o prazo de restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, quando da ocorrência de tais avarias, será reduzido de aproximadamente 12 dias para, no máximo, 2 dias.

Na busca de maior confiabilidade, melhor qualidade e maior segurança na operação de

sistema, teve continuidade o aperfeiçoamento dos processos de supervisão e controle, com a implantação das seguintes principais atividades: controle automático de tensão nos principais barramentos do sistema de transmissão da empresa; manobras automáticas de equipamentos, objetivando evitar as sobretensões advindas de aberturas involuntárias da linha de 750 kV do sistema Itaipu; gerenciamento das condições hidrológicas da bacia do rio Iguaçu, a montante da Usina Governador Bento Munhoz da Rocha, com o objetivo de otimizar a operação de comportas quando de enchentes nesta bacia.

2.2.4 Financiamento dos Programas

Para atender às necessidades financeiras dos programas de eletrificação em curso, o Governo do Estado captou, através da COPEL, em 1984, 31 milhões de dólares de recursos externos - 21,7 milhões negociados em 1983 - e obteve, junto à SEPLAN, prioridade para captar mais 10,0 milhões, a serem utilizados em 1985. O Banco Mundial, por sua vez, autorizou a utilização de, aproximadamente, 22 milhões de dólares de saldo, remanescente de contrato anterior, para complementar recursos próprios a serem aplicados, em 1985 e 1986, na expansão dos sistemas de distribuição e subtransmissão.

Para o programa de eletrificação rural, estão sendo aplicados os recursos provenientes do contrato firmado com o Banco Mundial, em 1983, mediante repasses da ELETROBRÁS (104,5 milhões de dólares), dos quais foram desembolsados, em 1984, 5,2 milhões. Tendo em vista que os prazos para execução de concorrências internacionais são normalmente dilatados, a COPEL antecipou a realização do programa com aplicação, em 1984, de recursos próprios equivalentes a cerca de 12,3 milhões de dólares que, somados aos repasses da ELETROBRÁS, totalizaram 17,5 milhões de dólares investidos.

Para as obras do sistema de linhas, subestações e sistemas de comunicações, foi obtida autorização da FINAME, através do BADEP, para contratar até Cr\$ 1 bilhão e 800 milhões, tendo sido contratados, em 1984, Cr\$ 380 milhões.

Para utilização na área de desenvolvimento energético, mais especificamente na Mina de Sapopema, foi contratado, junto à FINEP, empréstimo de Cr\$ 400 milhões, dos quais Cr\$ 20,5 milhões sacados, em 1984, ficando o saldo para 1985.

Em dezembro/84, foi firmado contrato com o DNAEE, num montante de Cr\$ 988,9 milhões provenientes da Reserva Global de Reversão, a serem utilizados, a partir de 1985, na realização de inventário de pequenos e médios potenciais hidrelétricos e de estudos hidroenergéticos, e de aproveitamentos múltiplos na área de atuação da COPEL.

Em consequência de adiamento do início efetivo de entrada em operação da Usina Hidrelétrica Segredo, foi cancelado contrato de empréstimo firmado com o BID. Todavia, a COPEL está autorizada, pelo Governo Federal, a renegociar, com aquele organismo, a partir de 1985, novo empréstimo para a obra. Ainda, em relação a essa Usina, prosseguem as negociações com a ELETROBRÁS visando à concessão de financiamento para as obras civis e com a FINAME para financiamento de equipamentos nacionais.

O orçamento da COPEL para 1984 foi elaborado segundo orientação do Governo Federal, estimando-se uma taxa inflacionária de 70%, bastante inferior, portanto, à realmente verificada, superior a 200%. Ressalte-se que as constantes desvalorizações do cruzeiro, a inflação interna e a variação das taxas de juros internacionais ocasionaram desembolso de Cr\$ 22,5 bilhões, superior ao previsto para paga-

mento de serviço da dívida. A empresa encerrou o exercício, entretanto, com os seus pagamentos a empreiteiros e fornecedores rigorosamente dentro dos prazos contratuais e elevou seu capital social, durante o ano, de Cr\$ 83,2 bilhões para Cr\$ 220,5 bilhões.

2.2.5 Programas de Energia Alternativa

Na procura de soluções energéticas alternativas, quer no que se refere à substituição do petróleo importado e de seus derivados, quer no aspecto da valorização dos recursos regionais e da viabilização do seu uso, o Estado avançou no campo da análise e dos estudos e logrou importantes resultados práticos.

No decorrer de 1984, a COPEL manteve a permanente atualização do banco de dados do programa "Modelagem Energética do Paraná", com vistas ao planejamento energético do Estado, e, em setembro, firmou convênio no valor de Cr\$ 20,0 milhões com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN, para elaboração do "Fluxo Energético do Paraná", "Levantamento das Potencialidades Energéticas", "Articulação Sócio-Econômica e Energética" e "Definição do Funcionamento e Diagnóstico do Sistema Energético Estadual". O custo total estimado é de Cr\$ 80,0 milhões, cabendo ao Estado complementar os recursos.

A utilização dos excedentes de bagaço de cana-de-açúcar como combustível substituto ao óleo e à lenha, principalmente no Norte do Estado, encontra-se em fase final de estudo pela COPEL. A primeira unidade de tratamento do bagaço deverá entrar em operação já no início da próxima safra.

Com o apoio do IBDF, está sendo realizado estudo que visa quantificar a biomassa florestal, com a destinação para energia, no Sudoes-

te do Estado, região onde é maior o consumo de energia de origem florestal. Os resultados deverão fornecer subsídios para instituir-se uma política de plantio e manejo de florestas capaz de contribuir para o desenvolvimento com equilíbrio e sem o perigo de devastação.

Em 1984, concluíram-se, também, os estudos de viabilidade e o projeto básico de eletrificação do eixo norte-sul do sistema de transporte coletivo de Curitiba. Prosseguiram, em convênio entre o Estado e a Universidade Católica do Paraná, os estudos destinados a definir os modelos mais adequados a cada região e os custos operacionais de biodigestores para o meio rural.

O programa de incentivo à utilização de eletricidade, como insumo energético alternativo aos derivados de petróleo, teve continuidade, com os seguintes resultados: até o final de setembro, foi alcançada a marca de 147 contratos de Energia Garantida por Tempo Determinado - EGTD, representando uma economia de 60 mil toneladas/ano de derivados de petróleo. Em virtude de estarem esgotados os recursos do EGTD, passaram a ser negociados, com o mesmo objetivo, contratos de Energia Elétrica Excedente para Substituição de Derivados de Petróleo - ESBT para consumidores ligados em baixa tensão. Cinquenta e seis desses contratos foram assinados até o final do ano, representando mais 1.300 toneladas anuais de economia de derivados.

Encontra-se em fase de conclusão o Projeto Metano, desenvolvido pela SANEPAR, em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina. Seu objetivo é o aproveitamento de gás de esgoto purificado (metano) no uso da frota de veículos leves da empresa, com fins de redução de custo.

O uso de um "kit" de readaptação para os

motores diesel permite que funcionem com uma mistura de 80% de metano e 20% de diesel, gerando uma economia de 45% no custo de combustível. Em abril, foi inaugurada a primeira fase da Usina de Biogás de Piraí do Sul, também da SANEPAR, que utiliza o gás metano produzido nos esgotos para fins domésticos. A etapa inicial já atende em torno de 1.500 pessoas em aproximadamente 290 ligações domiciliares.

Outra linha de ação na procura de soluções energéticas alternativas ao petróleo é a pesquisa de minerais energéticos, setor que tem merecido especial atenção do Governo. A MINEROPAR vem trabalhando com empenho nessa área e obtendo animadores resultados. Na jazida de Marçal, no município de Reserva, já foram cubadas 500 mil toneladas de carvão com características equivalentes às de Cambuí - a mina mais tradicional do Paraná. Uma empresa paranaense de pequeno porte já foi contratada para a caracterização final do produto e sua comercialização no mercado paranaense.

Em outra mina em estudos, localizada em Campina dos Pupos, no município de Ortigueira, já foi cubada uma reserva de 2,2 milhões de toneladas. Os testes realizados demonstraram que o carvão dessa jazida tem qualidade correlata ao antracito importado atualmente da África do Sul o que pode tornar viável o interesse da iniciativa privada no seu aproveitamento industrial.

As melhores expectativas centram-se na jazida de Sapopema, no município de mesmo nome. Sua reserva medida é de 36 milhões de toneladas, a uma profundidade de 450 m, o que permite prever uma produção anual entre 700 mil e 1,4 milhão de toneladas durante 15 anos. O carvão de Sapopema equivale-se aos melhores do Brasil, com a ressalva de um teor de enxofre em torno de 10%, considerado elevado. A MINEROPAR e a COPEL concluíram, em 1984, o es-

tudo de pré-viabilidade dessa jazida, objetivando adquirir os direitos minerários - atualmente sob controle da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) do Governo Federal - para, em conjunto, assumirem a responsabilidade do seu aproveitamento econômico.

Preocupado com a instável política energética brasileira, principalmente no que se refere ao carvão, o Governo tomou a iniciativa de procurar o apoio dos demais estados sulinos - cuja produção de carvão mineral é crescente - para fortalecer a atuação do CODESUL na política de substituição de derivados de petróleo. Nesse sentido, por iniciativa dos representantes da MINEROPAR e da COPEL naquele organismo regional, foi criada a Comissão Interestadual do Carvão.

3. INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS SOCIAIS

3. INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS SOCIAIS

Contribuir para o resgate da dívida social de que são credores os brasileiros, de todas as origens, que vivem no Paraná: este continuará sendo o grande compromisso político do Governo. Ele se faz presente não apenas na condução dos programas governamentais voltados à área social. Ao contrário, é uma diretriz que permeia todas as ações sob responsabilidade do Poder Público estadual.

Desde o primeiro momento da atual gestão esse critério predominou, sem nenhuma hesitação, até em programas prioritários definidos para setores essencialmente econômicos, como os de infra-estrutura de energia e de transportes.

No primeiro caso, o programa de eletrificação rural - prioridade número um das ações em curso - tem, entre seus mais expressivos resultados de curto prazo, a melhora das condições de vida do homem do campo, com o uso da eletricidade nas suas atividades rotineiras domésticas, privilégio, até então, das populações urbanas. No segundo, o grande programa de ampliação, restauração e conservação da rede de estradas capilares, igualmente prioridade do subsetor rodoviário, contempla, essencialmente, uma necessidade social: a de acesso de bens e serviços aos habitantes das áreas rurais mais isoladas - mesmo levando-se em conta o enfoque econômico, que é assegurar tráfego permanente para o escoamento das safras, das zonas de produção para os mercados.

Em 1984, acentuou-se o empenho do Governo na consolidação de um amplo programa de fortalecimento do ensino de 1o. grau. Essa opção, ao lado da adoção do processo de eleições diretas para diretores das escolas públicas estaduais - ensaiado, com uma experiência que envolveu estudantes, professores, funcionários dos estabelecimentos escolares e pais de alunos, em 1983, e definitivamente adotado, como norma permanente de rotina escolar, pela Lei no. 7.691, de 1984 - demonstra a firmeza com que vem sendo conduzida a política de democratizar o ensino, tanto no sentido de estendê-lo, em seu segmento básico, a todas as crianças em idade escolar, como na acepção politicamente mais profunda de entregar à comunidade as decisões de maior relevância na administração do sistema escolar público.

Também na área da saúde e do bem-estar foram privilegiados os programas que atendem estratos cada vez mais abrangentes da população. O Paraná já possui, há bastante tempo, em várias regiões, sofisticados centros de diagnóstico e tratamento de doenças como o câncer, em todas as suas modalidades; enquanto isso, a tuberculose e a lepra continuam sendo moléstias de massa em nosso Estado, sem que a administração pública tomasse as devidas precauções para sua identificação e controle. É, portanto, importante destacar, no que se refere à melhora dos serviços de saúde, em 1984, a cobertura quase total do território do Estado, com centros de diagnóstico, prevenção e controle dessas enfermidades.

As ações governamentais no campo da infra-estrutura e serviços sociais, portanto, têm sido encaminhadas com firmeza, como em outros setores, em obediência às diretrizes de democratização do poder e de participação comunitária. As respostas da população, em contrapartida, têm se mostrado estimulantes e rápidas. O grave problema da segurança pública,

por exemplo, está sendo equacionado com o apoio dos conselhos comunitários de segurança, experiência que tem sido vitoriosa em uma área reconhecidamente delicada, especialmente após um período longo de autoritarismo, que é o relacionamento do policial com o cidadão. Essa mudança de métodos de governar, fortalecendo o diálogo e desenvolvendo o respeito mútuo entre instituições públicas e a sociedade, está, hoje, mercê de um trabalho pertinaz e consciente, penetrando até nas unidades carcerárias onde os direitos da cidadania passam a prevalecer, convivendo com as rígidas exigências dos regulamentos prisionais.

Merece análise o fato de que, naquelas áreas de atividade em que o Governo do Estado tem recursos e instrumentos próprios para agir, soluções criativas vêm sendo encontradas para multiplicar esses recursos, ou pelo uso de novos métodos, ou pela racionalização das práticas administrativas, ou pela cooperação da comunidade. Naqueles setores, no entanto, onde o Governo do Estado não pode modificar os processos existentes, aumentam as dificuldades para desenvolver planos e projetos que deveriam beneficiar a sociedade. Assim, deixam muito a desejar os resultados no campo da habitação popular, por exemplo, onde a maior parcela dos recursos necessários à implementação dos programas propostos, bem como as diretrizes e os parâmetros para conduzi-los, estão fora do controle do Estado.

3.1 EDUCAÇÃO

3.1.1 Ensino de 1o. Grau

A prioridade ao ensino de 1o. grau, enfatizada por 59,5% da dotação orçamentária da Secretaria da Educação, refletiu-se através de ações relativas à expansão do atendimento e à melhoria qualitativa e quantitativa do ensino ministrado. Os recursos destinados ao ensino de 1o. grau, em 1984, totalizaram Cr\$ 223,9 bilhões, dos quais 82,89% do Tesouro do Estado.

A matrícula no 1o. grau, em 1984, situou-se em torno de 1.535.559 alunos, enquanto a população, na faixa etária de 7 a 14 anos, foi estimada em 1.718.724 crianças e adolescentes. Caracteriza-se, assim, o empenho do Governo em assegurar o acesso à escola, pois há um déficit de apenas 10,66% entre a oferta de vagas e as necessidades da população. No entanto, a evasão escolar e a repetência apresentaram-se alarmantes, tendo em vista as condições precárias de vida de parte da população paranaense, da mobilidade populacional - expressa pelo êxodo rural - e da deficiência alimentar, carências decorrentes do modelo econômico imposto ao País nestes últimos anos.

Para fazer frente a este quadro, o Governo desencadeou uma série de ações, tais como: a Campanha de Chamada às Matrículas Escolares, que resultou no acréscimo de 100.800 novas matrículas; a autorização de funcionamento de

108 novas unidades escolares da rede de ensino estadual, beneficiando 64 municípios; a implantação de séries iniciais (1a. à 4a.) em 187 unidades escolares da rede pública e particular, contemplando 73 municípios; o estabelecimento de séries finais (5a. e 8a.) em 69 unidades escolares, atendendo a 46 municípios; e a expansão do atendimento de pré-escolas em 130 unidades escolares, beneficiando 33 municípios.

Do ponto de vista qualitativo, a ação mais importante foi assegurar assessoramento técnico e pedagógico a diversos municípios, destacando-se o projeto Educação Rural, iniciado em Ponta Grossa.

Através do PRORURAL, foi investido Cr\$ 1,9 bilhão na manutenção de 34 escolas consolidadas, localizadas em 27 municípios, além de projetos de caráter inovador em 35 outros municípios.

3.1.2 Ensino de 2o. Grau

A reorganização do ensino de 2o. grau foi a principal meta para esse setor. As ações desencadeadas, em 1984, no sentido de corrigir as distorções existentes no sistema educacional, concentraram-se na melhoria do ensino ministrado. Para tanto, foram organizados encontros locais, regionais e estaduais, envolvendo docentes, discentes e comunidades. Esse projeto culminou numa proposta de reorganização do ensino, que estabelece, como objetivo, uma escola com respostas às reais aspirações sociais e políticas do momento, apta para formar uma juventude com capacidade crítica, reflexiva e criativa e preparada para responder tanto às exigências de uma sociedade que demanda mão-de-obra qualificada como aos requisitos mínimos para o ingresso no ensino superior. Assim, além da prioridade atribuída ao ensino básico

de 1o. grau, os programas e os projetos que contemplam o aperfeiçoamento do ensino de 2o. grau tiveram, também, privilegiada atenção do Governo.

Foram criados 3 estabelecimentos de ensino de 2o. grau; implantadas 12 novas habilitações em estabelecimentos da rede particular; autorizados a funcionar 3 estabelecimentos da rede estadual e 4 da rede particular; e reconhecidos 35 estabelecimentos estaduais e 8 particulares.

Na área rural, tiveram início 16 projetos agrícolas, 6 pecuários e um florestal, com recursos do BID e COAGRI; operacionalizou-se o projeto de suinocultura, mediante convênio com instituições do Governo Federal; desenvolveram-se, através do PRONASEC, 66 projetos didáticos nos colégios agrícolas estaduais de Clevelândia, Rio Negro, Castro, Apucarana, Foz do Iguaçu, Santa Mariana e Guarapuava; foram implantadas 3 cooperativas-escolas em colégios agrícolas e tiveram autorização para funcionamento outras 3 cooperativas-escolas, com a colaboração do INCRA.

Os recursos utilizados em todo esse programa de ensino no meio rural, no total de Cr\$ 35,0 bilhões, contaram com a participação de 94,65% do Tesouro do Estado, além de outras fontes, como o SEPS/MEC e a quota federal do Salário-Educação.

3.1.3 Ensino Supletivo

O ensino supletivo, voltado para uma clientela fora da faixa etária regular de escolarização, manteve as atividades normais ao setor, tais como: cursos supletivos de educação geral e exames de suplência de educação geral em nível de 1o. e 2o. graus, possibili-

tando, ainda, o ajustamento profissional e social desta clientela, através da oferta de cursos de suprimento, iniciação e qualificação profissional e exames de suplência profissionalizante.

3.1.4 Ensino Especial

A estrutura oficial de ensino destinada à população que apresenta deficiências sensoriais, motoras e mentais atendeu 2,39% da clientela potencial, na faixa de zero a 19 anos. Os principais programas desenvolveram-se no campo da assistência psicopedagógica, administrativa e financeira em instituições especializadas, nas classes especiais e através do ensino itinerante. Foram instalados 2 centros de apoio e de estimulação precoce e uma clínica de reeducação visual. Prestou-se auxílio na qualificação e iniciação profissional, mediante diversos convênios.

3.1.5 Ensino de 3o. Grau

As 13 instituições de ensino superior mantidas com recursos do Tesouro Estadual - 27% do total das instituições de nível superior do Estado - apenas desenvolveram suas atividades de rotina. Tendo em vista a política do Governo em atribuir prioridade absoluta ao ensino básico, não houve programas de expansão nessa área.

Estas instituições ofertaram 119 cursos de graduação e 4 de especialização. Das 30.329 matrículas, em 1984, 10.029 corresponderam a início de cursos, representando 33,3% em relação às ofertas das demais instituições de nível superior do Estado. Foram desenvolvidos, nessas instituições, 362 trabalhos de pesquisa em diversas áreas - 48 concluídos - e realizadas 143 atividades de extensão nas

áreas de tecnologia, ciências humanas, da saúde e exatas - atividades que envolveram 13.900 participantes.

Embora a meta atual de governo não se refira à expansão do ensino de 3o. grau, procuraram-se manter os mesmos níveis de atendimento. Dentro deste enfoque, foram realizados 18.457 m2 de construção em diversas obras de expansão e complementação das instalações físicas das unidades de ensino, com investimento da ordem de Cr\$ 751,1 milhões, além das obras em andamento. O gasto total com o ensino superior foi de Cr\$ 68,7 bilhões, correspondendo a 79,5% desse montante a participação direta do Estado.

3.1.6 Recursos Humanos no Ensino

Para atender às necessidades de expansão do ensino, no Estado, o quadro de pessoal da Secretaria da Educação teve o seguinte acréscimo: 3.208 novos professores de 5a. à 8a. séries do ensino de 1o. e 2o. graus, remanescentes do concurso público realizado em 1979; 139 novos servidores para provimento de cargos técnico-administrativos criados para os colégios agrícolas e florestais da região de abrangência do PRORURAL; 1.824 novos servidores, aprovados em concurso de ascensão funcional realizado em 1982.

Buscando sanar distorções, suprir deficiências, desenvolver e valorizar o material humano componente da área de educação, foram concedidos os seguintes benefícios: promoção, por avanço diagonal (merecimento) a 13.047 professores e especialistas de educação; promoção, por avanço vertical (habilitação) a 1.930 professores e especialistas de educação; reajuste salarial aos professores do ensino superior, beneficiando 357 servidores; equiparação do valor hora-aula pago aos professores

contratados pelo regime CLT ao valor pago pelas aulas ministradas por professores estatutários; gratificação de regência de classe a 368 professores do ensino supletivo de 1o. grau e de representação de gabinete a 155 inspetores estaduais de educação e 9 chefes de núcleos regionais; garantia de benefícios aos professores efetivos aposentados antes da regulamentação plena do Estatuto do Magistério; garantia, aos professores inativos, de recebimento da média do número de aulas extraordinárias semanais, ministradas nos 10 anos anteriores à aposentadoria, com valores hora-aula atualizados, conforme reajustes salariais; concessão, aos professores do Quadro Próprio do Magistério e do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, de 81.724 horas-aulas extraordinárias em caráter definitivo e 17.488 horas-aulas, em substituição; gratificação especial de 50% sobre os vencimentos a 576 professores e especialistas de educação de escolas ou turmas de educação especial.

O aperfeiçoamento do pessoal ocupado na área de educação exigiu a realização de 333 eventos, envolvendo 54.334 participantes entre docentes e pessoal técnico-administrativo da rede oficial de ensino. Com esse objetivo, foram realizados 220 seminários, atingindo 47 mil professores.

3.1.7 Assistência Comunitária e ao Estudante

A assistência comunitária e ao estudante é parte essencial da atual política educacional do Estado. Nesse campo, estabeleceu-se uma programação que objetiva melhorar as condições do aluno quanto ao processo ensino-aprendizagem: Compreende o atendimento em alimentação, vestuário, material escolar, médico-odontológico-sanitário, distribuição de bolsas de estudo, livro didático, e estímulo à participação das comunidades no trato dos assuntos edu-

cacionais - sob os aspectos políticos, financeiros e administrativos - tanto no acompanhamento e controle das realizações como na prevenção e solução dos problemas.

Foi implantado o Programa de Suprimento de Recursos Descentralizados, que consiste no adiantamento de recursos financeiros aos diretores de estabelecimentos escolares da rede oficial de ensino para que os empreguem no atendimento das necessidades emergenciais de material escolar, de saúde e de pequenos reparos nos prédios escolares. Os planos de aplicação desses recursos são discutidos e aprovados pelas associações de pais e mestres dos estabelecimentos. A comunidade, participando da responsabilidade das decisões, torna-se mais interessada em avaliar os resultados.

Na área de merenda escolar, criou-se um cardápio básico, regionalizado, que atende, hoje, cerca de 1 milhão e 600 mil alunos em todos os níveis. A aquisição dos gêneros passou a ser feita no próprio Estado, o que propiciou expressiva contribuição à receita tributária e aos produtores paranaenses.

Esse programa distribuiu, em 1984, 8.404 toneladas de gêneros alimentícios e de leite, no valor de Cr\$ 11,6 bilhões. A entrega desse material é controlada por uma coordenação de nível municipal, aplicando-se, na prática, a filosofia da descentralização das ações.

No atendimento à saúde do escolar, foram fornecidos diversos equipamentos médico-odontológicos, distribuídos medicamentos e próteses e realizados testes de acuidade visual-auditiva. O custo aproximado desse programa foi de Cr\$ 347,1 milhões.

Foram concedidas bolsas de estudo e bolsas-trabalho e distribuído material escolar e livros didáticos. A assistência comunitária

desenvolveu-se sob a forma de apoio à organização de centros culturais, centros comunitários e grêmios estudantis, confecção e divulgação de material informativo e auxílio a creches.

Convênios com programas federais, como o PRONASEL e o Programa Borba Gato, possibilitaram o apoio às comunidades rurais, o atendimento às creches e o incremento de projetos de iniciação profissional para comunidades periféricas urbanas.

3.1.8 Política Administrativa

Em todas as ações administrativas na área educacional, estiveram implícitas as diretrizes de democratização do poder. O estímulo à efetiva participação popular nas decisões relacionadas com a educação; a superação da postura técnico-burocrática nos procedimentos, tanto de âmbito interno como no trato com as comunidades; a descentralização dos serviços foram opções conscientemente adotadas na certeza de que, só assim, o Governo poderia dar o atendimento exigido pela sociedade às necessidades do ensino.

Em 1984, foram oficializadas, pela Lei no. 7.691, de iniciativa do Executivo, as eleições diretas para escolha dos diretores de escolas públicas de 1o. e 2o. graus, supletivo e especial, institucionalizando-se a grande experiência inovadora realizada em fins de 1983. Com mandato previsto para dois anos, os futuros dirigentes de estabelecimentos de ensino oficial do Estado serão eleitos pelo voto universal direto e secreto dos funcionários estatutários e celetistas da escola, alunos, pais ou representantes dos alunos regularmente matriculados. Foram instituídas normas para isenção de cobrança de taxas e contribuições nas escolas de 1o. e 2o. graus, a partir de

1985, bem como o provimento gratuito de material escolar indispensável aos alunos sem recursos.

Na estrutura organizacional da SEED, foram criados 14 novos núcleos regionais de educação, totalizando 22, e instaladas 20 inspetorias estaduais de educação em municípios novos, perfazendo 310; fixou-se o quadro mínimo de pessoal das escolas e estabeleceram-se parâmetros para organização e distribuição de pessoal das IEEs e NREs; a distribuição de aulas e o remanejamento de professores excedentes, a autenticação de regularidade de vida escolar, o registro de certificados profissionais e cursos livres e a reavaliação de estudos realizados no estrangeiro passaram a ser atribuições dos núcleos regionais, facilitando aos interessados residentes no interior a recepção de documentos. Foram instaladas centrais de informações e de computação e está em fase de desenvolvimento um projeto que integrará todos os sistemas de processamento de dados existentes no Estado, que tratam do tema educação.

3.1.9 Distribuição de Material Escolar

Foram definidos novos critérios para a distribuição de material escolar de consumo e aperfeiçoou-se o processo de entrega, controle, supervisão e avaliação. O suprimento de material, calculado, por computador, em função do número de alunos é enviado a cerca de 13.000 escolas em 4 remessas automáticas anuais. Evita-se, assim, qualquer discriminação indevida no atendimento às necessidades das escolas, porque o sistema de distribuição passou a ser imparcial e democrático. Os alunos carentes são atendidos mas de acordo com avaliação local. Foram aplicados, nesse programa, Cr\$ 3,3 milhões, oriundos Tesouro do Estado e da quota estadual do Salário-Educação.

Recursos provenientes das quotas estadual e federal do Salário-Educação e do FINSOCIAL foram usados para reequipar e equipar escolas de 1o. grau da rede estadual (Cr\$ 962,5 milhões) e para mobiliar e equipar estabelecimentos da rede municipal (Cr\$ 2,1 bilhões transferidos aos municípios). Para equipar escolas de 2o. grau da rede estadual, foram aplicados recursos que totalizaram Cr\$ 103,7 milhões (Cr\$ 27,0 milhões do Estado e Cr\$ 76,7 milhões do SESP/MEC). O Tesouro Estadual contribuiu, ainda, com Cr\$ 149,7 milhões para manutenção de oito escolas agrícolas e uma florestal. Com recursos do PRORURAL, do PRONASEC e do convênio existente entre o Governo do Paraná, a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) e a Secretaria Internacional de Cooperação Técnica e Financeira (SUBIN), foram feitos investimentos da ordem de Cr\$ 362,2 milhões na aquisição de equipamentos (veículos, tratores, bombas para poços, peças de reposição para máquinas e outros), materiais de construção e insumos agrícolas para escolas técnicas na área rural.

3.1.10 Construções Escolares

A aplicação de recursos, a fiscalização das obras e a prestação de contas dos pequenos reparos dos estabelecimentos da rede estadual de ensino passaram, também, a ser uma responsabilidade da comunidade, que decide as prioridades e fiscaliza a execução, por intermédio das APMS ou de comissões de igual representatividade. Nesse programa, foram empregados Cr\$ 2,7 bilhões para atender a 2.887 escolas, mesmo aquelas que não recolhem contribuição comunitária. Os reparos que exigem investimentos de elevado porte são efetuados mediante convênio entre a Secretaria da Educação, a FUNDEPAR e a Secretaria da Administração. Em 1984, o dispêndio com essas obras totalizou Cr\$ 1,5 bilhão - recursos oriundos da quota estadual

do Salário-Educação - beneficiando 31 escolas, distribuídas em 22 municípios.

Trezentos e noventa e seis novos prédios escolares, com um total de 720 salas de aulas - 2 por dia, em média - foram construídos em 1984. Ao encerrar-se o ano, outras 448 salas estavam em fases diversas de construção.

Foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 19,2 bilhões nas obras concluídas e em andamento. A execução descentralizada, mediante a generalização dos convênios entre o município e o Estado, para a realização das obras; o uso de tecnologias alternativas, como construções em solo-cimento e salas volantes e desmontáveis; a adaptação dos projetos às peculiaridades regionais - foram fatores que contribuíram, em grande parte, para o êxito dos programas, nessa área.

3.2 SAÚDE, BEM-ESTAR SOCIAL E SANEAMENTO

3.2.1 Ações na Área de Saúde

A ampliação da rede de atendimento, a melhora de qualidade dos serviços e a participação da comunidade na formulação dos programas e na fiscalização dos resultados foram os pressupostos que fundamentaram as ações do Governo na área de saúde e bem-estar social.

Ao finalizar o ano de 1984, o Estado dispunha de 576 postos e centros de saúde. Foram construídas, ampliadas ou reformadas, durante o exercício, 44 unidades e iniciada a construção de 342, o que demonstra o empenho do Governo em ampliar a estrutura física de atendimento em todo o território do Estado, num esforço para aumentar a oferta de recursos de saúde - cuja carência o Plano de Ação do Governo retrata - principalmente no interior. Outra ação significativa, no sentido de disseminar serviços essenciais, foi a instalação de clínicas odontológicas simplificadas para atendimento escolar em 7 municípios e a reativação de equipamentos convencionais, que se encontravam desativados, em 42 municípios, mediante convênios com as prefeituras.

No sentido de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à população, desenvolveu-se um grande esforço para a formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, através de treinamento e cursos, envolvendo não só o pessoal da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar So-

cial e da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, como também, das prefeituras, de instituições privadas e da comunidade.

Um dos mais importantes projetos, na área de recursos humanos, foi a realização de cursos de agentes de saúde nas sedes dos distritos sanitários. A principal característica desse programa foi abrir a oportunidade de participação a representantes de todos os municípios da área de abrangência desses distritos, num processo de desenvolvimento de uma massa crítica de agentes, espalhados em todo o território do Estado, capazes de disseminar os conhecimentos adquiridos nos cursos realizados.

Dois cursos de saúde pública, em nível de especialização para pessoal já graduado, foram promovidos; um, em convênio com a Universidade Estadual de Londrina - com 30 participantes das regiões Norte, Nordeste e Noroeste do Estado - e outro, em Curitiba, em convênio com o Ministério da Saúde - com 35 participantes das regiões Sul, Leste e Sudoeste. Também, nesses eventos, o critério adotado foi dar prioridade a uma equilibrada distribuição territorial na seleção dos candidatos, de maneira a beneficiar, sem discriminações, tanto as áreas mais desenvolvidas como as mais carentes. Desse modo, a rede de serviços de saúde, sob responsabilidade do poder público estadual, passou a contar com um maior contingente de profissionais da mais elevada qualificação técnica para atender às populações, não só dos grandes centros, onde se concentram até agora os recursos de saúde, mas de todas as regiões do Estado. Iniciou-se, também, em 1984, e encontra-se em andamento, um curso técnico de higiene dental. A conhecida carência de recursos nessa área demonstrou a significação dessa iniciativa - pioneira entre as realizações de todas as secretarias estaduais de saúde do País - para a melhora do atendimento às necessidades da população.

Inúmeras outras atividades de treinamento, reciclagem e aperfeiçoamento de pessoal, tanto do Governo do Estado como das prefeituras, foram realizadas, no decorrer do ano, com a participação de 1.693 técnicos em serviços de saúde, do Estado, das prefeituras e de órgãos federais com agências no Paraná.

Cinco encontros regionais de saúde comunitária realizados em 1984 ilustram a preocupação do Governo em mobilizar a população em torno de problemas de seu interesse. Em todas essas reuniões, onde participaram as mais representativas lideranças das comunidades envolvidas, foram discutidas as condições de saúde da população local e, do debate, extraídas propostas exequíveis de atuação conjunta - Governo e comunidade - para a solução dos problemas detectados.

O controle de doenças, especialmente as transmissíveis, é uma das mais importantes atividades atribuídas à Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social. Em 1984, as principais ocorrências nessa área foram surtos de gastroenterite, em Piraquara, e meningite meningocócica, em Londrina. Com menor gravidade, ocorreram surtos de sarampo, hepatite e toxinfecção alimentar, em diversas localidades do Estado, todos controlados em tempo.

Nas ações preventivas, destacaram-se a ampliação das atividades de diagnóstico e o tratamento da tuberculose e da hanseníase. A prevenção da tuberculose estendeu-se de 235 para 282 municípios - a cobertura, hoje, é de 90,9% do território do Estado - tendo sido ampliada a rede de coleta de material suspeito para 225 postos. O exame de cultura e pesquisa do bacilo de Koch passou a ser feito em 18 laboratórios regionais. A prevenção da hanseníase foi ampliada de 244 para 289 municípios - o que representa o atendimento a 93,2% do território do Estado.

Para manter a privilegiada situação alcançada pelo Estado, onde, há 8 anos, não se registra nenhum caso de raiva humana e, nos últimos 6 meses, nenhum de raiva canina, foi reativada a Comissão Estadual de Profilaxia da Raiva.

3.2.2 Bem-Estar Social

As ações de apoio e de promoção do menor têm sido conduzidas de acordo com diretrizes bastante definidas: empenho para melhorar a qualidade dos serviços assistenciais de responsabilidade do Governo; incentivo à participação comunitária; maior utilização dos recursos e equipamentos existentes na comunidade; ênfase no trabalho junto às famílias do menor carente, de modo que o internamento seja o último recurso.

A providência mais importante, pela sua abrangência, para o aperfeiçoamento dos serviços, foi a reestruturação do Instituto de Assistência ao Menor (IAM) e a sua regulamentação, aprovada pelo Decreto no. 4.344, de 21 de novembro de 1984. A diretriz básica de democratização do poder, proclamada no Plano de Ação do Governo, orientou a formulação da nova estrutura dessa instituição. A participação de representantes da comunidade no Conselho de Administração e, no âmbito interno, a criação do Conselho de Desenvolvimento de Programas - onde participam representantes de todos os setores do Instituto - órgão de assessoramento ao Diretor, refletem a nova postura da instituição.

O aumento de escritórios regionais do IAM, de 8 para 20 - em fase de instalação, com recursos do Estado e da FUNABEM -; a ampliação do Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido - construção de área física para reinstalação da panificadora -; a

reforma do Centro Comunitário Diva Pereira Gomes e do Centro de Estudos, Diagnóstico e Indicação de Tratamento (CEDIT), ambos em Curitiba; a reforma e reequipamento do Centro de Reabilitação Adeodato Volpi (para menores excepcionais), com aumento de sua capacidade de 60 para 90 vagas; o reequipamento de 7 unidades sociais do interior do Estado; o convênio assinado com a FUNABEM, para instalação de uma unidade de atendimento a menores infratores do sexo feminino, em Curitiba; o convênio com o Poder Judiciário e a FUNABEM para atendimento de 268 menores em sistema de liberdade vigiada, nas comarcas de Ponta Grossa, Paranaguá, Maringá, Londrina e Cascavel - são ações desenvolvidas em 1984 que caracterizam, também, o esforço do Governo para ampliar e interiorizar os serviços e elevar os padrões de atendimento ao menor carente.

As entidades oficiais do Estado acolheram, durante o ano, em regime de internato, cerca de 6 mil menores órfãos, abandonados e infratores; encaminharam, após a devida triagem, para instituições do próprio Estado e particulares ou de retorno para a família, 7.870 menores; destinaram, para atendimento por unidades sociais comunitárias ou municipais, em regime de internato ou semi-internato, 30.794 menores carentes (18,6% a mais que em 1983); deram assistência profissionalizante - em convênio com a FUNABEM - a outros 398; deram apoio a 612 famílias de 1.008 menores internos, com vistas a uma recuperação do ambiente familiar capaz de reintegrar o menor em seu seio.

Também foi implementado em Curitiba, em 1984, o projeto "Meninos de Rua", com a participação da FUNABEM, UNICEF, Prefeitura de Curitiba e Pastoral do Menor. Cerca de 300 menores foram atendidos. O IAM promoveu encontros em 6 municípios do interior, com vistas à interiorização do projeto.

Quanto ao apoio e promoção do adulto carente, obedecendo às mesmas diretrizes de melhora na qualidade dos serviços do Estado e incentivo à participação comunitária, há que se registrar a reestruturação da PROMOPAR e implantação de uma unidade regional dessa instituição em Francisco Beltrão, iniciando-se um processo de interiorização até então inexistente; a conclusão da construção do Centro de Reabilitação do Lesado Medular, em Curitiba; o apoio, com assessoramento técnico, a 18 prefeituras, para estruturarem serviços municipais de bem-estar social; o apoio financeiro e orientação técnica a 641 entidades particulares de amparo à velhice, albergaria, proteção à maternidade e à infância, atendimento a deficientes físicos e mentais; ações que consolidam uma rede oficial e comunitária de instituições nessa área.

Para debater com a comunidade as propostas do Governo no setor de promoção ao adulto carente, foram realizados 12 encontros regionais. As entidades oficiais vinculadas à PROMOPAR atenderam 73.360 pessoas com auxílios diversos e as instituições particulares que receberam apoio do Estado, em 1984, atenderam 277.582 pessoas. Foram instaladas unidades de produção em 33 centros sociais urbanos e realizadas, em Curitiba, 2 feiras, onde 77 entidades sociais promoveram a comercialização de produtos confeccionados pela sua clientela.

3.2.3 Saneamento

Em dezembro de 1984, o Paraná contava com 309 sedes municipais com serviços de água tratada, 264 dos quais sob responsabilidade do Estado e 45 diretamente administradas pelas prefeituras. A SANEPAR já atende, também, a 132 distritos, totalizando 396 localidades. Os serviços de esgotos sanitários já são disponíveis em 42 sedes de municípios, das quais 37

atendidas pela empresa estadual. Esses números significam que uma parcela correspondente a 86,7% da população urbana do Estado desfruta dos benefícios da água tratada, enquanto apenas 24,7% têm a seu serviço sistemas de esgotos sanitários.

A expansão dos serviços de água a cargo do Estado evoluiu 7,8%, em relação a 1983, com acréscimo de 50.350 ligações. O atendimento com esgotos cresceu 4,2%, passando o número de ligações de 195.709 para 204.025.

Dos investimentos realizados, em 1984, para a obtenção desses resultados, Cr\$ 33,4 bilhões destinaram-se à expansão e melhora dos serviços de água tratada e Cr\$ 6,8 bilhões aos esgotos. Tais inversões representaram acréscimos respectivos de 155% e 48%, de um exercício para outro. O total de recursos aplicados em investimento, pela SANEPAR, em 1984, foi de Cr\$ 42,2 bilhões, 110% a mais do que em 1983.

Entre as obras de ampliação de sistemas, ou construção de novos, em 1984, destacam-se: no subsistema Passaúna, destinado a reforçar o sistema de abastecimento de água da Região Metropolitana de Curitiba, prosseguiram as obras de construção civil - 70% realizadas no exercício - que deverão estar concluídas nos próximos meses, e foi iniciada a montagem dos equipamentos eletromecânicos, cujos testes de pré-operação deverão ser iniciados em abril de 1985.

O Programa Estadual de Fluoretação, iniciado em 1983, teve significativa expansão em 1984, apesar de não ter havido repasses, pelo BNH, dos recursos do FINSOCIAL, que deveriam dar suporte aos projetos. Mesmo assim, foram instalados os equipamentos para fluoretação da água dos sistemas de abastecimento de Campo Largo, Campo Mourão, Clevelândia, Francisco Beltrão e Irati, beneficiando cerca de 200 mil

usuários desses sistemas. A SANEPAR investiu Cr\$ 722 milhões, dos quais Cr\$ 600 milhões de recursos próprios e Cr\$ 122 milhões de verbas liberadas pelo BNH.

Teve continuidade o programa de construção de microssistemas de abastecimento de água potável, em pequenas localidades das áreas rurais. Um processo de mutirão, que consiste na perfuração de poços profundos, construção de reservatório e montagem da rede, até as residências, em sistema de trabalho cooperativo entre o Governo do Estado - através da Secretaria do Interior - as prefeituras e as comunidades beneficiadas, torna viável a instalação dessa infra-estrutura.

Foram perfurados 95 poços, em 1984. No final do ano, 11 novos microssistemas estavam em funcionamento e outros 10 em fase final de construção.

3.3 HABITAÇÃO POPULAR

3.3.1 Novas Alternativas

A ação do Governo no campo da habitação popular, mesmo sofrendo as restrições decorrentes de uma conjuntura nacional adversa, teve avanços que podem ser medidos, não tanto em números mas, principalmente, em termos de organização dos moradores dos conjuntos habitacionais de responsabilidade da COHAPAR e da população, em geral.

A expansão, em 1984, do programa de construção de casas populares pelo sistema mutirão, que beneficiou, em todo o Estado, com acesso a moradia, mais de 10 mil pessoas de renda baixíssima, foi a maior conquista do setor. Exemplo do esforço governamental no sentido da participação comunitária, não só nas decisões sobre planos e projetos como na sua implementação; o sistema mutirão combina o uso de recursos do Tesouro do Estado com a força de trabalho das famílias envolvidas, que recebem, no período de construção, auxílio-alimentação.

Além das vantagens diretamente auferidas pelas famílias que passaram a dispor de casa própria, com prestações mensais, em média, variando em torno de Cr\$ 10.000 a Cr\$ 15.000, há os benefícios indiretos, resultantes do estímulo a organização de associações de moradores e ao seu fortalecimento. Nesse sentido, o Governo repassa recursos a essas entidades, mo-

biliza os órgãos governamentais para apoiá-las em suas justas reivindicações, e coordena projetos específicos, como a manutenção, em comodato com as associações de moradores, de hortas comunitárias para subsistência doméstica, em terrenos de propriedade da COHAPAR.

É importante destacar que parte dos terrenos utilizados nesse projeto resultaram de remanejamento do estoque de terras, adquiridas em períodos anteriores, impróprias para a construção de conjuntos habitacionais convencionais.

3.3.2 Medidas Saneadoras

Os altos custos da construção civil, os elevados reajustes do Sistema Financeiro da Habitação, os índices de inadimplência dos mutuários, próximos de 50%, fatores que se refletiram em todo o sistema, levando-o à estagnação, dificultaram a comercialização das unidades habitacionais já construídas e, ao mesmo tempo, induziram ao abandono de expressiva quantidade de imóveis.

Para fazer frente a este quadro, a Secretaria do Interior e a COHAPAR articularam, junto com as providências administrativas de austeridade, destinadas a restaurar a capacidade operacional da empresa, o seguinte conjunto de medidas e procedimentos:

- isenção de mora nas prestações em atraso;
- redução das taxas de transferência, revenda e aquisição;
- parcelamento das prestações atrasadas;
- redução do valor das prestações em aproximadamente 50 conjuntos habitacionais, adequando-os às realidades regionais;

- racionalização dos processos para aquisição dos imóveis;
- realização de sorteios com quitação de prestações e de unidades residenciais;
- parcelamento de taxas imobiliárias;
- campanha de esclarecimentos sobre o Sistema Financeiro da Habitação;
- incorporação de prestações atrasadas ao saldo devedor.

A adoção dessas medidas reduziu significativamente a inadimplência, permitindo a permanência de 11 mil famílias em seus respectivos lares, e viabilizou a comercialização de mais de 3.500 imóveis estocados.

3.3.3 Construções e Projetos

Foram construídas, em 1984, 1.863 casas, sendo 1.384 através do Sistema Financeiro da Habitação, com valor aproximado de Cr\$ 17 bilhões, e 479 em regime de mutirão, com investimentos da ordem de Cr\$ 1,8 bilhão.

No final do exercício, encontravam-se em fase de conclusão 2.150 unidades habitacionais, das quais 1.007 através do SFH, com investimento previsto da ordem de Cr\$ 16 bilhões, e 1.143 em regime de mutirão, com inversões em torno de Cr\$ 4,7 bilhões. Em dezembro, encontravam-se em fase de projeto 3.065 casas, pelo SFH, com investimento previsto para Cr\$ 40 bilhões, e 1.235 em mutirão, com inversões estimadas em Cr\$ 5,3 bilhões.

3.4 CULTURA, ESPORTE E TURISMO

3.4.1 Cultura

O fato mais relevante na área da cultura foi a fundação da Orquestra Sinfônica do Paraná, com a criação de cargos profissionais específicos para músicos, a serem preenchidos a partir de janeiro de 1985, e a aquisição dos instrumentos indispensáveis ao seu funcionamento.

Além de constituir-se em uma das propostas do Plano de Ação do Governo, a orquestra é uma resposta às aspirações dos músicos paranaenses, manifestada através da Ordem dos Músicos e da Associação dos Músicos Profissionais do Paraná. O projeto, elaborado pelo Grupo de Diretrizes da Cultura, foi profundamente discutido pela Secretaria da Cultura e do Esporte e pela Fundação Teatro Guaíra e passou pelo exame das Secretarias do Planejamento, da Administração e das Finanças, que analisaram sua viabilidade.

A Fundação Teatro Guaíra abrigará a orquestra em sua estrutura e lhe dará todas as condições de funcionamento.

Ainda, na área musical, tiveram prosseguimento as atividades dos programas Paraná Canta, Projeto Bento Mossurunga, Festival de Londrina, Fazendo Música e Projeto Rataplã. Foi realizado o II Encontro de Música Antiga do Paraná.

No campo das artes cênicas, criaram-se, na Fundação Teatro Guaíra, o Setor Circense, que promoveu a 1a. Festa Circense do Paraná, e o Setor de Ópera, que promoveu seu primeiro evento com a apresentação do oratório O Messias, de Haendel. As festividades de abertura do I Centenário do Teatro Guaíra foram assistidas por cerca de 5.000 pessoas. O corpo de balé apresentou-se em Portugal com O Grande Circo Místico, com elogiosas referências dos críticos especializados. Compareceram ao Guaíra, durante o ano, 652 mil pessoas, em 1.303 espetáculos.

Outras importantes atividades, que caracterizaram o desempenho do setor cultural, foram: o mapeamento da área de artesanato típico do Estado e a promoção de seminários de folclore na Lapa e em Antonina; realização do 23o. Festival Folclórico Internacional; organização do evento Um Escritor na Biblioteca, que divulga autores e obras paranaenses; lançamento dos programas Chamada Geral Literária, com a participação de 340 trabalhos, e Paraná, Memória e Momento, que editará obras sobre aspectos antropológicos, artísticos e folclóricos do Estado; inauguração da 6a. sucursal da Biblioteca Pública do Paraná.

A fotografia e o cinema receberam apoio para a produção e divulgação de obras de artistas paranaenses, destacando-se os filmes Auto-Retrato de Bakum e Guerra del Paraguay, de Silvio Bach; O Contestado, de Ruy Vezzano; Mutirão, de Frederico Filgraff; e Romance, de Sérgio Bianchi. Para obras cinematográficas, o apoio só é concedido se os produtores utilizarem artistas e mão-de-obra local.

Para divulgação do patrimônio histórico e artístico do Paraná, foram realizadas 43 exposições e mostras, assistidas por mais de 200 mil pessoas. Foi reestruturado o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico,

reativados o Museu do Mate e o Museu da Imagem e do Som. Tombou-se o Parque Histórico do Museu do Mate e o Teatro São João, na Lapa, bem como foram restaurados bens já tombados.

3.4.2 Esporte

Na área do esporte, procurou-se despertar o interesse pela prática esportiva através de sua popularização, expansão das diferentes modalidades e aprimoramento de atletas.

Atendeu-se a mais de 200 municípios, com material esportivo, apoio técnico, material e financeiro. Criaram-se e consolidaram-se 21 clubes escolares e grêmios esportivos culturais comunitários, ao mesmo tempo em que foram reativados 11 pólos esportivos. Incentivou-se a criação dos Conselhos Municipais de Esporte, com apoio e orientação aos municípios interessados.

Foram realizados diversos cursos de iniciação e arbitragem, nas mais variadas modalidades esportivas, envolvendo mais de 1.000 acadêmicos e professores de Educação Física do Estado, como, também, cursos internacionais de natação e basquetebol. Reformulou-se a estrutura dos Jogos Escolares, que passaram da competição entre municípios para competição entre escolas. A emulação, criada ao nível municipal, depois estadual e, finalmente, nacional, envolveu, em 1984, 30.000 atletas, um dos motivos para que o Paraná obtivesse o 3o. lugar e conquistasse o campeonato brasileiro nas modalidades de natação masculina, ginástica rítmica e handebol masculino.

Apoiou-se a realização de diversos eventos, como os XXVII Jogos Abertos do Paraná, com a participação de mais de 3.000 atletas e 40 municípios; os Jogos Abertos Regionais do Vale do Ivaí, envolvendo quase 2.000 atletas e

19 municípios; os Jogos Abertos do Vale do Pirapó, com 698 atletas e 14 municípios; diversas competições no desporto do deficiente; o Festival de Praias e a IV Olimpíada do Trabalhador, com a participação de 62 empresas e mais de 2.000 atletas-trabalhadores.

Deve ser destacado o lançamento do projeto Pró-Criança, em caráter experimental, na cidade de Cascavel, projeto que consiste na promoção de atividades esportivas e de lazer para crianças carentes, complementadas com alimentação.

3.4.3 Turismo

Com o objetivo de estimular o turismo regional e, ao mesmo tempo, oferecer entretenimento e oportunidades de lazer à população, foi dado apoio e divulgação a grande número de eventos recreativos e de lazer, promovidos em várias regiões do Estado.

Para incrementar a filosofia de infra-estrutura ao turismo, concluiu-se a drenagem e pavimentação do Parque Turístico de Capivara, em Primeiro de Maio; realizaram-se obras de restauração e manutenção nos parques turísticos de Matinhos, Guaratuba, Campinhos, Monge da Lapa e Vila Velha, além de terem sido implantados o Escritório Regional de Londrina e o Centro Cultural e Turístico de Antonina.

Criou-se o FAMTUR, que permite viagens de jornalistas especializados aos diversos pontos turísticos do Estado, para divulgação, além de diversas campanhas promocionais através da imprensa escrita e falada. Vale destacar que já se estão sentindo os efeitos destas promoções, tendo em vista o acréscimo de 26,54%, em relação a 1983, do número de turistas nacionais que visitaram o Paraná em 1984. Cresceu também 69,32%, em relação a 1983, o fluxo de turistas

estrangeiros. A permanência média dos mesmos também passou de 2,0 dias para 3,17 dias.

Foram executados serviços de registro, classificação, fiscalização e inspeção de qualidade em 141 agências de viagens e 177 hotéis, abrangendo 26 municípios.

Realizaram-se cursos como o de Guia Turístico, em Foz do Iguaçu e em Curitiba, e o Curso de Inglês Básico para Hotelaria, em Foz do Iguaçu.

Promoveu-se o I Concurso Estadual de Redação "Turismo para Todos", envolvendo 50 municípios, e a I Revoada Nacional de Velhas Águias, que se constituiu no primeiro evento de turismo técnico do Paraná.

3.5 SEGURANÇA E JUSTIÇA

3.5.1 Política de Segurança

A necessidade de aumentar a qualidade e a eficácia dos serviços de segurança, ofertados à população pelo Poder Público estadual, foi uma das preocupações mais sérias do Governo no campo social, paralelamente aos esforços que vem desenvolvendo no sentido de atacar o problema da criminalidade em suas causas, reconhecidamente a aglomeração, a pobreza e a marginalidade geradas pelo agravamento da crise econômica com seu produto mais cruel: o desemprego.

As ações, nesse sentido, concentraram-se em prioridades adotadas pela Secretaria da Segurança Pública no trato das ações preventivas e repressivas de responsabilidade das instituições que a integram.

O incentivo à participação popular no equacionamento das questões de segurança é uma das mais importantes inovações na atuação dos órgãos policiais. A organização de conselhos comunitários de segurança, com a finalidade de discutir os problemas da área e cooperar com a ação policial é uma experiência vitoriosa. No final de 1984, estavam formados 22 conselhos e outros 31 em organização. Já foram doados pelos conselhos, às diversas unidades da Polícia Civil, 31 veículos, 10 dos quais em 1984.

Outra prioridade na área de segurança tem sido a capacitação de pessoal. Além da amplia-

ção em 58% no efetivo da Polícia Militar, autorizada por lei sancionada em dezembro - no correr do ano houve um efetivo aumento de 856 soldados - e da realização de concursos para preenchimento de 728 cargos do quadro da Polícia Civil - 77 delegados -, destaca-se, na área de recursos humanos, a realização de cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento.

No que se refere às condições materiais, as unidades policiais receberam 104 novos veículos e 407 foram recuperados, enquanto as militares receberam 162 novos e tiveram 142 recuperados. Com investimento de Cr\$ 563 milhões, foram realizados reparos em 131 delegacias. A partir de agosto, todas as delegacias, exceto a de Araucária, passaram a receber combustível, de acordo com suas necessidades, modificando-se prática anteriormente adotada de depender de fornecimento das prefeituras. O Corpo de Bombeiros, além de reforço no equipamento, instalou mais dois postos no interior, um no aeroporto de Londrina e outro em Medianeira.

Outro expressivo exemplo da ação cooperativa com a comunidade foi a operação "Carreteiro", destinada a prevenir assaltos a caminhões de carga em território paranaense, em colaboração com as entidades representativas dos empresários e dos trabalhadores do setor, e "Cooperativa", que consiste em esquema especial de policiamento para prevenir assaltos contra cooperativas agrícolas. A primeira, pelo seu ineditismo e pelo êxito alcançado, tornou-se modelo em todo o País.

O DETRAN, transformado em autarquia, encontra-se em fase de adaptação às novas condições. Sua atuação caracterizou-se pela maior agilidade nos serviços e pelo rigor na averiguação de casos de corrupção. Em 1984, foram

exemplarmente punidos 44 despachantes, 18 auto-escolas e 14 funcionários.

3.5.2 Diretrizes da Justiça

Se em outras áreas a defesa dos direitos dos mais carentes é uma necessidade que cabe ao Estado assegurar, no campo da justiça essa exigência assume caráter imperativo. Assim, foi para as populações marginalizadas e para os encarcerados e suas famílias que incidiu com maior ênfase a ação do Governo, na reformulação das prioridades e na renovação dos métodos, linha de conduta que vem sendo assumida desde o início da gestão.

A assistência judiciária ampliou-se não apenas na quantidade das pessoas que passaram a dispor da oportunidade de ter a quem recorrer, na defesa de seus direitos como, principalmente, na qualidade da assistência à sua disposição. Os serviços prestados pela Secretaria da Justiça nessa área foram totalmente reestruturados. Entre as medidas efetivamente adotadas, destaca-se a vinculação do advogado responsável pela causa até o seu final - o que não ocorria antes - possibilitando-lhe fornecer, a qualquer momento, informações necessárias à defesa, no decorrer do feito.

O setor jurídico da assistência judiciária gratuita atendeu 7.559 casos; o de psicologia, 573 e o de serviço social, 563. A sobrecarga de trabalho dos advogados lotados nas varas criminal e de delitos de trânsito só permitiu a elaboração de 1.285 peças processuais, 338 dos quais de defesa prévia, 769 alegações finais, 34 apelações e 94 memoriais.

O projeto Pró-Cidadania iniciado em setembro, com idêntica linha de ação, tem a finalidade específica de providenciar documentação e redocumentação para pessoas carentes. Já

foi implementado em 8 municípios e possibilitou o registro de 1.385 pessoas que passaram a ter, conseqüentemente todas as prerrogativas e direitos de cidadão.

Um dos vícios tradicionais do sistema penitenciário consistia na faculdade, dada aos internos, de patrocinarem causa própria e trabalharem no setor jurídico, dentro dos presídios. Em 1984, foram organizadas, nas unidades penais serviços jurídicos adequados, vinculados ao setor específico da Secretaria da Justiça. Assim, internos egressos e seus familiares passaram a contar com assistência judiciária eficiente, ao pleitearem direitos assegurados em lei.

Foi montada uma central de benefícios objetivando: evitar repetições de pedidos de um mesmo benefício para o mesmo interno; tornar mais ágil o trâmite do processo em julgamento; ordenar o sistema de peticionamento, evitando-se as práticas nocivas da corrupção, da captação de clientela, da contrafação de documentos e outros inconvenientes prejudiciais não só aos internos como ao aperfeiçoamento do sistema.

Em agosto, foi criada a Associação de Familiares e Amigos de Internos e Egressos do Sistema Penitenciário, entidade também voltada à defesa dos legítimos interesses e dos direitos dos internos, egressos e seus familiares. Resultados expressivos já foram alcançados com a prática de um relacionamento mais aberto entre a comunidade dos presidiários e os agentes administrativos responsáveis pela Administração dos presídios.

Durante 60 dias, entre setembro e novembro, realizou-se um mutirão jurídico nas 5 unidades penais do sistema penitenciário, durante o qual, pela primeira vez, conseguiu-se alcançar a regularização jurídico-processual

de cada interno, identificar doenças infecto-contagiosas, detectar problemas quanto à segurança e constatar inadequações existentes nas visitas de parentes e amigos de internos.

A eliminação da censura à correspondência expedida pelos presidiários foi outra medida de respeito aos direitos da pessoa humana, que teve amplos resultados. Além dos próprios interessados, como seria natural, todos os agentes envolvidos na administração dos presídios - psicólogos, assistentes sociais e encarregados da segurança - aplaudem a iniciativa que restabelece àquelas pessoas privadas da liberdade sua condição de cidadão, uma das maiores preocupações da política de direitos humanos do Governo.

Com recursos provenientes das taxas e custas judiciárias - Leis no. 7.809 e 7.810, de dezembro de 1983 - realizaram-se substanciais melhoras materiais nos presídios. Foram adquiridos equipamentos e material permanente para montagem de uma fábrica de detergentes que atenderá a todo o complexo penal; equipamentos para montagem de uma oficina de enrolamento de motores; material permanente para a montagem de uma alfaiataria e uma padaria; aquisição de equipamentos e material permanente para o consultório da clínica geral e o ginásio de fisioterapia que atende a todo complexo penal; adaptações e melhorias no sistema de água e esgotos, rede elétrica, cabine de força, galerias e área de segurança na Prisão Provisória de Curitiba; construção de um pavilhão avícola com capacidade de abrigar 5.000 aves para corte na Colônia Penal Agrícola.

Objetivando a ampliação da capacidade física do sistema penitenciário do Estado, com a consequente melhora do tratamento prisional, o segundo plano de aplicação dos recursos gerados pelas taxas e custas judiciárias dará prioridade à construção de 6 unidades no inte-

rior do Estado: 2 na região Norte, 2 na região Oeste, além de uma instituição de segurança máxima e uma colônia penal, também no interior do Estado. O principal resultado que se espera é a redução da população carcerária dos presídios de Curitiba, atualmente com 2.326 presos, em média 152% acima da capacidade real. Com recursos de 1984, já está sendo efetivada a compra de um terreno em Cascavel, para construção da primeira unidade do plano de expansão.

4. FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS

4. FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS

Os esforços do Governo para estimular as atividades econômicas, pesadamente atingidas pela inflação e inibidas pelo processo recessivo que aflige o País, vêm se desenvolvendo de acordo com as estreitas margens de decisão no âmbito regional. É notória a dependência dos Estados, desde a possibilidade de escolhas de alternativas - as opções disponíveis estão amarradas às prioridades estabelecidas pelo Governo Federal, nem sempre convenientes às realidades regionais - até a mais simples medida administrativa para a alocação dos escassos recursos disponíveis. Esse poder decisório concentrado em Brasília e a teia de exigências e controles burocráticos, também centralizados, não permitem que as ações acompanhem a velocidade das mudanças que um período de inflação e crise, como o que vivemos, impõe, a cada instante, às decisões econômicas.

Os reflexos desse quadro no desempenho do BADEP, por exemplo, é extremamente ilustrativo quanto às dificuldades que o Estado enfrenta, atualmente, nesse campo.

Decidido a baixar os custos do dinheiro que repassa a seus mutuários, o banco resgatou Cr\$ 30,3 bilhões de CDBs em 8 meses, reduzindo a participação desses títulos na composição de suas fontes de recursos, de 10,4% em dezembro de 1983 para 5,8% em agosto de 1984. Esse resultado lhe possibilitaria ampliar o apoio, principalmente em financiamentos para sanea-

mento financeiro, aos seus mutuários mais atingidos pelos efeitos da crise.

A partir de setembro, entretanto, o Conselho Monetário Nacional passou a adotar uma série de decisões drásticas que incidiram pesadamente sobre o desempenho dos bancos de desenvolvimento estaduais. Entre as de maior impacto, congelou os depósitos externos e elevou o depósito compulsório de 10% para 22%, do saldo da carteira de CDBs. Estas medidas, somadas às restrições impostas pela Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST) quanto à rolagem da dívida das estatais provocou uma reversão no comportamento daquela instituição financeira do Estado. Como alternativa para atender necessidades operacionais imediatas, o Banco foi obrigado a captar, no mercado financeiro interno, Cr\$ 37,7 milhões de CDBs, elevando, novamente, dos 5,8% que havia atingido em agosto, para 9,0%, em dezembro, a participação dessa carteira, de dinheiro extremamente caro, sobre o total de suas fontes de recursos.

As indecisões do Governo Federal quanto a uma política para a agropecuária, que no início do atual período presidencial fora definida como a grande prioridade, opção que infelizmente não se concretizou na prática, obrigaram o Governo do Estado tentar soluções emergenciais para socorrer os produtores, como é o caso dos financiamentos para as lavouras de feijão. Estas ações, entretanto, não atendem, com a amplitude e a profundidade necessárias, as exigências permanentes de uma política consistente de fomento. Daí as limitações da ação estadual no fomento às atividades econômicas, apesar das necessidades imperiosas de programas bem delineados, nesse campo, em uma Unidade da Federação com tantas potencialidades, como é o Paraná, mas que sofre as restrições naturais da sua juventude - tanto no que se refere à exploração dos recursos de seu

território como na organização de suas instituições sociais, econômicas e políticas.

Apesar dessas limitações, o ano de 1984 foi fértil em ações inovadoras. Os programas de apoio aos pequenos produtores, principalmente, tanto na área agrícola como na atividade industrial e comercial, foram incentivados, atendendo às diretrizes estabelecidas no Plano de Ação do Governo. A participação comunitária, que mobilizou centenas de empresários em todo o Estado para definir, junto com os órgãos governamentais, as ações a desenvolver e os projetos a privilegiar, é o maior exemplo de que se está cumprindo a decisão adotada de democratizar o poder e governar a comunidade.

4.1 AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

4.1.1 Política Agrícola

O desempenho econômico do Paraná no setor agrícola foi positivo para a maioria dos produtos, durante o ano de 1984. A receita bruta obtida superou os custos de produção, atingindo, em valores monetários correntes, cerca de Cr\$ 4,6 trilhões. A agricultura paranaense, responsável por aproximadamente 20% da renda interna e 36% do ICM gerado, participa com 27% da produção brasileira de grãos e algodão, números estes sustentados basicamente pelo segmento exportador. Registrou-se, entretanto, uma instabilidade no mercado interno dos produtos básicos de alimentos, onde pequenos lucros se alternaram a prejuízos. A consequência desse processo foi uma contração na oferta de produtos como milho, arroz, feijão e batata. No conjunto, a atividade agrícola não evoluiu na medida de sua potencialidade em nosso Estado e, hoje, tem seus preços e a decisão de produção estreitamente vinculados às cotações internacionais.

Ao modelo desenvolvimentista que transformou, de maneira drástica, a composição da produção agrícola brasileira, somou-se a atual política econômica que, com suas rígidas medidas de contenção ao crédito, inibiu a demanda interna de alimentos básicos. Ademais, uma postura histórica de ufanismo quanto à vocação agrícola do Estado encobriu equívocos como a perda e o esgotamento dos solos fér-

teis, conseqüência do manejo inadequado e exploração imediatista, fatores que se agregam à expansão da agricultura comercial de exportação - expulsora de mão-de-obra pela mecanização intensiva - para agravar o êxodo rural e intensificar a queda da produção alimentar básica.

Esta realidade nacional e estadual condicionou a ação do Governo no setor agropecuário, orientando-a para o apoio ao pequeno agricultor, o estímulo ao abastecimento alimentar e a defesa do meio ambiente. Para operacionalizar as diretrizes propostas, a Secretaria da Agricultura estabeleceu programas especificamente destinados a promover a organização rural, a difundir o uso de tecnologias alternativas, a incentivar a integração das explorações agropecuárias e a apoiar as aspirações de acesso à terra tanto em relação às propriedades como às regiões. Estimulou-se a auto-suficiência na produção de alimentos, reduzindo-se a importação de outros municípios e estados.

4.1.2 Apoio ao Pequeno Produtor e ao Trabalhador Rural

Diversos programas tiveram como objetivo específico o apoio institucional e técnico aos pequenos produtores e aos trabalhadores rurais. Entre eles, um dos mais importantes é o Programa de Desenvolvimento da Tração Animal, objetivando restabelecer o uso de cavalos, de raças apropriadas, na agricultura. O advento da mecanização incentivou o abandono da tração animal, processo de grande potencialidade para os pequenos produtores e com múltiplas possibilidades de desenvolvimento no Estado. O envolvimento comunitário, essencial para que tenham êxito iniciativas de renovação de métodos de trabalho, estendeu o programa a 287 municípios, envolvendo demonstrações sobre o uso adequado de tração animal e seus limites, para

305 pequenos agricultores e orientação e treinamento para outros 140 mil.

Foram adquiridos e repassados, abaixo do custo, máquinas, implementos e arreamentos, utilizando-se a estrutura de postos de venda da CAFE do Paraná. Na área de engenharia agrícola, desenvolveram-se pesquisas para avaliação dos implementos de tração animal existentes no mercado e sua adequação às diversas etapas da produção, desde o preparo do solo até o cultivo.

A introdução de tecnologias alternativas e o incentivo à integração das explorações têm em vista o desenvolvimento da propriedade agrícola como um todo, mediante a melhor utilização dos fatores de produção existentes ou em potencial, o que reduz, em grande parte, a dependência externa. Para tanto, houve orientação a 157 mil agricultores no trato de 3.300.000 hectares de áreas com lavouras e no manejo de 1 milhão e 900 mil cabeças do rebanho estadual. Com o objetivo de promover o acesso à terra, foram assessoradas 850 famílias, assistidos movimentos de pequenos agricultores sem terra e organizadas 6 pequenas áreas de assentamento.

Os esforços quanto à organização rural exigiram a realização de reuniões com, aproximadamente, 300 mil agricultores para discussão do papel e das funções que cooperativas, sindicatos e associações podem desempenhar na sociedade. Estimulou-se a participação consciente dos pequenos produtores nessas entidades.

O uso de sementes melhoradas, objetivando, principalmente, a produção de excedentes comerciáveis, envolveu 35 mil pequenos agricultores que receberam 1,8 tonelada de grãos de feijão, arroz e milho. Para ampliar esse programa, estão sendo concluídas as instalações, em Ponta Grossa, com recursos do PRORU-

RAL de uma unidade de produção de sementes que deverá começar a operar em 1985. Para regularizar, estimular e recuperar a produção de milho de aproximadamente 1.000 agricultores que tiveram suas lavouras dizimadas por fenômenos climáticos, foram distribuídas 120 toneladas de semente, à base de troca.

Dentre as ações desenvolvidas, no sentido de melhorar as condições de produção e a qualidade de vida dos pequenos produtores, destacou-se, em 1984, a conclusão, com recursos do PRORURAL, da sede da COOPESPAR, em Guaratuba, dentro do Programa de apoio à pesca artesanal. Estão em construção diversos postos de coleta de pescado nas ilhas ao longo do litoral, além de um posto de beneficiamento de pescado.

Um grande impulso foi dado à reivindicação do Paraná, no sentido de voltar a produzir cítricos, com a conclusão de estudos, no IAPAR, que provaram ser possível a contenção do cancro cítrico, ou a convivência com a doença pela utilização de variedades cítricas resistentes. O incremento à citricultura comercial, em áreas viáveis, faz parte de um programa de fornecimento de mudas de alto padrão.

Com incentivos a pequenos produtores, promoveu-se uma campanha de diversificação da cafeicultura. Estimulou-se, também, a produção de algodão, terceiro produto agrícola gerador de tributos no Estado - e 5o. no Brasil - com a produção de 720 mil sacas de sementes.

4.1.3 Política Fundiária

Dando continuidade às ações mediante, as quais vem se empenhando, desde o ano de 1983, para corrigir distorções e reparar injustiças que caracterizaram o problema fundiário no País, nos últimos anos, atingindo de maneira brutal milhares de pequenos proprietários e

agricultores sem terra, no Paraná, o Governo assumiu, em 1984, uma série de compromissos e tomou providências efetivas para a medição e demarcação de imóveis rurais, organização do cadastro técnico rural e montagem do inventário dos municípios do Estado.

O Instituto de Terras e Cartografia (ITC) prosseguiu na tarefa de identificar latifúndios improdutivos, detectando 6.500 ha que, acrescidos aos levantamentos feitos em 1983, totalizaram 47.934 ha, cujos processos foram encaminhados ao INCRA. Encontram-se, em andamento, naquele órgão federal, processos de desapropriação de 10 imóveis, com área total de 16.854 ha e que deverão beneficiar 1.334 famílias. Mediante acordos entre proprietários e posseiros, tendo o Estado como mediador, outras 264 famílias foram atendidas, com posse de propriedades que totalizaram 5.600 ha.

4.1.4 Apoio Creditício e Financeiro

O apoio do Governo à agricultura também efetuou-se através de medidas que canalizaram, para o setor, recursos de seus bancos de fomento. Foram contemplados, principalmente, os pequenos e médios produtores e as cooperativas. Implementaram-se programas específicos destinados a sanar problemas climáticos. O BANESTADO alocou perto de Cr\$ 100 bilhões nas operações de crédito rural, dirigindo parcela substancial dos recursos ao custeio e comercialização agrícolas.

O Programa de Recuperação da Pequena Propriedade Rural, negociado em 1983 e implementado em 1984 pelo BADEP, com recursos do FINSOCIAL, repassados pelo BNDES, no total de Cr\$ 4,0 bilhões, teve como objetivo o apoio ao pequeno produtor rural. Sua principal meta foi recuperar as condições de subsistência e a capacidade produtiva das famílias rurais,

principalmente daquelas localizadas nas regiões mais atingidas pelas elevadas precipitações pluviométricas de maio a julho de 1983. Foram atendidos 2.101 produtores, beneficiando 10.500 pessoas em 30 municípios.

Q BADEP também concedeu aval à CAFE do Paraná, para o Plano de Produção de Sementes Fiscalizadas, num montante de Cr\$ 6,4 bilhões, dos quais foram utilizados, em 1984, Cr\$ 4,3 bilhões. O mesmo banco dirigiu ao setor primário financiamentos da ordem de Cr\$ 7,1 bilhões. Cinquenta por cento desses recursos destinaram-se a inversões fixas.

Através da ação financiadora do BRDE/PR, o setor agropecuário recebeu Cr\$ 28,0 bilhões, dos quais 96% destinaram-se às cooperativas. Os objetivos dos projetos financiados demonstram a retomada do nível de investimentos das cooperativas paranaenses. As inversões em novas unidades de armazenagem ou na expansão e adequação das já existentes e no beneficiamento das sementes, voltaram a ser incrementadas, após os esforços despendidos no exercício anterior para o saneamento financeiro das cooperativas.

Em 1984, lavouras de feijão foram duramente afetadas pelas geadas, e, dada a importância do setor e a morosidade da política do crédito rural, a Secretaria das Finanças optou pela abertura da linha de crédito especificamente voltada para essa lavoura, com recursos totais do Tesouro repassados ao BANESTADO, atingindo cerca de Cr\$ 4,3 bilhões.

Os financiamentos dos bancos de fomento à área industrial fortaleceram indiretamente o setor agropecuário. Isto porque parcela substancial dos créditos à indústria foram dirigidos à agroindústria, às cooperativas e à indústria de produtos alimentares. Assim, 72% do total dos financiamentos do BADEP e 61% do

BRDE/PR foram destinados aos setores mencionados. Merece destaque o programa especial para industrialização do algodão, apoiando projetos de 5 cooperativas paranaenses para indústrias de fiação, o que deve fortalecer a cultura de algodão, sendo o Paraná o maior produtor do País.

4.1.5 Comercialização e Armazenagem

Com o objetivo de apoiar a comercialização de produtos agropecuários, estão sendo realizadas as seguintes obras (que totalizam 2.788 m²) de ampliação da infra-estrutura de recepção, processamento e expedição da CLASPAR: mercado do produtor em Agudos do Sul, Tijucas do Sul, Araucária, São José dos Pinhais, Colombo, Almirante Tamandaré e Cerro Azul; postos avançados de recepção de banana em Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá; pavilhão, com câmara climatizadora, para associações de produtores, e pavimentação de área para comércio sobre caminhões, em Curitiba.

Apesar de haver reduzido, em relação ao ano de 1983, sua capacidade estática de armazenagem em 30,4% e em 32,9% os serviços prestados pelas 7 unidades armazenadoras de sua propriedade, a COPASA procurou adequar sua estrutura de armazenagem às realidades regionais. Negociou com prefeituras e cooperativas e recebeu, em doação, 21 terrenos para construção de novas unidades, a serem construídas pela EMOPAR com recursos do PRORURAL, e abriu processo de licitação para adquirir 21 caminhões para coleta e transporte de produtos agrícolas. Construiu, também, uma unidade demonstrativa de secador de cereais no distrito de Água Azul, no município da Lapa.

Em setembro, foram abertas as propostas da concorrência internacional para escolha das empresas que deverão construir os 21 novos ar-

mazêns da companhia. As obras, orçadas em Cr\$ 17,6 bilhões, foram iniciadas em outubro. O investimento total já realizado, até dezembro, foi de Cr\$ 1,2 bilhão. As novas unidades em construção fazem parte do Projeto de Armazenagem Coletora do PRORURAL, que tem como objetivo adequar a estrutura de armazenagem do Estado às necessidades dos pequenos produtores.

4.1.6 Pesquisa Agropecuária

No campo da pesquisa agropecuária, a ação do Governo obedeceu às mesmas prioridades estabelecidas para o apoio e o fomento ao setor: preferência para os projetos que beneficiam o pequeno agricultor, contemplam a produção de alimentos, desenvolvem tecnologias alternativas e dão ênfase à preservação do meio ambiente. O IAPAR realizou, em 1984, um diagnóstico estadual para cada produto e recurso natural e desenvolveu 15 programas e 186 projetos.

Com recursos do PRORURAL, iniciou-se a instalação de dois centros de produção e experimentação (CPE) em Cerro Azul e na Lapa; um centro de pesquisa em piscicultura de espécies em água fria em Ponta Grossa e um centro de pesquisa em agricultura na Lapa. Além das pesquisas que estão sendo desenvolvidas dentro da programação normal - como estudo de variedade de sementes, controle biológico de culturas, viabilização da citricultura, campanha de diversificação de cafeicultura e outras - foram realizados estudos com geração de informações (sobre uso e manejo de solo de baixa aptidão agrícola) para produtores de café das regiões do Estado menos favorecidas em recursos naturais; preparo do solo e sistemas agrícolas para as culturas de soja, algodão, milho, trigo e adubos verdes (para pequenos agricultores que possuam áreas mais aptas à agricultura, com possibilidade de mecanização ou não, envolvendo preparação conservacionista e rotação

de culturas); caracterização do potencial da chuva e caracterização física, química e erodibilidade das principais unidades de solo do Paraná; manejo, nutrição e adubação de culturas (café, algodão, arroz e milho) para pequenos, médios e grandes produtores que cultivam café, adotam rotação de culturas e apresentam problemas de solos degradados.

4.1.7 Política de Abastecimento

Com o fim de proporcionar novos canais de distribuição de produtos hortigranjeiros para consumidores de média e baixa renda, uma série de medidas foram adotadas tendo em vista a regularização dos preços, o escoamento da produção local e regional de pequenos produtores, eliminando-se, ao máximo, a intermediação.

Para isso, foram instalados varejões em pontos estratégicos de Curitiba (Capão Raso e Capão da Imbuia), que movimentaram, em 1984, 6.000 toneladas de produtos, beneficiando mais de 5.000 consumidores. Houve, também, a expansão e interiorização do Projeto Sacolões, em cujos postos foram vendidas, a preço único por kg, 11.588 toneladas de produtos que beneficiaram 30.000 consumidores.

O Projeto de Compras Comunitárias atendeu a 18 comunidades organizadas, permitindo a aquisição de gêneros básicos a custos reduzidos. Aproximadamente 2.200 pessoas com renda familiar de 0 a 2 salários mínimos foram beneficiadas. Esta ação, que teve início em 1983, permitiu que se formalizasse, no final de 1984, a Associação Central de Compras Comunitárias da Região Metropolitana de Curitiba, entidade que conta com o apoio institucional da CEASA/PR.

Foram realizadas 26 feiras de produtos de época, com comercialização de 240 toneladas de

mercadorias diversas, proporcionando escoamento e venda dos produtos de época de safra, evitando aviltamento dos preços por excesso de oferta e problemas de distribuição e beneficiando o consumidor. Na temporada de verão, foi experimentado, pela primeira vez, o abastecimento das praias em locais freqüentados por população com renda entre 3 e 7 salários mínimos. Foram atendidos 30.000 consumidores e comercializadas 6.000 toneladas de produtos, especialmente frutas. Visando minimizar a ação do intermediário, foram organizadas 9 feiras do produtor, envolvendo 9 associações.

Para a organização de hortas comunitárias, com objetivo de elevar o nível nutricional das populações mais carentes, foram fornecidas sementes, assistência técnica e implementos para um total de 5.150 hortas, em instituições e escolas da Capital e do Interior do Estado, envolvendo 76.642 pessoas.

Todas estas atividades foram coordenadas pela CEASA/PR, que movimentou 535.625 toneladas de produtos, colocando-a como o maior centro concentrador da oferta de hortigranjeiros do Estado e o 5o. do País.

4.2 FOMENTO ÀS ATIVIDADES INDUSTRIAIS E TERCIÁRIAS

4.2.1 Geração de Empregos e Mercado Informal

O apoio aos médios, pequenos e microempresários, definido no Plano de Ação do Governo, entre as prioridades a serem adotadas no atual período governamental tanto em relação às atividades agropecuárias, como nos setores industrial e terciário, tem-se efetivado com a implementação de programas específicos, conduzidos por órgãos de todos os níveis da administração pública estadual.

O objetivo de gerar empregos, traço-deunião de todas as ações de fomento econômico em execução, tem como fundamento a necessidade de encarar-se a crise social - da qual o desemprego é o parâmetro mais perficiente - como premissa básica a ser considerada na montagem de qualquer estratégia de ação que tenha como objetivo reverter as condições dramáticas em que estão vivendo milhões de paranaenses.

Assim, sem relegar a um segundo plano os programas que objetivam a consecução de empreendimentos de maior porte - diretamente, construindo rodovias-tronco, hidrelétricas, instalações portuárias e outras obras de vulto ou, via fomento, apoiando grandes projetos industriais da iniciativa privada - que exigem, considerável volume de investimentos mas os resultados só aparecem ao fim de um longo tempo, torna-se imperativo agir no sentido de soluções mais simples, nem sempre

definitivas, porém, imprescindíveis para minorar os efeitos devastadores, sobre as pessoas e as famílias, do quadro recessivo em que estamos vivendo. Tem esse objetivo imediato grande parte dos programas de incentivo à indústria e ao comércio que o Governo vem mantendo.

O programa "Nosso", com apoio à economia informal, estimulando o desenvolvimento do artesanato com objetivos comerciais e da indústria caseira, atingiu, em 1984, o cadastramento de cerca de 2.200 produtores em todo o Estado, gerou ocupação para mais de 20 mil pessoas. O resultado das vendas, ultrapassou, no ano, um bilhão de cruzeiros no mercado interno e exportações precursoras para os Estados Unidos, Inglaterra e Austrália, atingiram o valor de 2 mil dólares

A expansão desse projeto deverá concretizar-se com os resultados de um vasto programa de identificação de oportunidades de investimento, mediante estudos regionais realizados por instituições de ensino superior do Estado, em convênio com a Secretaria da Indústria e do Comércio. Em 1984, foram pesquisados 12.613 estabelecimentos industriais de 167 municípios, concluídos 6 estudos regionais - Campos de Ponta Grossa, com a UEPG; Norte Novo de Maringá, com a UEM; Norte Novo de Londrina, com a UEM; Sudoeste Paranaense, com a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão; região de Pato Branco, com a Fundação de Ensino Superior daquela cidade; Extremo Oeste Paranaense, com a FECIVEL - posteriormente discutidos com as comunidades envolvidas. No final do ano, outros 5 estudos regionais encontravam-se em fase de elaboração.

Os resultados práticos desse trabalho, que conta com o entusiasmo das universidades e faculdades participantes, começam a evidenciar-se com a conclusão do projeto do Núcleo

de Produção Industrial de Cascavel. Projetos semelhantes deverão ser implementados, em diversos municípios, a partir de 1985.

As microempresas industriais e do setor comércio e serviços, apesar de não se incluírem no chamado "mercado informal", são entidades econômicas de estrutura simples que não exigem mão-de-obra especializada e destinam seus produtos aos mercados consumidores locais. Para atendê-las, em 1984, o BADEP destinou recursos da ordem de Cr\$ 3,7 bilhões, oriundos do BNDES e do CEBRAE, enquanto o BRDE/PR participou com Cr\$ 470,5 milhões. Vale registrar que esses financiamentos beneficiaram 507 empresas localizadas em municípios de menor expressão populacional e econômica, em todas as regiões do Estado.

4.2.2 Pequenas e Médias Empresas

Outro segmento da atividade econômica com grande potencialidade na geração de empregos, constituído pelo conjunto das pequenas e médias empresas dos setores industrial e terciário, teve contratos de financiamentos e avais aprovados pelos bancos de fomento estaduais, em 1984, no valor total de Cr\$ 43,1 bilhões (Cr\$ 24,6 bilhões do BADEP e Cr\$ 18,5 bilhões do BRDE/PR). Esses recursos beneficiaram 109 unidades de pequeno porte, com Cr\$ 21,1 bilhões, e 80 médias empresas, com Cr\$ 24,4 bilhões.

Acrescentam-se, ainda, aos esforços do Governo de apoiar as atividades industriais e comerciais, as seguintes iniciativas: o Programa de Microdestilarias de Alcool, que já atraiu o interesse de todo o País e do exterior; a promoção de produtos paranaenses, no próprio Estado (em 1984, grandes compradores de insumos industriais que faziam suas compras fora do Estado absorveram, de produtores

locais, mercadorias, que geraram cerca de Cr\$ 170,0 milhões de ICM), no Brasil e no exterior. As missões empresariais aos países árabes e ao Paraguai proporcionaram importantes negócios aos empresários paranaenses.

É relevante destacar que esses e outros programas, desenvolvidos pela Secretaria da Indústria e do Comércio, têm sido elaborados e implementados com a participação ativa do Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná (COIND), órgão que foi ampliado e conta, atualmente, com 387 empresários que representam, praticamente, todos os municípios e todas as atividades empresariais significativas do Estado.

4.2.3 Programas Especiais

Um dos programas de fomento de maior relevância, nos últimos anos, para a economia do Estado, foi estruturado em 1984. Sua finalidade específica é dar apoio à ampliação de uma fiação de algodão e instalação de outras 4 - totalizando 84.200 fusos - de propriedade de 5 cooperativas paranaenses, que congregam 48.000 pequenos e médios produtores rurais. Apesar de tratar-se de um projeto com finalidades industriais, terá repercussão da maior importância na área agrícola, pois deverá contribuir para a solução de grave problema que vem comprometendo o desempenho econômico da cultura algodoeira, no Estado, com reflexos negativos para a renda dos produtores e, conseqüentemente, do setor agropecuário.

Maior produtor de algodão em pluma do País - 612 mil toneladas na safra 83/84 e previsão de 906 mil para 84/85 - o Paraná industrializa, atualmente, apenas 6% do que produz. Junto a outros fatores, as flutuações do mercado vêm comprometendo a rentabilidade das culturas, ameaçando inviabilizá-las. Como

grande parte dos produtores são associados de cooperativas, a integração vertical da produção poderá equilibrar os baixos rendimentos da lavoura com os resultados da indústria, considerando-se, principalmente, as possibilidades de um novo modelo econômico nacional, que fortaleça o mercado interno.

Conduzido pela Secretaria das Finanças, esse programa especial para industrialização do algodão será viabilizado mediante financiamentos do BRDE/PR e do BADEP, com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e da FINAME. O investimento final previsto para o projeto é da ordem de Cr\$ 112 bilhões*. Desse total, cerca de Cr\$ 100 bilhões serão financiados: Cr\$ 38 bilhões com recursos diretos do BID e do BNCC e Cr\$ 62 bilhões repassados pelos Bancos de Desenvolvimento do Governo do Estado.

Outro programa governamental na área de fomento de significação, pela finalidade a que se propõe - captação de poupanças locais - tem viabilidade assegurada com intermediação do BANESTADO. E o projeto "Gralha Azul", que promove a participação comunitária na identificação de alternativas de desenvolvimento local estimulando, ao mesmo tempo, a poupança na região. Após um processo de decisão - que envolve a prefeitura e as lideranças municipais - a execução da prioridade número um escolhida, em qualquer área (obras públicas, projetos culturais, preservação do meio ambiente, incentivo às atividades produtivas, substituição de fontes energéticas, entre as já definidas) é financiada pelo banco com juros inferiores às taxas de mercado.

* Valores do cruzeiro correspondentes à ORTN de dezembro.

Em dezembro, o programa estava sendo implementado em etapas diversas, em 16 municípios.

4.2.4 Expansão Industrial

Setenta e um por cento dos financiamentos contratados, em 1984, pelos bancos de fomento do Governo do Estado, totalizando Cr\$ 187,8 bilhões, destinaram-se à expansão do Setor Secundário, ou à consolidação de empresas industriais. Os projetos apoiados resultaram em inversões da ordem de 292,6 bilhões.

Comparando-se esses dados com os do ano anterior, verifica-se que, para participação idêntica em relação ao total (72%, em 1983), houve significativa queda percentual nos recursos destinados a investimentos fixos. Estes representam 50% dos recursos destinados ao setor, em 1983, e apenas 37,2%, em 1984. As agroindústrias participaram com 48,6% e as cooperativas com 21,6%.

Uma das propostas inovadoras do Plano de Ação do Governo sugere o desenvolvimento de uma verdadeira economia mineral no Estado, pela exploração mais intensa de seus recursos. A análise da série histórica da produção paraense de minérios, demonstra que, em 1983, o setor registrou o seu pior desempenho nos últimos 5 anos. Em 1984, foi paralisada a produção da única mina de fluorita existente no Estado.

Apesar disso, registrou-se, no decorrer do ano, uma reação no sentido da retomada dos programas de pesquisa, com resultados auspiciosos quanto aos esforços da MINEROPAR para retomar a lavra de ouro, na região de Morretes, diamante, no leito do rio Tibagi e ilménita, no litoral. Em várias outras regiões intensificaram-se as pesquisas de fluorita,

cobre, chumbo e zinco, com promissoras expectativas de êxito.

4.2.5 Apoio a Outras Atividades Econômicas

As empresas de construção civil - que têm importante papel na manutenção dos níveis de emprego da mão-de-obra não-qualificada - participou com 35,3% do valor total dos contratos de financiamento, para o setor terciário, do BRDE/PR. Esse ramo empresarial foi estimulado, também, com a expansão dos financiamentos do BANESTADO Crédito Imobiliário, que alcançaram Cr\$ 54,2 bilhões - 285% a mais, em relação a 1983 - possibilitando a construção de 2.633 novas unidades residenciais, 1.640 das quais via contratos com 37 empresas construtoras e 990 em programas cooperativos.

Ainda no setor terciário, foram beneficiadas as empresas emissoras de TV, que passaram a dispor de maior audiência, com a expansão e melhora da qualidade do Sistema da RADIPAR, que incorporou, à sua rede de transmissoras, 7 novas estações.

5. OUTRAS POLÍTICAS E PROGRAMAS BASES

5. OUTRAS POLÍTICAS E PROGRAMAS BASES

As ações de preservação e restauração do meio ambiente, que pela sua amplitude exigem o envolvimento de diversos órgãos do Governo, vêm sendo conduzidas com determinação. O programa de manejo integrado do solo e água, de responsabilidade das cinco secretarias de Estado que administram o Programa Estadual de Meio Ambiente (PEMA), é especialmente vinculado à Secretaria da Agricultura, porquanto, paralelamente à sua grande missão de preservar e restaurar o solo, a maior riqueza natural do Estado, tem efeitos da maior relevância no rendimento das culturas, conseqüentemente na elevação da renda dos agricultores, individualmente, e do setor agropecuário, no conjunto.

O desenvolvimento desse programa é um exemplo do dinamismo que deve presidir as ações preservacionistas. Ficou demonstrado, na experiência de sua implementação, que até o traçado de rodovias vicinais, de responsabilidade da Secretaria dos Transportes - que não faz parte das cinco vinculadas ao PEMA - tem que ser definido, nas áreas das microbacias manejadas, em consonância com o conceito de integração: ações executadas de acordo com um plano coerente, global e interrelacionado em todos os seus detalhes.

A participação comunitária, uma das expressões da democratização do poder, que vem sendo estimulada em todas as frentes, também exige entrosamento cada vez maior entre os di-

versos compartimentos governamentais, internamente, entre eles e outros níveis de poder - principalmente os municípios - e, também, entre eles e as organizações comunitárias.

São promissores os resultados desse trabalho. Crescem, de maneira expressiva, as iniciativas autônomas de organização das comunidades, em todos os setores. Amplia-se, também, a participação governamental no apoio a essas iniciativas. Os mutirões, na construção de casas, na instalação de redes de eletrificação rural, na reconstrução e restauração de escolas da área rural, são exemplos da mobilização da sociedade para cooperar com os esforços do Governo na solução dos problemas que afligem os segmentos mais carentes da população.

A organização, em alguns municípios, de empresas comunitárias de participação, que reúnem acionistas com pequenas parcelas de capital e têm o objetivo de capitalizar empreendimentos locais com potencialidade de consolidação e ampliação - tendo em vista a disponibilidade de matérias-primas da região e um mercado de demanda também regional - é outro exemplo bastante elucidativo da viabilidade de uma atuação conjunta governo-comunidade. O BADEP, a SEIC e o SEAG/PR estão trabalhando, com alocação de recursos e orientação técnica, para tornar vitoriosas essas iniciativas.

A erradicação da favela de Vila Rubine, em Ponta Grossa, com a construção de 100 casas de solo cimento e investimento de Cr\$ 62 milhões, beneficiando, diretamente, mais de 500 pessoas; a construção, em Florai, de um barracão com 480 metros quadrados, feito em mutirão com pequenos proprietários rurais interessados na criação do bicho da seda; a construção, em São José do Patrocínio, de um barracão para secagem e beneficiamento de café, destinado à cooperativa de desempregados do município; a construção, no campus da Universidade Estadual

de Ponta Grossa, de blocos didáticos, com 1.600 metros quadrados, para abrigar o Curso de Agronomia; todos esses projetos, em que foi utilizado o processo alternativo de construção em solo cimento, com repasse de tecnologia pela SEAD, exemplificam, apesar das dimensões modestas dos números envolvidos, novas formas de atuação da administração estadual.

Inseridas no contexto dos programas e políticas base do Governo, ao lado das tarefas permanentes de planejamento (nas quais, em certo sentido, se inserem as medidas de preservação do meio ambiente) e de administração (financeira, de recursos humanos e operacional) as ações que promovem a participação comunitária e as que buscam o uso de tecnologias mais apropriadas às condições do Estado, dimensionam os propósitos de mudança que permeiam todos os atos da administração pública estadual.

Completa o elenco de propostas destinadas a modificar os métodos de atuação governamental o desenvolvimento de relacionamento responsável e de mútuo respeito com a opinião pública e os veículos que lhe servem de mediadores. No sentido de melhorar as estruturas existentes nesta área, adequando-as às novas tecnologias de ação governamental em implementação, como definidas no Plano de Ação do Governo, foi criada, em 1984, a Secretaria Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social. Esse novo órgão, além de contar com uma estrutura mais adequada ao desempenho do importante papel de mediador, no relacionamento governo-opinião pública, passou a ter, na condição de Secretaria de Estado, maior autoridade para conduzir a política de comunicação social do Governo.

5.1 MEIO AMBIENTE

5.1.1 Programa Estadual do Meio Ambiente

A questão ambiental está colocada como uma das prioridades da política de ação do Governo. Em função disso, já, em 1983, foi montada a proposta básica do Programa Estadual do Meio Ambiente (PEMA) - lançado oficialmente em 1o. de janeiro de 1984 -, instrumento para uma política de longo prazo, com vistas à implementação de medidas eficazes no sentido da recuperação do patrimônio natural - solos, água, ar, fauna e flora - cada vez mais agredido por agrotóxicos, fertilizantes, resíduos orgânicos, mecanização agrícola, poluentes industriais, detritos urbanos e uso incorreto do solo urbano.

Coordenado por cinco Secretarias de Estado, esse programa vem balizando o planejamento de ações setoriais específica, tais como: manejo integrado de solo e água, construção de estradas municipais, manejo integrado de pragas, fiscalização do comércio de agrotóxicos, controle da erosão urbana, balneabilidade das praias, determinação dos índices de poluição das águas e do ar, enfim, todos os planos, programas, projetos e ações que envolvam a questão ecológica.

A partir de fevereiro, iniciaram-se as reuniões, em todo o Estado, para discussão das primeiras reivindicações das comunidades, de onde partiram propostas específicas para as

Secretarias de Estado envolvidas e outros órgãos governamentais.

5.1.2 Ações do Meio Rural

O Programa Integrado de Manejo de Solos e Água é o projeto mais inovador e de maior amplitude em desenvolvimento, no Estado, relativamente à preservação ambiental. Lançado em julho de 1983 pela Secretaria da Agricultura, tinha atingido, até o final daquele ano, 71 microbacias hidrográficas, numa extensão de 38.490 ha, com a participação de 994 produtores. Em 1984, acelerou-se, acentuadamente, sua implementação, de tal modo que, em dezembro, seu efeito multiplicador beneficiava 220 municípios, atingindo 338 microbacias - 54 das quais de captação de água para sistemas da SANEPAR - numa extensão de 682.296 ha, com a participação de 23.113 pequenos proprietários rurais.

Inserido em um amplo espectro de ações integradas, o programa envolveu a incorporação de adubação orgânica verde em 96.000 ha - com distribuição de 100 toneladas de sementes, em conjunto com orientação racional para uso de corretivos e fertilizantes e o fornecimento de 30 mil toneladas de calcário, pela CAFE do Paraná. Projetos paralelos de reflorestamento conservacionista e energético exigiram a produção de 10 milhões de mudas pelo ITC - 15.600 ha foram reflorestados. No campo da pesquisa, foram utilizados, em benefício do programa, todos os dados disponíveis do IAPAR, além da realização de experiências novas e capacitação de técnicos. No setor rodoviário, foram readequados 1.600 km de estradas rurais, atendendo às exigências topográficas das áreas manejadas.

Os dispêndios desse programa, encarados inicialmente como um subsídio, podem ser classificados, hoje, como investimento a curto

prazo, já que o retorno é imediato, no ano agrícola, sob a forma de aumento de tributos. Os resultados obtidos na recuperação de terras próximas do esgotamento ilustram a dimensão econômica que ele pode alcançar, a curto prazo, além das conseqüências de longo prazo na conservação do maior patrimônio natural do Estado, que são seus solos férteis. Na região de Toledo, na bacia do Ribeirão Marrecas, os produtores assistidos tiveram um acréscimo de 30% na produção de soja.

O uso indevido de agrotóxicos e biocidas, que resultou em 1.538 intoxicações e 44 óbitos, em 1984, exigiu severa atuação de controle. Foram autuados, por irregularidades constatadas no comércio, 954 comerciantes e apreendidos ou interditados 630 mil litros e 548 toneladas de agrotóxicos.

5.1.3 Sistemas de Acompanhamento

Antes mesmo da implementação do Programa Estadual de Meio Ambiente (PEMA), vinham sendo montados, no Estado, sistemas isolados de levantamento e análise de dados relativos à degradação do meio ambiente. Esse trabalho prosseguiu, em 1984, com uma série de aperfeiçoamentos que, na continuidade, permitirão o acompanhamento de uma série maior de fatos que agridem o meio, em várias dimensões.

Dentre as principais ações governamentais nesse campo, destacam-se as seguintes atividades, supervisionadas pela Secretaria do Interior e de responsabilidade direta da SUREHMA:

- monitoramento, incluindo-se fiscalização, das bacias hidrográficas, com aumento do número de observações, análise e manipulação das informações obtidas, com vistas à determinação da potabilidade das águas;

- avaliação da qualidade de águas dos poços rasos no interior do Estado, com análise de 4.087 amostras, que acusaram 97% de contaminação - resultado que exigiu a edição de um manual específico de esclarecimento às populações ameaçadas e a difusão de um dispositivo denominado "dosador-vela", que previne a contaminação do poço por longo tempo;
- avaliação da balneabilidade das praias, com divulgação das áreas críticas de poluição e adoção de medidas corretivas para proteção dos veranistas na temporada de 1984;
- redimensionamento da rede de estações pluviométricas e avaliação dos mananciais que, atualmente, abastecem sistemas de água potável - o diagnóstico inicial detectou péssimas condições em alguns mananciais;
- análises laboratoriais de rotina, que aumentaram 23,3% em relação ao ano de 1983, em 41.971 amostras coletadas de água, ar e outros elementos, e pesquisas sob aspectos físico-químicos, bacteriológicos, hidrológicos e sedimentológicos de 129.865 parâmetros;
- acompanhamento da poluição do ar na cidade de Araucária, com diagnósticos periódicos, qualitativo e quantitativo, da emissão de poluentes das 5 principais indústrias da região, tendo em vista ações preventivas e estratégia a ser adotada em 1985.

A instalação de um terminal de computador no laboratório-sede da SUREHMA, em Curitiba, permitindo maior rapidez na recuperação dos dados do sistema de informações ambientais - centralizado na CELEPAR - e a instalação (em estruturas já existentes da Secretaria da Agricultura) de 11 escritórios microrregionais foram fatores que asseguraram maior rendimento de todo esse elenco de ações.

Com o objetivo de ampliar os recursos à disposição da comunidade para atuar na preservação e restauração do meio ambiente, teve prosseguimento uma série de pesquisas, sob o patrocínio do Governo, com prioridade aos projetos substitutivos de tecnologia estrangeira de difícil absorção ou de aplicação muito dispendiosa, destacando-se: bioensaios com organismos aquáticos; incidência e controle de ratos em regiões urbanas; incidência e controle de insetos nocivos; regeneração de despejos industriais orgânicos; e reciclagem de resíduos sólidos.

5.1.3 Erosão Urbana

Continuaram as atividades normais de controle da erosão do solo urbano notadamente na região Noroeste do Estado, mediante assistência técnica em drenagem, pavimentação e demais obras de infra-estrutura urbana aos municípios incluídos no Programa de Ação Municipal - PRAM. Os núcleos industriais da SUCEPAR localizados em Arapongas, Cruzeiro do Oeste e Paranavaí produziram 81,3 mil metros de tubos de concreto, utilizados nas obras executadas.

Apesar da expressiva redução de repasses de verbas federais para as obras de controle de erosão urbana (os programas em vigor são de responsabilidade maior do Governo Federal, até por compromissos assumidos pelo Brasil com organizações internacionais), o que resultou em cortes nos investimentos e atrasos nos cronogramas, foram realizados investimentos da ordem de Cr\$ 2,6 bilhões (Cr\$ 760 milhões de repasses do Governo Federal e Cr\$ 1,9 bilhão do Tesouro do Estado), que permitiram manter a execução de alguns projetos. Foram construídos 26 km de galerias de águas pluviais e 4 barragens de estabilização de voçorocas; concluíram-se 37 projetos de drenagem urbana e outros 36 estão em fase final.

5.2 PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

5.2.1 Planejamento Regional e Urbano

O processo migratório de origem rural, no Paraná, intensificou-se em escala imprevisível, nos últimos anos, agravando, drasticamente, o problema urbano. A Região Metropolitana de Curitiba, por exemplo, a que mais cresce em população, no País, enfrenta a perspectiva assustadora a receber, anualmente, sem dispor dos recursos necessários para preparar-se, com equipamentos urbanos compatíveis, um contingente populacional correspondente ao da cidade de Umuarama a cada ano, ou ao de Londrina a cada três anos. Esses dados, de um estudo recente do IPARDES sobre o crescimento populacional no Paraná, coloca, com bastante realismo, as dimensões do problema do planejamento urbano no Estado.

Para enfrentar esse desafio, o Governo, ao mesmo tempo que mantém os programas em curso, é compelido a implementar novos projetos, principalmente para prevenir e corrigir os desequilíbrios que a velocidade das mudanças provoca, de modo particular na periferia dos grandes centros.

Para atender a Região Metropolitana de Curitiba, a Secretaria do Planejamento executou um conjunto de trabalhos, entre os quais, pela abrangência dos temas, se destacam: caracterização das áreas conurbadas; reavaliação do uso do solo e dos sistemas viários munici-

pais; dimensionamento de bacias hidrográficas, diagnóstico sobre a poluição ambiental. Projetos mais particularizados também foram concluídos; entre outros, os planos de estruturação urbana de Bocaiúva do Sul e Contenda e de desenvolvimento municipal de São José dos Pinhais e Campo Largo.

Com a supervisão da COMEC, estão em fases diversas de construção, em 12 municípios da RMC, obras de pavimentação urbana, construção de grupos escolares, abrigos terminais de passageiros e outros equipamentos urbanos.

Dando continuidade à implementação do projeto METRONOR, além do assessoramento às prefeituras dos municípios que integram a região, foram elaborados os planos diretores de sinalização e circulação urbana dos municípios do eixo Londrina-Maringá.

Relativamente ao Programa Especial do Oeste do Paraná (PRODOPAR), foram formalizados diversos convênios, destacando-se o que definiu, no início do ano, a programação para 1984 e destinou o total de recursos alocados (Cr\$ 829,3 milhões) para a construção de uma ponte sobre o rio Ocoí, na rodovia Medianeira-Missal. Também foram repassados recursos da ordem de Cr\$ 423 milhões para diversas obras públicas de 16 municípios da região.

5.2.2 Outras Ações de Planejamento

O Programa de Mobilização Energética, desenvolvido com recursos da Taxa Rodoviária Única, sob coordenação da SEPL, destinou recursos, provenientes de convênio com o Ministério dos Transportes, para financiar projetos da Região Metropolitana de Curitiba (Cr\$ 1,5 bilhão); aperfeiçoamento institucional (Cr\$ 388,5 milhões; e investimentos em transportes urbanos (Cr\$ 5,5 bilhões).

Recursos desse programa foram destinados ao PRAM (Cr\$ 1,3 bilhão) e à realização de obras em 9 cidades de porte médio (Cr\$ 698,6 milhões) para sinalização e pavimentação de vias urbanas e construção de abrigos terminais de passageiros.

Em março, o Decreto no. 2.722, do Poder Executivo, definiu, após amplo debate com representantes dos diversos grupos interessados no problema (ecologistas, veranistas, moradores, construtores e políticos), os parâmetros que passarão a orientar o desenvolvimento urbano dos balneários localizados no litoral paranaense. Posteriormente, foram assinados convênios com os municípios da região - Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá - estabelecendo as condições para a instituição de um conselho - composto de representantes do Estado, daqueles municípios e das comunidades - que tratará dos problemas relativos ao desenvolvimento territorial do litoral.

Tiveram início, no segundo semestre de 1984, as primeiras ações do Programa de Ação Municipal (PrAM), que tem o objetivo de promover o desenvolvimento de cidades de pequeno e médio porte, com investimento de 150 milhões de dólares em 3 anos. O Tesouro do Estado participará com 65% desses recursos e o Banco Mundial com os 35% restantes. Até dezembro, foram elaborados os manuais de orientação do programa, expedidas 834 ordens de serviços relativas às principais obras e montados os planos de aplicação para 1985.

5.3 POLÍTICAS DE MEIOS ADMINISTRATIVOS

5.3.1 Valorização dos Servidores Públicos

A valorização dos recursos humanos do Estado é um dos compromissos mais sérios do Governo. Já, em 1983, importantes vantagens, no plano salarial e dos direitos funcionais, foram incorporados ao patrimônio dos servidores de todas as categorias. Em 1984, foram atribuídos outros benefícios, destacando-se: enquadramento de dentistas e farmacêuticos na tabela de 30 horas, o que representou aumento de 33,3% de vencimentos; revisão dos proventos de inatividade para corrigir a defasagem em relação aos vencimentos dos funcionários ativos, com acréscimo mensal de Cr\$ 1 bilhão, na folha de pagamento do Estado; reabertura do prazo para contagem em dobro, para efeito de aposentadoria, aos servidores que ainda não gozaram férias*; gratificação de representação de gabinete, a todos os policiais civis; gratificação adicional aos membros do Ministério Público*. Além disso, houve aumento geral de vencimento de 65% em janeiro e 70% em julho para estatutários e celetistas.

O sistema assistencial previdenciário foi aperfeiçoado, com a celebração de novos convênios de assistência médica, ampliação, melhora e interiorização dos serviços e reestruturação administrativa do IPE. Além de outras medidas

* As vantagens concedidas aos professores constam do item sobre educação.

que ampliaram os benefícios, o Instituto inaugurou mais duas farmácias em Curitiba, uma em Ponta Grossa e uma em Cascavel; elevou sua disponibilidade mensal para crédito aos servidores, de Cr\$ 400 milhões para Cr\$ 1,0 bilhão, o que possibilitou o aumento do volume de empréstimos concedidos, de Cr\$ 3,7 bilhões, em 1983, para Cr\$ 9,5 bilhões; implantou o programa de casa própria para os associados, com financiamentos do BNH, mas com reajustes nos meses de concessão e com índices de aumento iguais aos acréscimos de vencimentos dos funcionários do Estado. Já está contratada a construção de 300 residências em Londrina.

Na área de aperfeiçoamento do pessoal, foram treinados, no decorrer do exercício, 3.157 funcionários, que participaram nos 30 cursos do Programa de Treinamento e Reciclagem organizados pela FIDEPAR.

5.3.2 Racionalização Administrativa

Em diversos setores, a administração do Estado registrou avanços, conseqüência das medidas de racionalização dos serviços que vêm sendo introduzidas pela Secretaria da Administração.

O sistema de malotes, adotado para distribuição de correspondência entre repartições do Governo, registrou, em 1984, uma economia próxima de Cr\$ 30,0 milhões no custo operacional - transportando, em média, 100 mil correspondências por mês - o que permitiu pagar as inversões realizadas em obras, adaptação de veículos, móveis, material de expediente, rádios transceptores para os veículos e outros equipamentos, no total de Cr\$ 20,0 milhões, e, ainda, registrar saldo favorável. Outras medidas de controle e racionalização foram adotadas no setor, destacando-se: reaproveitamento de peças de veículos; transferência da Divisão

de Transporte Aéreo para o DETO; emprego de computador para cadastramento e fiscalização da frota; montagem de uma central de transportes para atender a todas as repartições do Governo, localizadas no Centro Cívico.

5.3.3 Política Tributária

Alguns dos gravames impostos pelo Governo Federal aos estados estão sendo gradativamente eliminados, com reflexos sobre as finanças estaduais. Em 1984, já houve alguns benefícios (que crescerão gradativamente) para o Tesouro do Estado, com o aumento de 11% para 12,5% (14% em 1985) do Fundo de Participação dos Estados (FPE); aumento, de 40% para 44% (60% até 1988) do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos (2/3 para os estados e 1/3 para os municípios); elevação, de 11% para 12%, da alíquota do ICM sobre operações internas; tributação do ICM sobre importação de matérias-primas, exceto as incentivadas por legislação federal.

Outras reivindicações encaminhadas, em 1984, resultaram na revogação de diversos benefícios fiscais, permitindo o aumento das alíquotas incidentes sobre vários produtos, a partir de 1985. Nessa situação, encontram-se: tributação de suínos; recolhimentos referentes às aves vivas e abatidas; revogação da isenção sobre insumos para rações e sobre a saída de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais que não as destinadas ao Norte-Nordeste; inclusão da batata e da cebola no universo tributado pelo ICM; estorno do crédito do farelo de gérmen de milho e milho desgerminado quando exportados.

5.3.4 Administração da Despesa

A execução da programação financeira de caixa do exercício apresentou ingresso de re-

ceita de Cr\$ 1.348,3 bilhões, que, adicionados ao saldo existente, em 31.12.1983, totalizaram Cr\$ 1.356,0 bilhões de recursos financeiros. A despesa de caixa atingiu Cr\$ 1.322,0 bilhões, restando um saldo, em 31.12.1984, de Cr\$ 34,0 bilhões.

Quanto à execução financeira da despesa, procurou-se um ajuste constante dos gastos públicos às normas de racionalidade. Para aumento de capital da regularização financeira, foram repassados recursos do Tesouro para a CELEPAR (Cr\$ 100,0 milhões), PARANATUR (Cr\$ 396,0 milhões), EMATER (Cr\$ 315,0 milhões), TECPAR (Cr\$ 1,2 milhão), COHAPAR (Cr\$ 2,9 bilhões), BRDE (Cr\$ 1,5 milhão), COPEL (Cr\$ 19,3 bilhões, sendo Cr\$ 4,1 bilhões para aumento de capital e, o restante, transferências de IUEE). Ao BANESTADO foram repassados Cr\$ 12,1 bilhões e mais Cr\$ 6,3 bilhões relativos a resíduos passivos de 1983.

As prefeituras receberam recursos de natureza orçamentária da ordem de Cr\$ 29,4 bilhões. Além disso, foram transferidos aos municípios recursos do Tesouro e recursos próprios de unidades da administração indireta da ordem de Cr\$ 57,9 bilhões.

A despesa total de caixa do Tesouro atingiu Cr\$ 1.322,0 bilhões (63,8% maior que a prevista) e o orçamento total ficou em Cr\$ 1.362,0 bilhões, dos quais Cr\$ 1.357,0 bilhões liberados e Cr\$ 4,8 bilhões diferidos.

A despesa realizada no exercício totalizou Cr\$ 1.341,3 bilhões (empenhados), com acréscimo de 66,2% em relação ao orçamento inicial e de Cr\$ 916,8 bilhões em relação à despesa realizada em 1983. As despesas com a amortização da dívida representam dispêndios de Cr\$ 58,1 bilhões, e os encargos, Cr\$ 95,2 bilhões, chegando a 11,0% do total.

Os gastos com pessoal totalizaram Cr\$ 692,6 bilhões (52,0% do total da despesa), sendo 204,6% maior em relação a 1983. A Secretaria da Educação absorveu 42,0% desse total (179,6% a mais, do que 1983). As Secretarias dos Transportes e da Agricultura responderam por 83,5% das despesas do custeio da área econômica. A maior despesa de capital coube à Secretaria dos Transportes (35,3% da despesa de capital do Estado e 70% da realizada na área econômica). Aumentou 59,8% em relação ao orçamento inicial e 211,0% em relação a 1983, a despesa da área social.

Assegurou-se razoável margem na capacidade de investimento estadual; assim, as despesas de capital somaram Cr\$ 371,7 bilhões e representaram cerca de 27,0% da despesa total.

O orçamento da despesa correspondente às transferências federais vinculadas, que era de Cr\$ 95,4 milhões, alcançou Cr\$ 104,8 bilhões, com acréscimo de 9,9%. Dos Cr\$ 114,1 milhões que ingressaram, sob essa rubrica, no exercício de 1984, Cr\$ 97,3 bilhões foram repassados aos órgãos beneficiados, restando Cr\$ 16,8 bilhões para transferir no exercício seguinte, à conta de restos a pagar. Em termos de recursos efetivamente recebidos, a maior participação nas transferências federais vinculadas foi a do Fundo de Participação dos Estados (FPE), com 51,7% do total, seguido pela cota estadual do Salário-Educação (14,5%) e pela cota-parte do Imposto Único Sobre Energia Elétrica (IUEE), 11,8%.

O incremento da transferência do Imposto Único Sobre Minerais (IUM) deveu-se à maior eficiência da fiscalização estadual, considerando-se que o repasse é proporcional ao potencial da arrecadação regional. Em valores nominais, esse imposto cresceu 200,4%, em relação a 1983, e 46,1%, em relação às previsões. Houve queda dos ingressos corresponden-

tes ao Imposto Único Sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e seu adicional sobre o valor previsto, em função da emenda constitucional no. 23/1983, que determinou a participação de 60% dos Estados e Municípios de forma escalonada, na proporção de 2/3 e 1/3, respectivamente.

5.3.5 Administração da Receita

A receita orçamentária de recolhimento centralizado havia sido prevista em Cr\$ 807,0 bilhões (acréscimo de 88,9% sobre a receita arrecadada em 1983) e alcançou, no final do exercício, Cr\$ 1.378,37 bilhões, com acréscimo de 70,8% sobre a previsão.

O ICM representou 70,2% da receita global, atingindo Cr\$ 966,9 bilhões. O ITBI evoluiu favoravelmente em relação a 1983, desempenho que se deve a melhor disciplina imposta pela Secretaria das Finanças à arrecadação deste tributo, que atingiu Cr\$ 17,4 bilhões (acréscimo nominal de Cr\$ 17,1 bilhões sobre 1983 e de 149,3% sobre a previsão).

A receita patrimonial estava prevista para Cr\$ 17,1 bilhões; a arrecadada totalizou Cr\$ 43,1 bilhões, com acréscimo de 152,0%. Estão incluídos nessa fonte os rendimentos de aplicações do "open market", que somaram Cr\$ 22,1 bilhões no ano.

5.3.6 Administração da Dívida Pública

O Executivo está autorizado, pela Lei Orçamentária, a realizar operações de crédito até o valor correspondente a 13,4% do total da receita de recolhimento centralizado. Os empréstimos contraídos no ano não atingiram esse limite, chegando a 11,8%.

Em 1984, Cr\$ 157,0 bilhões deram entrada, no Tesouro Estadual, à conta das operações de crédito contratadas no exercício e em anos anteriores. Há um saldo de Cr\$ 34,2 bilhões que irão ingressar em 1985. O perfil da dívida praticamente não se alterou e corresponde, em média, a 16 anos. O saldo devedor cresceu 224%, em relação a 1983.

Foi, ainda, instituído um colegiado, integrado pela Secretaria das Finanças, Secretaria do Planejamento, BADEP, BANESTADO, COPEL e BRDE/PR, incumbido de analisar as contratações e operações de crédito.

5.3.7 Participação Comunitária

"Imobilismo da população e falta de confiança nos resultados da ação comunitária". Estas foram as principais dificuldades apontadas para o êxito de qualquer programa de participação comunitária pelos grupos de trabalho que analisaram os cinco encontros regionais sobre gestão pública participativa, realizados entre maio e agosto de 1984 (Palmas, Campo Mourão, Santo Antônio da Platina, Lapa e Ponta Grossa) e no qual tomaram parte prefeitos, parlamentares de todos os níveis, chefias de órgãos da administração direta e indireta estadual, professores e estudantes de universidades e faculdades isoladas e representantes de organizações comunitárias.

Esta constatação não pode ser recebida com surpresa, pois é o resultado lógico de uma concepção secular de gestão pública em que o governo tem sido, historicamente, o elemento ativo que propõe, legisla, decide e constrói; em resumo, paternalmente faz as coisas para uma sociedade que, mesmo nos períodos em que teve o direito de escolher os governantes, esteve sempre condicionada a só aplaudir ou condenar.

Daí os obstáculos, principalmente após um longo período em que o autoritarismo foi mais evidente, para obter-se sucesso na tentativa de mobilizar as comunidades para uma participação ativa em programas alternativos de ação administrativa. A experiência desses dois anos, entretanto, foi extremamente animadora.

O primeiro grande teste, que forneceu os elementos para a montagem de um trabalho de maior alcance e mais consistente, foi o mutirão realizado em Pitanga, ainda em fins de 1983, com o objetivo de reconstruir ou reformar 96 escolas rurais cujos prédios se encontravam em lastimável estado, muitas delas, inclusive, em terrenos não legalizados. A expectativa mais otimista previa uma participação de 50 a 60 pessoas para trabalhar em cada escola, num total de aproximadamente 5 mil. Nas 4 semanas em que se desenvolveu o projeto mais de 15 mil pessoas estiveram envolvidas. As 96 escolas, que atendem a 6.233 alunos, foram totalmente recuperadas, além de regularizadas e cadastradas pela Prefeitura de Pitanga.

A partir dessa experiência, desencadeou-se um programa de participação comunitária cujos resultados justificam a ênfase do Plano de Ação do Governo em recomendar prioridade para "soluções criativas, oriundas da própria comunidade a que se destinam as ações".

Uma segunda etapa encontra-se em desenvolvimento, com a organização dos grupos que trabalharam na área de abrangência de cada escola, no sentido de organizarem cooperativas de trabalho, núcleos rurais, cooperativas de consumo e de produção, além de um sindicato rural, abrangendo toda a região, que está em fase de estruturação.

A experiência de Pitanga, e outras, serviram de base para a organização, em 1984, de seminários de desenvolvimento comunitário em

Assis Chateaubriand (março), Matelândia (julho) e Doutor Camargo (outubro). Foram visitados 102 municípios para difusão das idéias sobre democratização do poder e participação comunitária. Já existem 110 entidades organizadas nos municípios, 12 vinculadas às prefeituras e 54 sob a forma de conselhos de desenvolvimento comunitário.

Em julho e outubro, realizaram-se, em Curitiba, dois encontros de capacitação de agentes de desenvolvimento comunitário e, em nível regional, dois seminários (Francisco Beltrão e Cornélio Procópio). Em novembro, realizou-se, também, na Capital, o I Encontro Estadual de Secretarias e Órgãos Comunitários de Municípios, com a participação de 67 representações municipais.

Em setembro, iniciaram-se as ações preparatórias para o Plano Integrado de Saúde Escolar de Santo Antônio da Platina, mutirão que deverá ser concluído no início de 1985 e tem o objetivo de solucionar, com a participação das comunidades locais, os problemas de saúde e de infra-estrutura escolar da zona rural daquele Município. Deverão ser construídas 17 cantinas escolares, 32 sanitários, obras de proteção e restauração de 30 mananciais que abastecem as escolas, e instaladas 40 hortas escolares e 5 comunitárias.

Na fase preliminar, foram examinadas 448 crianças, constatando-se que 249 necessitavam de óculos, 319 de tratamento clínico para resolver problemas de visão, 84 de audição e 3 demandavam cirurgia nos olhos. Em novembro, realizou-se a fase de doação de óculos, pela comunidade, e que serão distribuídos às crianças sob supervisão de acadêmicos da Universidade de Londrina. Inúmeros projetos semelhantes estão em fase de organização, mobilizando outras comunidades paranaenses que despertam, com entusiasmo, para a ação comunitária.

5.3.8 Programas Emergenciais

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado no atual Governo, teve exemplar papel na montagem de projetos destinados a enfrentar o grave problema do desemprego. Assessorado por uma comissão especial, diretamente vinculada à Governadoria, elaborou um conjunto de sugestões posteriormente encaminhadas ao Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL), onde foram apreciadas e, reunidas às propostas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, serviram de base à declaração conjunta, dos três governos sulinos, em que se deu ênfase à criação de frentes de trabalho.

O Programa Emergencial de Frentes de Trabalho, coordenado pela Secretaria Extraordinária de Assuntos Comunitários, desenvolveu intensa atividade de apoio à organização de trabalhadores sem emprego, com os seguintes resultados: organização de 62 frentes de trabalho, em Curitiba, a partir de agosto, junto com a Prefeitura Municipal da Capital, assegurando ocupação para 1.058 trabalhadores na realização de obras públicas; liberação de Cr\$ 200 milhões, em julho, para fortalecer as frentes de trabalho organizadas pela Prefeitura de Londrina; organização de frentes de trabalho em Foz do Iguaçu, com liberação de Cr\$ 100 milhões, pelo Estado, e mais Cr\$ 30 milhões pela Prefeitura.

Paralelamente às frentes de trabalho, desenvolveu-se o programa de suplementação alimentar, a partir de abril, com o objetivo de assistir famílias de trabalhadores desempregados e em condições precárias de sobrevivência. Foram distribuídas mais de 4 mil sacolas de gêneros de primeira necessidade, com dispêndios da ordem de Cr\$ 188,9 milhões. Um programa de auxílio-transporte forneceu passes livres para trabalhadores sem emprego, totalizando 800 mil passes, de julho a dezembro, na

área urbana de Curitiba e 100 mil, entre novembro e dezembro, nas demais áreas da Região Metropolitana de Curitiba.

No esforço para socorrer os desempregados, o Governo deu apoio à organização das seguintes entidades: Associação de Trabalhadores em Obras de Construção Civil (ATCC), que pavimentou 19 mil metros quadrados de ruas; Cooperativa de Trabalhadores em Obras de Construção Civil (COOBRA); Associação de Serviços de Obras do Bairro Alto, que está prestando serviços à SANEPAR; Associação de Calceteiros de Araucária (ACA), que presta serviços à Prefeitura daquele Município, no calçamento de ruas; Associação de Trabalho em Artefatos de Cimento (ARTEFA), de Curitiba, que recebeu Cr\$ 6,2 milhões do Estado para instalar máquinas e equipamentos e Cr\$ 2,5 milhões da Prefeitura da Capital para matéria-prima.

6. APÊNDICE ESTATÍSTICO

Quadro 2.1.1

Produção de Obras - 1984

Especificação	Concluídas	Em Andamento
Pavimentação (km) (A)	737,7	73,1
Revestimento Primário (km) (B)	1.239,4	316,6
Restauração de Pavimento ou Rejuvenescimento (km) (C)	193,1	207,9
Total de Obras Rodoviárias (km) (A + B + C)	2.170,2	597,6
Pontes (m)	6.970,3	1.387,0
Construção de Prédios Públicos (Núcleos de Manutenção e outros) (m2)	9.201,8	1.976,0
Rodovias (km)	797,0	677,0
Projetos:		
Pontes (m)	4.911,0	385,0

Fonte: SETR/DER

Nota : Foram incluídas no quadro obras constantes dos seguintes programas: Normal, BID, Vicinais, Prô-Rural, Prô-Pontes, Adm. Direta, Restauração e Melhoramentos.

Quadro 2.1.2

Rede de Manutenção a Cargo do D.E.R - 1984

Leito Estradal	Em km		
	Federal Delegada	Estadual	Total
Pavimentado	2.015,3	7.176,1	9.191,4
Revestido	129,0	2.679,1	2.808,1
Leito Natural	15,5	949,4	964,9
Em obras	-	164,7	164,7
Total	2.159,8	10.969,3	13.129,1

Fonte: SETR/DER

Serviços de Restauração e Melhoramentos
Concluídos - 1984

Em km

Rodovia	Trecho	Tipo de Serviço	Extensão
PR-239	BR-369 - Campina da Lagoa	Rest. de Pavimento	17,8
PR-323	Maringã-Água Boa (*)	Rest. de pavimento	18,4
PR-092	Jaguariaíva - Cálôgeras (*)	Recapeamento	35,7
-	Acesso BR-373 - Prudentópolis	Rest. de Pavimento	1,1
PR-151	Piraí do Sul - Jaguariaíva (*)	Rest. de Pavimento	44,1
PRT-466	Pitanga - Manoel Ribas (*)	Rest. de Pavimento	30,0
-	Entroncamento PR-170 - Entronc.PR-340 (Acesso a Jaguapitã)	Rejuvenesc. de Pavimento	5,0
-	Acesso à Central de Informações de Fretes - Parque de Exposições	Rejuvenesc. de Pavimento	0,5
-	Acesso ao Terminal Rodoviário de Jataizinho	Rejuvenesc. de Pavimento	0,6
BR-369	Recapeamento da BR-369	Rejuvenesc. de Pavimento	1,0
PR-465	Peabiru - Araruna (Segmento)	Rejuvenesc. de Pavimento	5,0
PR-182	Xambê - Casa Branca	Rejuvenesc. de Pavimento	8,0
PR-478	PR-218 - Porto Rico	Rejuvenesc. de Pavimento	5,0
BR-373	Porto Santa Maria - Chopinzinho	Rejuvenesc. de Pavimento	0,8
PR-170	Guarapuava - Foz do Areia	Rejuvenesc. de Pavimento	1,2
BR-158	Laranjeiras do Sul - Salto Santiago	Rejuvenesc. de Pavimento	0,6
PR-082	Quinta do Sol - PR-317	Rejuvenesc. de Pavimento	1,3
Acesso	Parque Castelo Branco - BR-116	Rejuvenesc. de Pavimento	1,1
Acesso	Quatro Barras - BR-116	Rejuvenesc. de Pavimento	0,6
PR-408	Antonina - Morretes	Rejuvenesc. de Pavimento	10,0
PR-218	Amaporã - Planaltina do Paraná	Tratamento Superf. Duplo	3,0
PR-281	São João - Dois Vizinhos	Rejuvenesc. de Pavimento	0,3
-	Catanduvas - Três Barras	Rejuvenesc. de Pavimento	2,0
Total			193,1

Fonte: SETR/DER

(*) Programa BIRD

Quadro 2.1.4

Serviço de Restauração e Melhoramentos
Em Andamento - 1984

			Em km
Rodovia	Trecho	Tipo de Serviço	Extensão
PR.427	Lapa - Campo do Tenente	Rest. de Pavimento	35,2
PR.469	Pato Branco - Itapejara do Oeste	Rest. de Pavimento	32,1
PR.317	Campo Mourão - Rio Ivaí (*)	Rest. de Pavimento	50,4
PR.495	Missal - Esq. Cêu Azul	Terrapl. Revest. Prim.	35,0
-	Entronc. BR.277 - Catanduvas	Capa Selante	10,0
PR.476	Paranareal - São João do Caiuã	Rejuvenesc. de Pavimento	4,0
-	Toledo - Palotina	Rejuvenesc. de Pavimento	12,0
-	Mariópolis - Clevelândia	Rest. de Pavimento	3,0
-	Entronc. PR.281 - Salto Santiago	Rest. de Pavimento	2,3
-	Entronc. BR.277 - Rio Iguaçu	Rejuvenesc. de Pavimento	1,6
-	Entronc. PR.182 - Quatro Pontes	Rejuvenesc. de Pavimento	2,0
-	Palotina - Terra Roxa	Rejuvenesc. de Pavimento	2,0
-	Toledo - Cascavel	Rejuvenesc. de Pavimento	2,0
-	Rio Piquiri - Cascavel	Rejuvenesc. de Pavimento	0,9
-	Renascença - Rio Santana	Rejuvenesc. de Pavimento	4,4
PR.340	Centenário do Sul - Santo Inácio	Rejuvenesc. de Pavimento	11,0
Total			207,9

Fonte: SETR/DER

(*) Programa BIRD

Programa Prô-Rural - Terraplenagem e Revestimento Primário
Concluídas - 1984

Trecho (Município)	Extensão Em km
BR-476 - Vicinal (Paulo Frontin)	5,3
PR-170 - Crisciúma (Bituruna)	7,5
HF-402 - Campina Bonita - Três Barras (Inácio Martins)	12,5
Lustosa - Jair Messias (Ipiranga)	6,7
Itaqui - Rio do Poço (Guaraqueçaba)	8,0
Estrada do Potinga (Guaraqueçaba)	8,0
PR-405 - Serra Negra (Guaraqueçaba)	12,0
Cachoeira - Saltinho (Antonina)	6,0
Adrianópolis - Cerro Azul (Adrianópolis)	32,0
Matinhos - Sertãozinho (Matinhos)	22,0
Sede - Lagoinha - Div. Agudos do Sul (Tijucas do Sul)	20,0
Campina dos Maías - Posto Fiscal (Piên)	4,0
DM.002 - Pedroso (Antonio Olinto)	10,0
Sede - Divisa Piên (Rio Negro)	38,0
Itararé - Castelhanos (Garatuba)	17,6
BR-277 - Pitinga (Morretes)	2,8
BR-277 - Rio Sagrado de Baixo (Morretes)	3,0
Sede - Espigãozinho (São Mateus do Sul)	8,0
Pontilhão - Palmital (São Mateus do Sul)	9,0
Água Clara - Itaparã (Irati)	22,5
Pirapó - Guaramirim (Irati)	5,6
Volta Grande - Governador Ribas (Irati)	21,5
Barreiro - Potinga (Rebouças)	9,2
BR-476 - Bela Vista (Paula Freitas)	14,1
Bela Vista - São Roque (Paula Freitas)	3,6
BR-476 - Lisoski - Jararaca (Paula Freitas)	17,5
BR-476 - L.Cândido de Abreu (Paulo Frontin)	5,5
BR-476 - Sub.Sede Iguaçu (Paulo Frontin)	9,3
Sede - BR-476 (Vila Guarani) (Paulo Frontin)	13,1
Volta Grande - Mallet - Fluiuópolis (Mallet)	6,0
Dorizon - Entroncamento IN 003 (Mallet)	6,0
BR-153 - Madeireira Dal'Pai (General Carneiro)	7,9
Espingarda - Col.Dona Emília (Porto Vitória)	13,8
Serraria Velha - Canhada Funda (Mangueirinha)	9,0
Benfica - Bituva dos Machados - Bituva dos Lúcius (Teixeira Soares)	13,0
Bituva dos Lúcius - Bituva das Campinhas - Benfica (Teixeira Soares)	10,9
Assungui - Entroncamento DM.414 (Bituva das Campinas) (Teixeira Soares)	8,2
Vilinha - Rincão do Coxo (Palmeira)	6,5

Continua

Quadro 2.1.5

Programa Prô-Rural - Terraplenagem e Revestimento Primário
Concluídas - 1984

Continuação	Em km
Trecho (Município)	Extensão
Capivari de Baixo - Rio Capivari (Tibagi)	5,8
Entroncamento BR-153 - Tibagi - Caetano Mendes (Tibagi)	32,1
Ipiranga - Lustosa (Ipiranga)	15,2
Saltinho - São Roque (Ivaí)	9,5
Ivaí - Água Parada (Ivaí)	8,9
São Sebastião - Tronco (Castro)	17,2
Estrada do Kalinoski - P.G. 304-BR-376 - Rio Tibagi (Ponta Grossa)	10,1
Entroncamento PR-239 - Campina - Imbuia (Reserva)	26,3
Cândido de Abreu - Jacaré (Cândido de Abreu)	26,0
Natingui - Ortigueira (Ortigueira)	42,6
Campina do Juca - Charqueado - BR-376 (Telêmaco Borba)	7,6
Porto Felício - Miolinho (Sengês)	2,6
Reanópolis - Masão de Baixo (Sengês)	13,8
Cerrado - Homem Morto (Arapoti)	33,1
Cachoeira - Marcelino (São José dos Pinhais)	5,0
Sede - Santa Maria (Piraruana)	4,9
Col. Lima - Fazenda Rio Grande - Fazenda Iguçu (Mandirituba)	24,0
BR-116 - Palermo (Mandirituba)	20,6
Taquarova - Colônia Cristina (Araucária)	2,2
Colônia Cristina - Taquarova (Araucária)	8,2
PR-090 - C. Magro - Cerro Negro (Almirante Tamandarê)	39,0
Conceição dos Freitas - Retiro - Marmeleiro (Almirante Tamandarê)	13,7
Sede - Taquari de Baixo (Campina Grande do Sul)	18,5
BR-116 - Saltinho (Campina Grande do Sul)	5,6
BR-116 - Figueira (Rio Capivari) (Campina G. do Sul)	3,2
BR-116 - Taquari - BR-116 (Campina Grande do Sul)	8,8
Sede - Ribeirãozinho (Bocaiúva do Sul)	10,4
Cabeça D'Anta - Bom Retiro (Bocaiúva do Sul)	14,1
Cabeça D'Anta - Passa Vinte (Bocaiúva do Sul)	20,2
BR-476 - Colônia M. Abrantes (Bocaiúva do Sul)	18,4
Colônia João XXIII - BR.116 (Bocaiúva do Sul)	20,8
Total	924,0

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.6

Programa Prô-Rural - Terraplenagem e Revestimento Primário
Em Andamento - 1984

		Em km
Trecho (Município)	Extensão	
Estrada do Batuva - Rio Verde (Guaraqueçaba)	1,5	
Batuva - Div. São Paulo (Guaraqueçaba)	2,0	
Cerro Azul - Mato Preto (Cerro Azul)	20,0	
Col. João XXIII - Faz. Primavera (Bocaiúva do Sul)	22,0	
Ladeira - Canudos - Avençal (São João do Triunfo)	22,0	
Serr. Rio Fuck - Mallet (Cruz Machado)	15,0	
Sede - Água Amarela (Antonio Olinto)	22,0	
HE 004 - Dellegrava - Rio Potinga (Inácio Martins)	5,0	
Entrocamento PR-151 - Cachoeira - Lanças - Fax. (Jaguariaíva)	48,5	
Entrocamento OR.003 - Barreiro - Entrocamento OR.003 (Tibagi)	6,0	
Banhadão - Briolândia - Rio Apucarana Grande (Ortigueira)	42,7	
Entrocamento PR-160 - Entrocamento TB 404 (Telêmaco Borba)	7,8	
Entrocamento EV 006 - Gleba G (Cândido de Abreu)	12,1	
PR-405 - Batuva (Guaraqueçaba)	12,5	
Rio do Couro - Faxinal do Rio Couro (Irati)	13,9	
Total	253,0	

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.7

Programa Pró-Rural - Obras-de-Arte Especiais (Pontes)
Concluídas - 1984

Trecho (Município)	Em m
Trecho (Município)	Extensão
Rio Cinzas (Arapoti)	54,0
Rio Mello (Guaratuba)	23,0
Rio Negro (Piên)	70,0
Rio Tigre (Quatro Barras)	20,0
Rio Verde (União da Vitória)	23,0
Rio Cachoeira Domingos (Rebouças)	18,0
Rio Covô (Mangueirinha)	23,0
Rib. Grande (Adrianópolis)	30,0
Rio Herval (Bituruna)	25,0
Rio Espingarda (Gen. Carneiro)	30,0
Rio Cachoeira (Contenda)	6,0
Rio Barra Grande (Ortigueira)	35,0
Rio Capivari 3 (Sede-Taquari de Baixo)	31,0
Rio no km 12,86 (Adrianópolis-Cerro Azul)	10,0
Rio no km 31,13 (Cerro Azul)	10,0
Rio Rodeio (Campo do Tenente)	10,0
Rio Lageado (Campo do Tenente)	8,0
Rio Tortuoso II (Balsa Nova)	12,0
Rio Estiva (Lapa)	8,0
Rio Iporanga (Morretes)	20,0
Rio Lajeado (Piên)	10,0
Rio Braço do Potinga (Mallet)	35,0
Rio São Pedro (Mallet)	8,0
Rio Passa Três II (Rio Negro)	18,0
Rio Passa Três I (Rio Negro)	25,0
Rio da Vargem (S.J. do Triunfo)	23,0
Rio Capivari (Bocaiúva do Sul)	18,0
Rio Palmital (Piraquara)	25,0
Rio Cachoeira (Rebouças)	30,0
Rio Pequeno (São José dos Pinhais)	12,0
rio Verde (Balsa Nova)	23,0
Rio Caçador (Irati)	18,0
Rio Bracajiuviava (Quatro Barras)	5,0
Rio Passaúna IV (Almirante Tamandarê)	18,0
Rio Ubazinho (Cândido de Abreu)	54,0
Rio Barigui (Araucária)	45,0
Rio Capivara (Almirante Tamandarê)	20,0
Rio Colônia Nova II (Agudos do Sul)	10,0
Rio Izabel Alves (Contenda)	6,0
Rio Jacuī (Campo Largo)	20,0
Rio Sambaqui (Morretes)	11,0
Rio Areia (Porto Amazonas)	11,0

Continua

Programa Prô-Rural - Obras-de-Arte Especiais (Pontes)
Concluídas - 1984

Continuação	Em m
Trecho (Município)	Extensão
Rio Maurício (Mandirituba)	23,0
Rio Colonia Nova I (Agudos do Sul)	10,0
Rio Água Quente (Rio Azul)	20,0
Rio Cachoeira (Rio Azul)	20,0
Rio do Cobre (Irati)	35,0
Rio Parteca (Irati)	18,0
Rio Taquari (Rio Azul)	25,0
Rio Portão (Mangueirinha)	20,0
Rio dos Patos (Irati)	25,0
Rio da Várzea I (Quitandinha)	40,0
Rio Ribeirão Fundo (Lapa)	18,0
Rio Barra Mansa (Jaguariaíva)	30,0
Rio Jararaca (Paula Freitas)	35,0
Rio Passaúna (Araucária)	30,0
Rio Biturumim I (Ipiranga)	35,0
Rio dos Índios (Ivaí)	30,0
Rio Chopim (Palmas)	54,0
Rio Arroio Tigre (U. da Vitória)	12,0
Rio Bonito (Porto Amazonas)	22,0
Rio Charqueada (Telêmaco Borba)	23,0
Rio Iratim (Inácio Martins)	23,0
Rio Jaguariaíva II (Piraí do Sul)	20,0
Rio Tigre (Ortigueira)	25,0
Rio Capivara (Rio Branco do Sul)	20,0
Rio Tibagi (Ponta Grossa)	54,0
Rio Passaúna VI (Almirante Tamandaré)	10,0
Rio Marumbi (Morretes)	35,0
Rio Várzea II (Quitandinha)	35,0
Rio Fortaleza (Piraí do Sul)	30,0
Rio Biturumim II (Ipiranga)	25,0
Rio Caniú (Palmeira)	20,0
Rio Piraí I (Castro)	40,0
Rio Palmital (União da Vitória)	45,0
Rib. Branco (Campo do Tenente)	12,0
Rio Anta I (General Carneiro)	23,0
Rio Corta Rios (Tibagi)	35,0
Rio Santana VI (Paulo Frontin)	25,0
Rio Capivari (C. Grande do Sul)	23,0
Rio Novo (Reserva)	18,0
Rio Jararaca (Bituruna)	35,0
Total	1.989,0

Programa Pró-Rural - Obras-de-Arte Correntes (Bueiros)
Concluídas - 1984

Trecho (Município)	Em m
	Extensão
Arroio Gritten (Antonio Olinto)	8,1
Rio Perdido (Imbituva)	5,4
Rio Ouro Fino I (Tijucas do Sul)	4,4
Rio Ouro Fino II (Tijucas do Sul)	5,4
Rio Faxinal (Araucária)	6,4
Rio das Onças (Araucária)	6,4
Rio Cachoeira (Paranaguá)	4,4
Córrego Guaíra (Paranaguá)	2,2
Córrego Bento (Paranaguá)	4,4
Rio Couro A (Cruz Machado)	9,6
Rio Couro B (Cruz Machado)	6,4
Rio dos Françaes (Lapa)	8,1
Rio Água Branca (São Mateus do Sul)	9,7
Rio Bugre (Paulo Frontin)	5,4
Rio Capivara 3 (Bocaiúva do Sul)	9,6
Rio Cotia (São José dos Pinhais)	5,4
Rio São João (Tijucas do Sul)	6,5
Rio Tortuoso I (Balsa Nova)	4,4
Rio das Almas (Teixeira Soares)	9,6
Rio Poço Frio I (Piên)	5,4
Rio Novo I (Matinhos)	4,4
Rio Novo II (Matinhos)	4,8
Rio Cabeceira da Barra Feia (S. Mateus do Sul)	2,8
Rio Rodeio (Tijucas do Sul)	6,5
Rio Ilha do Turvo (Cerro Azul)	9,6
Rio Cerne (Campina Grande do Sul)	4,4
Rio Canudos (São João do Triunfo)	6,5
Rio Lageado Liso (General Carneiro)	8,1
Rio Taboão (Tibagi)	6,5
Rio Colaço (Antonio Olinto)	2,7
Rio Mongolinho (Palmeira)	4,4
Rio Poço Frio II (Piên)	5,4
Rio Santana I (Paulo Frontin)	9,7
Rio Santana II (Paulo Frontin)	6,4
Rio Taquaraí II (São Mateus do Sul)	4,7
Rio Antas (Sengês)	8,1
Rio Guarauninha (Palmeira)	9,7
Rio Papagaio (Balsa Nova)	5,0
Rio Turvo II (São Mateus do Sul)	9,7
Rio Emboque (São Mateus do Sul)	5,6
Rio Jacú (União da Vitória)	9,6
Rio Guararema (Piraí do Sul)	9,7
Rio Palmeirinha (C. Machado)	6,4

Continua

Programa Pró-Rural - Obras-de-Arte Correntes (Bueiros)
Concluídas - 1984

Continuação	Em m
Trecho (Município)	
Rio Faxinal (Palmeira)	9,6
Rio Água Clara II (Palmeira)	3,4
Rio Despique I (São José dos Pinhais)	9,6
Rio Despique II (São José dos Pinhais)	5,4
Rio Arroio Grande I (Imbituva)	9,6
Rio São Bento (Mangueirinha)	9,6
Rio Lagoa Amarela (Matinhos)	6,5
Rio Santana III (Paulo Frontin)	9,7
Rio São Lourenço (Palmas)	9,6
Rio Palmital (Ivaí)	9,7
Rio Santana IV (Paulo Frontin)	9,7
Rio Zampier (Imbituva)	9,6
Rio Turvo I (São Mateus do Sul)	9,6
Rio Anísio Ribeiro (Sengês)	5,4
Rio São Miguel (São Mateus do Sul)	9,6
Rio Pires (Antonina)	6,4
Rio Papauzinho (C. Machado)	9,7
Rio Baio (São João do Triunfo)	5,4
Rio Barra do Teixeira (Cerro Azul)	6,4
Rio Pessegueiro (Palmeira)	5,6
Rio Antonio Alves (Sengês)	4,4
Rio Cachoeira (Imbituva)	6,4
Rio Vermelho (União da Vitória)	9,6
Rio Carqueja (Lapa)	5,4
Rio Água Clara I (Palmeira)	2,8
Rio Boa Vista (Piên)	6,4
Rio Turvo (Antonina)	9,7
Rio Santana V (Paulo Frontin)	9,7
Rio Areia (União da Vitória)	9,7
Rio Rondina I (Paula Freitas)	4,4
Rio Rondinha II (Paula Freitas)	9,6
Rio Jaguaraiava I (Piraí do Sul)	8,1
Rio Mico Magro (São Mateus do Sul)	6,5
Rio Florestal (Rio Branco do Sul)	4,4
Rio Bigorna (Ortigueira)	9,6
Rio Santa Rosa I (Tibagi)	6,4
Rio Piraí II (Castro)	9,6
Rio Charqueada (Reserva)	8,1
Total	568,8

Quadro 2.1.9

Programa Pró-Rural - Obras-de-Arte Especiais (Pontes)
Em Andamento - 1984

	Em m
Trecho (Município)	Extensão
Rio Barigui (Almirante Tamandaré)	25,5
Rio Farias (General Carneiro)	54,0
Rio Pai Paulo (Guaratuba)	18,0
Rio Saí-Guaçu (Barra Saí)	40,0
Rio dos Antonio (Irati)	31,0
Rio Iratim (Palmas)	90,0
Rio Braço Potinga (Rio Azul)	35,0
Total	293,0

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.10

Programa Pró-Rural - Obras-de-Arte Correntes (Bueiros)
Em Andamento - 1984

	Em m
Trecho (Município)	Extensão
Rio Vargem Grande I (Paula Freitas)	12,0
Rio Vargem Grande II (Paula Freitas)	12,0
Total	24,0

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.11

Resumo dos Programas PROSAFRAS e PrAM - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ mil

Especificação	Municípios	Valor
PROSAFRAS	136	496.879,7
PrAM	27	299.083,0
Total		795.962,7

Fonte: SETR/CPMT

Quadro 2.1.12

Resumo do PROSAFRAS - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ mil

Especificação	Municípios	Unidade	Quantidade	Valor
Moeda Corrente	4	-	-	8.500,0
Óleo Diesel	102	l	540.000	419.539,0
Cimento	20	sc	6.700	44.135,9
Trilhos	35	kg	232.280	24.704,8
Total				496.879,7

Fonte: SETR/CPMT

Recursos Aplicados em Obras do PROSAFRAS - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ mil

Municípios	Recursos	Municípios	Recursos
Apucarana	9.200,0	Inajá	3.497,7
Abatiã	8.097,0	Indianópolis	3.497,7
Amaporã	3.497,7	Iporã	2.078,3
Assis Chateaubriand	8.396,0	Iretama	3.728,1
Astorga	2.793,4	Itaguagé	3.497,7
Bandeirantes	3.497,7	Itabaracá	4.600,0
Barbosa Ferraz	3.851,3	Itambê	4.600,0
Barracão	4.600,0	Itapejara do Oeste	4.600,0
Barra do Jacaré	3.497,7	Itaúna do Sul	3.497,7
Boa Vista da Aparecida	2.078,3	Ivatuba	4.600,0
Bom Sucesso	3.497,7	Jaboti	3.497,7
Braganey	384,0	Jacarezinho	1.296,0
Cafelândia	4.073,7	Jaguariaíva	9.200,0
Cambê	3.497,7	Jandaia do Sul	4.793,7
Cambira	3.497,7	Janiópolis	3.851,3
Campina da Lagoa	576,0	Japira	3.497,7
Catanduvas	576,0	Jesuítas	2.078,3
Centenário do Sul	2.078,3	Kalorê	3.497,7
Cianorte	9.200,0	Lapa	810,0
Cidade Gaúcha	4.600,0	Laranjeiras do Sul	3.497,7
Clevelândia	1.676,1	Loanda	3.497,7
Conselheiro Mairinck	3.497,7	Mallet	2.078,3
Corbélia	9.200,0	Mamborê	3.851,3
Cruz Machado	4.600,0	Manoel Ribas	2.431,9
Cruzeiro do Sul	3.497,7	Marialva	4.600,0
Curiúva	3.497,7	Marilena	3.497,7
Diamante do Norte	3.728,1	Marmeleiro	4.600,0
Dois Vizinhos	3.497,7	Marumbi	3.497,7
Douradina	3.497,7	Matelândia	576,0
Doutor Camargo	3.497,7	Matinhos	4.600,0
Enéas Marques	5.009,6	Mirador	3.497,7
Faxinal	486,0	Miraselva	6.678,3
Fênix	3.497,7	Missal	3.155,0
Floraí	1.906,5	Moreira Sales	3.728,1
Florestópolis	4.600,0	N. Senhora das Graças	3.497,7
Flórida	4.600,0	Nova América da Colina	3.497,7
Francisco Alves	3.497,7	Nova Cantú	230,4
Goio-Erê	3.851,3	Nova Londrina	3.497,7
Grandes Rios	-	Nova Olímpia	3.497,7
Guapirama	4.600,0	Nova Prata do Iguaçu	4.600,0
Guaraci	3.497,7	Ourizona	3.497,7
Guaraniáçu	4.872,0	Paíçandu	3.497,7
Icaraima	4.073,7	Palotina	3.497,7

Continua

Recursos Aplicados em Obras do PROSAFRAS - 1984

Continuação		Em Valores Correntes - Cr\$ mil	
Municípios	Recursos	Municípios	Recursos
Paranacity	3.497,7	Santa Terezinha do Itaipu	3.497,7
Pêrola	3.582,5	Santo Antonio do Caiuá	3.497,7
Pêrola do Oeste	3.497,7	Santo Inácio	4.600,0
Piên	1.000,0	São João	4.600,0
Pinhalão	4.600,0	São João do Ivaí	2.078,3
Porecatu	4.793,7	São Jorge do Ivaí	4.600,0
Pranchita	4.600,0	São Pedro do Ivaí	3.497,7
Presidente Castelo Branco	2.078,3	São Tomé	2.000,0
Primeiro de Maio	3.497,7	Sapopema	4.600,0
Quatiguá	6.961,4	Sertaneja	4.883,2
Quedas do Iguaçu	1.872,0	Siqueira Campos	576,0
Rancho Alegre	3.497,7	Tamboara	3.497,7
Realeza	2.232,8	Tapejara	4.600,0
Renascença	2.078,3	Tapira	3.497,7
Ribeirão Claro	1.296,0	Terra Boa	353,6
Ribeirão do Pinhal	4.600,0	Toledo	9.200,0
Roncador	230,4	Tomazina	3.497,7
Salgado Filho	3.497,7	Três Barras do Paraná	3.497,7
Salto do Lontra	3.497,7	Tupãssi	3.050,3
Santana do Itararé	3.497,7	Ubiratã	576,0
Santa Cecília do Pavão	3.497,7	Uniflor	3.497,7
Santa Cruz de Mte. Castelo	3.497,7	Vera Cruz do Oeste	3.497,7
Santa Fé	2.078,3	Verê	3.497,7
Santa Helena	5.536,0	Wenceslau Bráz	3.497,7
Santa Inês	5.576,0	Xambrê	4.600,0
Santa Mariana	3.497,7		
Total			496.878,9

Fonte: SETR/CPMT

Nota : O PROSAFRAS é um programa especial destinado a possibilitar melhoramentos nas rodovias intermunicipais e/ou municipais para escoamento das safras.

Quadro 2.1.14

Comparativo do PROSAFRAS - 1980/1984

Anos	1980	1981	1982	1983	1984
Municípios Atendidos	268	284	248	258	136
Valor (Cr\$ mil)	150.251,0	325.536,0	610.507,0	674.819,6	795.962,7 (*)

Fonte: SETR/CPMT

(*) Verba do PrAM e do PROSAFRAS

Quadro 2.1.15

Resumo do PrAM - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ mil

Especificação	Municípios	Valor
Moeda Corrente	27	299,1

Fonte: SETR/CPMT

Quadro 2.1.16

Recursos Aplicados em Obras do PrAM - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ mil

Município	Recursos	Município	Recursos
Araruna	5.000,0	Renascença	3.551,0
Borrazópolis	1.788,0	Rio Bom	7.000,0
Campina da Lagoa	22.342,0	Salto do Lontra	3.246,0
Cap. Leônidas Marques	12.963,0	São João	1.288,0
Cêu Azul	17.110,0	Siqueira Campos	8.061,0
Corbélia	10.973,0	Telêmaco Borba	60.332,0
Grandes Rios	8.835,0	Terra Boa	5.234,0
Guaraniaçu	16.210,0	Terra Rica	6.865,0
Imbituva	10.787,0	Terra Roxa	20.000,0
Joaquim Távora	14.630,0	Tuneiras do Oeste	4.915,0
Marialva	23.000,0	Uraí	2.607,0
Mariluz	4.800,0	Vitorino	6.147,0
Paraíso do Norte	404,0	Xambê	7.540,0
Rebouças	13.455,0		

Total

299.083,0

Fonte: SETR/CPMT

**Programa Pró-Pontes - Obras-de-Arte Especiais (Pontes)
Concluídas - 1984**

Trecho (Município)	Extensão Em m
Rio São Jerônimo (São Jerônimo da Serra)	35,0
Rio Salto Tapiracuí (Rondon)	17,0
Ribeirão São João (Altônia)	10,0
Rio Leão/Herveiro (C. Lagoa)	16,0
Rio Melissa (Corbélia)	32,0
Rio Branco (Grandes Rios)	40,0
Rio Marialva (Itambê)	20,0
Rio Sem Nome (Salto do Itararé)	22,0
Rio Açu (Terra Roxa)	24,0
Rio Cantil (Xambê)	22,0
Rio Guaraíta (Araruna)	12,0
Ribeirão Arapuã (Cornélio Procópio)	6,0
Rio Goio-Erê (Mariluz)	41,0
Rio Pereira (Faxinal)	71,0
Rio Pirapô (Astorga)	48,0
Rio Vitorino (Itapejara do Oeste)	26,0
Rio Jacarezinho/Pirambeira (Joaquim Távora)	38,0
Rio dos Índios (São Tomé)	40,0
Rio São Domingos (Cambê)	9,0
Rio Barra Grande (Chopinzinho)	11,0
Rio Campo Novo (Quedas do Iguaçu)	12,0
Rio Jangada (Sabaudia)	8,0
Rio Torresmo (Jacarezinho)	9,0
Rio São João	12,0
Rio Água Fartura	6,0
Rio Água Butiá (Astorga)	12,0
Rio Carajã	33,0
Rio dos Alves	10,0
Rio Formoso	48,0
Rio Lambarí (Marmeleiro)	22,0
Rio Barra Grande (Chopinzinho)	20,0
Rio Central	30,0
Rio Forquilha (Renascença)	18,0
Rio Verde (Assis Chateaubriand)	37,0
Rio Centenário (Campina Grande do Sul)	22,0
Rio São Francisco (Santo Antonio do Caiuã)	35,0
Rio dos Índios	35,0
Ribeirão do Café (Pinhalão)	12,0
Córrego Cobrinco (Icaraíma)	12,0
Rio Água Branca (Jataizinho)	12,0
Rio Papanduva (Prudentópolis)	12,0
Rio Água Clara (Santo Inácio)	8,0

Continua

Programa Pró-Pontes - Obras-de-Arte Especiais (Pontes)
Concluídas - 1984

Continuação	Em m
Trecho	Extensão
Rio Pirapô (Arapongas)	12,0
Rio José Nunes (Nova Fátima)	9,0
Rio Ribeirão Claro (Engenheiro Beltrão)	37,0
Rio Jesuítas (Formosa do Oeste)	38,0
Rio Corumbataí (Ivaiporã)	66,0
Rio Gavião (Mamborê)	22,0
Rio Tamanduá (Turvo)	11,0
Rio da Bulha (São João do Ivaí)	41,0
Rio Foryuna (Fênix)	4,0
Rio Cachoeira (Guarapuava)	12,0
Rio Arroio Guaçu (Nova Santa Rosa)	35,0
Córrego Apertados (Arapongas)	7,0
Rio Atlantic (Mandaguçu)	9,0
Rio Pato Branco (Pato Branco)	59,0
Rio dos Padres (Jesuítas)	26,0
Rio Barracão (Tomazina)	23,0
Rio Sununú (Mamborê)	11,0
Rio Jaboti (Santo Antonio do Sudoeste)	12,0
Rio Vitória (Enéas Marques)	20,0
Rio Piaba (Araruna)	66,0
Rio dos Índios (Cianorte)	26,0
Ribeirão das Onças (Borrazópolis)	11,0
Rio Bocô (Pitanga)	20,0
Rio das Almas (Iratí)	28,0
Rio Mourão (Peabirú)	50,0
Rio Quatorze (Francisco Beltrão)	28,0
Rio Capricórnio (Cruzeiro do Oeste)	31,0
Rio Jaracatiá (Salto do Lontra)	38,0
Rio Jangada (Umuarama)	17,0
Córrego Elza (São Pedro do Ivaí)	7,0
Rio Corvo Branco (Céu Azul)	11,0
Rio Carijô (Juranda)	11,0
Rio Hiliodoro (Inajá)	8,0
Rio Lajeado Grande (Pranchita)	12,0
Rio Lajeado Grande (Pérola do Oeste)	12,0
Total	1.795,0

Programa Pró-Pontes - Obras-de-Arte Correntes (Bueiros)
Concluídas - 1984

Trecho	Extensão
Rio Jacutinga (Vera Cruz do Oeste)	11,0
Rio Monteiro (Capitão Leônidas Marques)	12,0
Rio Caxangá	12,0
Rio dos Cardosos (Bela Vista do Paraíso)	5,4
Rio Uberaba (Cambê)	2,8
Rio Jaboticabal (Japira)	5,4
Rio Água do Biguã (Primeiro de Maio)	2,8
Rio Ibiratininga (Presidente Castelo Branco)	5,4
Rio Água do Penacho (Ribeirão do Pinhal)	9,7
Rio Guaraipô (São Jorge do Oeste)	9,6
Rio Sanga da Laranjeira (Toledo)	5,4
Rio Goioxim (Tuneiras do Oeste)	5,4
Ribeirão do Prado	9,6
Rio Saltinho/Jataizinho (Assaí)	12,0
Ribeirão Peroba (Bandeirantes)	9,7
Rio Paissandú (Dr. Camargo)	9,6
Rio Água Bonita (Itambê)	3,4
Rio Barreiro (Jaboti)	4,4
Rio Arroio Grande	8,0
Ribeirão do Meio (Ribeirão Claro)	9,7
Rio Água do Ô (Santa Fê)	5,4
Córrego Chiquinho (Santa Izabel do Ivaí)	9,6
Rio Água do Moinho (Santa Terezinha do Itaípú)	2,8
Rio Tamanduã (Santa Terezinha do Itaipu)	6,4
Rio Córrego Estação (Cruzeiro do Sul)	5,4
Ribeirão Fundo (Paranacity)	9,7
Rio Tigre (Nova Londrina)	12,0
Rio Água Formosa	10,0
Rio Uraí (Uraí)	6,4
Rio Água da Morte	9,7
Rio Iguazuzinho	12,0
Rio Urú	10,0
Ribeirão das Flores	11,0
Rio Água do Moisés	4,4
Rio dos Porcos	2,2
Rio Água Grande	9,6
Rio Ronquita	12,0
Rio Água Branca	9,7
Rio São Domingos	9,7
Rio Chapecô	12,0
Rio Crisciúma	9,6
Rio São Paulo	5,4

Quadro 2.1.18

Programa Pró-Pontes - Obras-de-Arte Correntes (Bueiros)
Concluídas - 1984

Continuação	Em m
Trecho	Extensão
Rio Quinzinho	5,4
Rio Dois Irmãos Mirim	12,0
Rio Moreno	5,4
Rio Santa Lúcia	9,6
Rio Porecatú	9,7
Rio Corre Pedra (Lupionópolis)	4,4
Rio Ipanema	7,0
Rio Palmital	3,4
Rio do Banho	3,4
Rio Cachoeira	5,4
Rio Água Nova	6,5
Rio Três Barras	8,0
Córrego Chiado	5,4
Rio Barreiro	4,4
Rio São Luiz	7,0
Rio Boi Pintado	9,6
Rio Água Bonita	9,4
Rio Água Paca	4,4
Rio Cava Funda	5,4
Rio Jaracatiã	7,0
Arroio Guaçu	6,4
Rio Papuana	5,4
Rio Gabiroba	2,2
Rio Graciano da Silva	4,4
Rio Fartura	8,1
Ribeirão Grande	10,0
Rio Juruna	9,6
Rio Fogaça	5,4
Rio das Pedras	6,4
Rio Ivaizinho	3,4
Rio Córrego Rico (Rancho Alegre)	2,2
Rio Água Funda (São Carlos do Monte Castelo)	8,1
Rio Aroeira (Corbélia)	6,4
Rio Água do Triunfo (Ivaiporã)	3,4
Rio Água Fria (Manoel Ribas)	5,4
Ribeirão da Cobra (Mirador)	9,6
Rio Água da Peroba (Quatiguá)	9,6
Rio Ribeirão do Pinhal (São João da Boa Vista)	9,7
Rio Salmão (Sarandí)	6,4
Rio Bertioga/Garibaldi (Terra Boa)	5,4
Rio São Januário (Cianorte)	9,6
Rio Córrego Caetano (Alvorada do Sul)	9,0

Continua

Programa Pró-Pontes - Obras-de-Arte Correntes (Bueiros)
Concluídas - 1984

Continuação	Em m
Trecho	Extensão
Rio Ribeirão São João (Indianópolis)	5,4
Rio Água Aimorê (Guairaça)	9,6
Rio São Pedro (São Pedro do Paraná)	10,0
Rio Barreiro (Rolândia)	6,4
Rio Marimondo (Conselheiro Mairinck)	8,1
Rio Herval (Francisco Beltrão)	12,0
Rio Água Verde (Marmeleiro)	6,4
Rio Vinte e Cinco (Renascença)	8,1
Rio Água Branca (Lunardelli)	6,4
Rio Peroba (Abatiã)	9,7
Rio Santa Maria (Ampere)	2,2
Rio Lajeado Santo Antonio (Capanema)	2,8
Ribeirão das Pombas (Ibaiti)	4,4
Córrego Campestre (Miraselva)	5,4
Rio Paranhos (São Jorge do Ivaí)	9,6
Rio da Areia (Tapejara)	12,0
Ribeirão Paixão (Amaporã)	9,6
Rio Catanduva (Nova Cantu)	6,4
Rio Faxinalzinho (Roncador)	5,4
Rio Grente (Salto do Lontra)	6,0
Ribeirão São João (São Jorge do Patrocínio)	9,7
Rio São Gonçalo (Barracão)	9,6
Rio Santa Lúcia (Capitão Leônidas Marques)	9,7
Rio Apucarantina/Preto (Marilândia do Sul)	12,0
Córrego Esperança (Nova Esperança)	12,0
Rio São João (São Jorge do Patrocínio)	12,0
Rio Surucua (Tamboara)	9,7
Rio Cabeça de Boi/Jacarê (Alto Piquiri)	12,0
Rio Taquaral (Cambarã)	6,4
Rio Cambira (Cambira)	3,4
Rio Lageado 3 Angicos (Capanema)	5,4
Ribeirão Grande (Congonhinhas)	5,4
Córrego Palmeira (Jussara)	5,0
Rio Piracicaba (Guaporema)	3,4
Rio Humai/Peroba (Alto Paraná)	6,5
Rio Novaes (Braganey)	5,4
Rio Lameira (Cambira)	10,0
Rio Itambaracã (Itambaracã)	4,4
Ribeirão Pinhal (Joaquim Távora)	5,4
Rio Água do Macaco (Nossa Senhora das Graças)	5,4
Rio Lageado das Araras (Palotina)	8,1
Ribeirão Saracura (Pérola)	9,7

Programa Prô-Pontes - Obras-de-Arte Correntes (Bueiros)
Concluídas - 1984

Continuação	Em m
Trecho	Extensão
Rio Iapô (Piraí do Sul)	4,4
Rio Barra Grande	4,4
Rio Ariranha (Quinta do Sul)	5,4
Rio Grande (Santa Amélia)	11,0
Rio Serrinha	8,1
Rio Lambari (Tupassi)	5,4
Rio Saltinho (Umuarama)	6,5
Ribeirão Colorado (Flórida)	7,0
Rio Figueira (Jacarêzinho)	5,4
Rio Paudalho (Sabaudia)	7,0
Rio Kalorê (Kalorê)	12,0
Rio Grajaú (Lobato)	5,4
Rio Canoas (Dois Vizinhos)	9,6
Rio Pranchita (Pranchita)	5,4
Rio São Joaquim (Barbosa Ferraz)	12,0
Rio Guampará (Cantagalo)	12,0
Rio Ubiratama (Cruzeiro do Sul)	5,4
Rio Jandaia (Jandaia do Sul)	5,4
Rio Água do Capeta (Lupionópolis)	11,0
Ribeirão Jacutinga (São Carlos do Ivaí)	10,0
Rio Araras (Palotina)	12,0
Ribeirão Suruquã (Paraíso do Norte)	12,0
Rio Porongos (Pêrola)	9,7
Rio Barreiro Azul	5,4
Total	1.125,6

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.19

Programa Prô-Pontes - Obras-de-Arte Especiais (Pontes)
Em Andamento - 1984

		Em m
Trecho (Município)		Extensão
Rio Ocoi		50,0
Rio Represa (São Miguel do Iguazu)		54,0
Rio do Salto/Vora		12,0
Rio Marrecas		30,0
Rio Cascudo (Guaraniaçu)		45,0
Rio Figueirinha (Figueira)		7,0
Rio Água Branca (Goio-Erê)		35,0
Rio das Lontras		50,0
Rio Adelaide (Catanduvas)		28,0
Rio Itapiracuí		30,0
Rio Santo Inácio		20,0
Rio Cotegipe		70,0
Rio Coroa do Frade		20,0
Total		451,0

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.20

Projeto Rodovias Vicinais - Terraplenagem e Pavimentação
Concluídas - 1984

		Em km
Rodovia	Trecho	Extensão
PR-555	Nova Esperança - São Carlos do Ivaí	26,5
PR-479	Tuneiras do Oeste - Moreira Sales	28,5
PR-532	BR-376 - Correia de Freitas	6,6
Ligação	Altônia - São Jorge do Patrocínio	13,9
Ligação	Andirá - Casquel Agrícola	6,3
PR-454	Astorga - Jaguapitã	22,3
Total		104,1

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.21

Projeto Rodovias Vicinais - Terraplenagem e Pavimentação
Em andamento - 1984

		Em km
Rodovia	Trecho	Extensão
PRT-158	Vitorino - Divisa PR/SC	12,4
PR-568	Verê - Águas do Verê (*)	15,7
Total		28,1

Fonte: SETR/DER

(*) Trecho com pavimentação poliédrica

Quadro 2.1.22

Projeto Rodovias Vicinais - Obras-de-Arte Especiais (Pontes)
Concluídas - 1984

		Em m
Rodovia	Obstáculo	Extensão
PR-454	Rio Bandeirantes do Norte	60,0
PR-532	Rio Cerne	35,0
Ligação	Rio Verê	25,0
Total		120,0

Fonte: DER/PR

Quadro 2.1.23

Projeto Rodovias Vicinais - Obras-de-Arte Especiais (Pontes)
Em Andamento - 1984

		Em m
Rodovia	Obstáculo	Extensão
-	Rio Cágado	38,0
PR-585	Rio Santa Quitéria	68,0
PR-585	Rio São Francisco Falso	50,0
-	Rio Suruquã	34,0
PR-585	Rio São Francisco	68,0
-	Rio Jacutinga	38,0
-	Rio Couro de Boi	38,0
Total		334,0

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.24

Projeto Rodovias Vicinais - Terraplenagem e Revestimento Primário
Concluídas - 1984

		Em km
Rodovia	Treço	Extensão
PR-471	Campina da Lagoa - Guaporê	44,2
PR-457	Marisa - São Pedro do Ivaí	15,9
PR-515	Jacarezinho - Barra do Jacaré	21,9
PR-553	Luisiana - Mamborê	37,4
PR-518	Santa Mariana - Porto Quebra Canoa	29,9
PR-532	Irerê - Correia de Freitas	29,3
PR-549	Corumbataí do Sul - Entroncamento BR-487	27,5
PR-549	Barbosa Ferraz - Corumbataí do Sul	18,6
PR-471	Três Barras do Paranã - Nova Prata	25,6
PR-405	Cacatu - Guaraqueçaba	3,6
PR-180	Marmeleiro - Campo Erê (Divisa PR/SC)	33,0
Total		286,9

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.25

Projeto Rodovias Vicinais - Terraplenagem e Revestimento Primário
Em Andamento - 1984

		Em km
Rodovia	Trecho	Extensão
PR-456	Palmital - Entroncamento PR-460	63,6
Total		63,6

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.26

Obras-de-Arte Especiais (Pontes) na Administração Direta
Concluídas - 1984

		Em m
Rodovia	Obstáculo (Trecho)	Extensão
BR-153	Rio Vermelho (Acesso a Conselheiro Mayrínck)	9,0
BR-376	Córrego do Leão (Alto do Amparo - Ortigueira)	60,0
PR-151	Viaduto da Grota (Piraí - Jaguaraiãva)	36,0
PR-446	Rio Herval (Bituruna)	16,0
PR-446	Rio Jangada (Bituruna - Porto Vitória)	65,0
-	Rio Salto II (Palmeira - Witmarsum)	8,0
BR-158	Rio dos Papagaios (Campo Mourão - Roncador)	6,0
PR-151	Rio Forquilha (Cont. de Palmeira)	102,0
PR-410	Rio Mãe-Catira (Estrada da Graciosa)	40,0
PR-487	Rio Coronel (Cândido de Abreu - Manoel Ribas)	9,0
-	Galeria no Rio Capivari (Bocaiúva do Sul - Rio Branco do Sul)	13,0
-	Galeria no Ribeirão Paranavaí (Paranavaí)	30,0
BR-158	Rio da Várzea (Campo Mourão - Roncador)	13,0
PR-519	Rio Laranjinha (Santa Amélia - Santa Mariana)	92,0
Municip.	Rio São Tomé (São Tomé - Cianorte)	16,0
-	Rio Pirapô (Paranacity - Colorado)	80,0
PR-323	Galeria no km 205 (Francisco Alves - Iporã)	55,0
Municip.	Rio São Francisco (Clevelândia - São Luiz)	25,0
PR-411	Rio Nhundiaquara (Estrada da Graciosa - Porto de Cima)	70,0
-	Rio Nhundiaquara (Morretes)	35,0
Municip.	Rio Salto (Palmeira - Witmarsum)	70,0
Municip.	Rio Amador (Cândido de Abreu - Rio do Tigre)	6,0
-	Rio Ubã (Jacarezinho - Santo Antonio da Platina)	132,0
-	Galeria no Rio Piraizinho (Acesso a Piraí do Sul)	10,5
-	Rio Suruquã (Paranavaí - Tamboara)	9,5
-	Rio Pirapô II (Maringá - Astorga)	56,0
Total		1.064,0

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.27

Obras-de-Arte Especiais (Pontes) na Administração Direta
Em Andamento - 1984

		Em m
Rodovia	Obstáculo (Trecho)	Extensão
BR-158	Rio São João (Campo Mourão - Roncador) (*)	7,5
PR-446	Rio Espingarda (BR-153 - Porto Vitória)	45,0
Municip.	Rio Iapó (Castro) (*)	134,5
PRT-487	Rio Palmital I (Cândido de Abreu - Rio Ivaí)	16,0
PR-364	Rio das Antas (Irati - Inácio Martins)	8,0
PRT-487	Rio Ivaizinho (Cândido de Abreu - Ivaí)	62,0
Municip.	Rio São Mateus (Malu - Palmital)	12,0
Total		285,0

Fonte: SETR/DER

(*) Obras paralisadas

Quadro 2.1.28

Projeto Programa Normal - Terraplenagem e Pavimentação
Concluídas - 1984

		Em km
Rodovia	Trecho	Extensão
Ligação	Itaguagê - Usina Taquaruçu	9,8
-	Contorno de Palmeira	1,3
BR-369	Av. Governador Roberto da Silveira	1,7
-	Av. Colombo e Av. Paraná (Maringá)	1,1
-	Acesso ao Posto Fiscal de Rendas (BR-376) (*)	1,5
-	Acesso Sul de Cambará	1,9
PR-092	Contorno de Andirá	3,4
-	Acesso a Mandiocaba	3,5
PR-218	Contorno de Astorga	2,9
PRT-153	Eng. Gutierrez - Rebouças (Contorno de Irati) (**)	22,0
PRT-153	Paulo Frontin - Entroncamento BR-476 (**)	8,9
PRT-158	Sumarê - São João do Caiuã (**)	26,7
PRT-082	Nova Olímpia - Douradina - Ivatê (**)	33,7
PR-461	Lobato - Colorado (**)	17,7
Total		136,1

Fonte: SETR/DER

(*) Trecho com pavimentação poliédrica

(**) Projeto Agroviás

Quadro 2.1.29

Projeto Programa Normal - Terraplenagem e Pavimentação
Em Andamento - 1984

		Em km
Rodovia	Trecho	Extensão
Acesso	PR-469 - Bom Sucesso	6,0
Ligação	Estrada do Boqueirão - Guarapuava	4,0
-	Contorno de Balsa Nova e Acesso ao Viaduto Rodoviário	3,4
-	Acesso à Av. Guaíra (Campo Mourão)	4,3
Total		17,7

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.30

Projeto Programa Normal - Terraplenagem e Revestimento Primário
Concluídas - 1984

		Em km
Rodovia	Trecho	Extensão
-	Acesso a Itapoã	1,6
Ligação	Ribeirão Bonito-Rosário	26,2
Total		27,8

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.31

Projeto Programa Normal - Obras-de-Arte Especiais (Pontes)
Concluídas - 1984

		Em m
Rodovia	Trecho	Extensão
PR-364	Rio Pioneiro (*)	5,4
PR-364	Arroio Santa Fé (*)	10,0
PR-417	Rio Atuba (Curitiba-Colombo)	25,0
-	Rio Santana (Itapejara do Oeste - Francisco Beltrão)	75,0
-	Rio Apucarana	70,0
-	Rio Reserva	20,0
-	Rio Jararaca	22,5
-	Rio Chopim	80,0
Total		307,9

Fonte: SETR/DER

(*) Obras correntes

Quadro 2.1.32

Projeto BID - Terraplenagem e Revestimento Primário
Concluídas - 1984

		Em km
Rodovia	Trecho	Extensão
-	Acesso a Trigoândia	0,7
Total		0,7

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.33

Projeto BID - Terraplenagem e Pavimentação
Concluídas - 1984

		Em km
Rodovia	Trecho	Extensão
PR-092	Santo Antonio da Platina - Barra do Jacaré	24,6
-	Acesso a Monte Real	2,2
PR-218	Jundiáí do Sul - Entroncamento PR-153	17,9
PR-218	Iguaraçu - Ângulo - Atalaia	26,4
PR-340	Castro - Tibagi	60,0
PR-419	Entrocamento BR-116 - Agudos do Sul	18,4
PR-239	Arapoti - PR-090 (Romário Martins)	43,1
PR-281/420	Agudos do Sul - Piên - Divisa PR/SC	26,0
PR-475	São Jorge do Oeste - Salto Osório	26,4
-	Acesso a Piên	1,5
PR-090	Piraí do Sul - Ventania (Lote 2)	36,7
PR-090	Ventania - Curiúva (Tibagi)	35,7
PR-090	Curiúva - Sapopema - São Jerônimo (Lote 1)	28,3
PR-090	Piraí do Sul - Ventania (Lote 2)	24,8
PR-090	Curiúva - Sapopema - São Jerônimo (Lote 2)	29,3
PRT-272	Santana do Itararé - Divisa PR/SC (R-Itararé)	11,0
PR-437	Alvorada do Sul - Primeiro de Maio	28,7
PR-539	Rio Bom - Marilândia do Sul	14,3
-	Acesso à Represa de Capivara	1,2
PR-427	Lapa - Porto Amazonas - BR-277 (*)	41,0
Total		497,5

Fonte: SETR/DER

(*) Trecho com trabalho de restauração de pavimento.

Quadro 2.1.34

Projeto BID - Terraplenagem e Pavimentação
Em Andamento - 1984

		Em km
Rodovia	Trecho	Extensão
PR-546	Itambé - Bom Sucesso	27,7
Total		27,7

Fonte: SETR/DER

Construção de Prédios Públicos
Obras Concluídas - 1984

Em m²

Descrição da Obra	Local	Área
Obras Complementares no 2o. D.R.	Ponta Grossa	1.178,7
Posto de Abastecimento	Cascavel	669,1
Posto de Polícia Rodoviária	Assis Chateaubriand	49,5
Escritório do 5o. D.R.	Guarapuava	207,0
Oficina Mecânica	Londrina	1.288,5
Núcleo de Manutenção	Iguaraçu	249,5
Núcleo de Manutenção	Santo Inácio	249,5
Núcleo de Manutenção	Jussara	249,5
Núcleo de Manutenção	Bom Sucesso	249,5
Núcleo de Manutenção	Peabiru	249,5
Núcleo de Manutenção	Roncador	249,5
Núcleo de Manutenção	Paranacity	249,5
Núcleo de Manutenção	Alto Paraná	249,5
Núcleo de Manutenção	Pres. Castello Branco	249,5
Núcleo de Manutenção	Rondon	249,5
Núcleo de Manutenção	Tamboara	249,5
Núcleo de Manutenção	Guairaçã	249,5
Núcleo de Manutenção	Iporã	190,0
Núcleo de Manutenção	Nova Olímpia	190,0
Núcleo de Manutenção	Icaraíma	190,0
Núcleo de Manutenção	Santo Antonio do Sudoeste	224,5
Núcleo de Manutenção	Itapejara do Oeste	224,5
Núcleo de Manutenção	São João	224,5
Núcleo de Manutenção	Chopininho	224,5
Núcleo de Manutenção	Assis Chateaubriand	224,5
Núcleo de Manutenção	Cap. Leônidas Marques	224,5
Núcleo de Manutenção	Medianeira	224,5
Núcleo de Manutenção	Palmas	224,5
Núcleo de Manutenção	Manoel Ribas	224,5
Núcleo de Manutenção	Pinhão	224,5
Total		9.201,8

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.36

Construção de Prédios Públicos
Obras em Andamento - 1984

			Em m2
Descrição da Obra	Local		Área
Núcleo de Manutenção	Bituruna		224,5
Núcleo de Manutenção	Paulo Frontin		224,5
Núcleo de Manutenção	Sengês		224,5
Núcleo de Manutenção	Palmital		224,5
Núcleo de Manutenção	Castro (Abapã)		224,5
Núcleo de Manutenção	Quedas do Iguaçu		224,5
Núcleo de Manutenção	Cândido de Abreu (Três Bicos)		224,5
Núcleo de Manutenção	Telêmaco Borba (Imbaú)		224,5
Total			1.796,0

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.37

Comparativo de Indenizações Amigáveis e Doações - 1982/1984

Discriminação	Unidade	1982	1983	1984
Escrituras Indenizadas	no.	54	270	479
Escrituras Doadas	no.	26	376	920
Área Total Indenizada	km2	962,1	3.425,0	11.292,7
Área Obtida por Doação	km2	580,5	3.675,0	10.640,0
Valor da Área Indenizada	Cr\$ milhões	20,2	127,1	675,5
Valor das Benfeitorias	Cr\$ milhões	2,1	104,9	423,0
Total das Indenizações	Cr\$ milhões	22,3	232,0	1.098,5
Valor das Doações	Cr\$ milhões	14,3	294,0	1.746,6

Fonte: SETR/DER

Quadro 2.1.38

Paraná - Exportações de Longo Curso pelos Portos de Paranaguá e Antonina
Comparativo - 1983/1984

Porto/Mercadorias	Em t		
	1983	1984	Variação %
Paranaguá			
Carga Geral	716.702	868.458	21,2
Cafê	187.655	134.317	(28,4)
Madeira	99.702	155.451	55,9
Algodão	73.677	16.165	(78,1)
Cafê Solúvel	454	135	(70,3)
Congelados	150.041	159.634	6,4
Têxteis	9.012	11.980	32,9
Cerâmicas	21.603	42.706	97,7
Papel	50.125	157.789	214,8
Diversos	124.433	190.281	52,9
Granéis Sólidos	5.766.151	5.617.886	(2,6)
Milho	632.885	356.285	(43,7)
Soja	1.027.123	1.241.046	20,8
Farelos	4.077.406	4.009.109	(1,7)
Trigo Mourisco	28.737	11.446	(60,2)
Granéis Líquidos	616.221	1.533.603	148,9
Óleos Vegetais	357.253	306.899	(14,1)
Derivados do Petróleo	257.918	1.226.704	375,6
G.L.P.	1.050	-	-
Antonina			
Diversos	3.992	1.630	(59,2)
Total	7.103.066	8.021.577	12,9

Fonte: SETR/APPA

Quadro 2.1.39

Paraná - Exportações de Cabotagem pelos Portos de Paranaguá e Antonina
Comparativo 1983/1984

Porto/Mercadorias	Em t		
	1983	1984	Variação %
Paranaguá			
Carga Geral	78.803	7.935	(89,9)
Cafê	1.656	1.676	1,2
Feijão	59.730	-	(100,0)
Diversos	17.417	6.259	(64,1)
Granéis Sólidos	267.664	207.459	(22,5)
Milho	161.487	58.447	(63,8)
Farelos	87.875	83.533	(4,9)
Minérios	18.302	65.479	257,8
Granéis Líquidos	2.905.493	2.303.152	(20,7)
Óleos Vegetais	16.515	24.685	49,5
Derivados do Petróleo	2.577.104	1.990.545	(22,8)
G.L.P.	27.155	39.561	45,8
Comb. para Navios	148.974	170.066	14,2
Água para Navios	76.569	78.295	2,3
Alcool	59.176	-	-
Antonina			
Diversos	3.992	1.610	(59,7)
Total	3.255.952	2.520.156	(22,6)

Fonte: SETR/APPA

Quadro 2.1.40

Paraná - Importações de Longo Curso pelos Portos de Paranaguá e Antonina
Comparativo 1983/1984

Porto/Mercadorias	Em t		
	1983	1984	Variação %
Carga Geral (Diversos)	85.590	110.785	29,4
Granéis Sólidos	206.422	175.597	(14,9)
Fertilizantes	120.993	144.534	19,5
Minérios	3.227	3.228	-
Milho	82.202	27.835	(66,1)
Granéis Líquidos	20.697	8.470	(92,7)
Derivados do Petróleo	20.697	1.448	(93,0)
Produtos Químicos	-	7.022	-
Total	312.709	294.852	(5,7)

Fonte: SETR/APPA

Quadro 2.1.41

Paraná - Importações de Cabotagem pelos Portos de Paranaguá e Antonina
Comparativo 1983/1984

Porto/Mercadorias	Em t		
	1983	1984	Variação %
Paranaguá			
Carga Geral (Diversos)	12.266	20.526	67,3
Granéis Sólidos	207.326	259.663	25,2
Minérios	43.602	52.166	19,6
Fertilizantes	12.527	17.086	36,4
Sal	151.197	190.411	25,9
Granéis Líquidos	65.831	57.671	(12,4)
Derivados do Petróleo	58.144	53.205	(8,5)
G.L.P.	7.687	4.466	(41,9)
Antonina			
Carga Geral	328.241	271.151	(17,4)
Madeira	14.062	-	-
Carvão	314.179	271.151	(13,7)
Total	613.664	609.011	(0,8)

Fonte: SETR/APPA

Quadro 2.1.42

Portos de Paranaguá e Antonina
Movimentação de Mercadorias - 1974/1984

Ano	Porto de Paranaguá				Porto de Antonina	Total
	Carga Geral	Granéis Sólidos	Granéis Líquidos			
1974	681	2.673	1.664	25	5.043	
1975	621	3.308	1.736	47	5.712	
1976	589	4.871	1.962	56	7.478	
1977	453	5.056	1.443	60	7.012	
1978	360	3.870	2.429	41	6.700	
1979	524	4.489	1.890	103	7.006	
1980	629	5.698	2.550	135	9.012	
1981	723	5.837	3.213	249	10.022	
1982	602	5.791	2.635	333	9.361	
1983	893	6.448	3.608	332	11.281	
1984	1.008	6.293	3.903	273	11.477	

Fonte: SETR/APPA

Quadro 2.1.43

Atividades das Centrais de Informação de Fretes - 1983/1984

Discriminação	Unidade	Quantidade		Variação % 84/83
		1983	1984	
Motoristas Atendidos	no.	32.973	41.000	24,3
Comissionamentos Efetuados	no.	34.738	41.000	18,0
Tonelagem Comissionada	1000 t	621,8	780,0	25,4
Percurso Total Evitado	1000 km	5.210,7	6.100,0	17,1
Combustível Economizado	1000 l	2.084,0	2.500,0	20,0

Fonte: SETR/DSTC

Quadro 2.1.44

Transporte Rodoviário de Passageiros - 1983/1984

Especificação	Unidade	1983	1984
Movimentação de Passageiros	milhões	95,8	105 (*)
Linhas em Operação	no.	741	745
Frota de Veículos	no.	2.543	2.861
Empresas Concessionárias	no.	55	54

Fonte: SETR/DSTC

(*) Dado preliminar

Quadro 2.1.45

Quantificação das Quotas de Óleo Diesel

Empresa/Tipo de Serviços	Número de Empresas	Quota Autori- zada (1)	Quota Adicio- nal (2)	Em m3
				(2)/(1) %
Municipal Curitiba	9	28.125	756	2,7
Intermunicipal Metropolitana	10	6.401	556	8,7
Municipal	6	5.122	160	3,1
Intermunicipal Rodoviária	31	62.530	2.641	4,2
Interestadual	4	16.908	-	-
Total	60	119.086	4.113	3,4

Fonte: SETR/DSTC

Quadro 2.1.46

Obras Aeroportuárias Concluídas

Localidade	Discriminação do Serviço
Jacarezinho	Iniciado em setembro/84 e concluído em novembro/84, obra de Restauração e Recapeamento do Pavimento, com um custo de Cr\$ 175.234.017
Siqueira Campos	Iniciado em outubro/84 e concluído em dezembro/84, obra de Recuperação do Pavimento, com um custo de Cr\$ 30.000.000

Fonte: SETR/DA

Quadro 2.1.47

Projetos Aeroportuários Concluídos

Localidade	Tipo de Serviço	Amplitude
Prudentópolis	Projeto de Terraplenagem	1100 x 23 m
Apucarana	Projeto de Balizamento Noturno	1400 x 30 m
Umuarama	Projeto de Balizamento Noturno	1400 x 30 m
Arapongas	Projeto de Ampliação da Pista	300 x 23 m
Francisco Beltrão	Projeto de Ampliação da Pista	150 x 30 m
Curitiba	Projeto dos Heliportos "Hospital Cajuru" e "Parque Barigüi"	25,5 x 25,5 m
Palmital	Projeto de Terraplenagem	1000 x 23 m

Fonte: SETR/DA

Quadro 2.2.1

COPEL - Obras Executadas - 1984

Discriminação	Unidade	Totais (A + B)	Redes de Distribuição (A)	Linhas de Distribuição (B)
Redes Instaladas	no.	35.850	25.895	9.995
Transformadores	no.	2.568	2.568	-
Extensão de Linhas	km	995	-	995
Investimentos	Cr\$ milhões	17.074	12.772	4.302

Fonte: COPEL

Quadro 2.2.2

COPEL - Redes de Distribuição e Linhas de Transmissão - 1980/1984

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984
Postes Instalados (no.)	450.308	492.517	528.353	551.839	587.689
Transformadores (no.)	29.320	34.420	46.666	56.080	58.648
Linhas de Transmissão e Distribuição (km)	26.626	30.755	37.491	42.803	43.798

Fonte: COPEL

Quadro 2.2.3

COPEL - Disponibilidade e Vendas de Energia Elétrica - 1980/1984

Discriminação	Em MWh				
	1980	1981	1982	1983	1984
Geração Própria	2.971.944	4.961.865	5.101.690	6.416.793	7.664.178
Energia Recebida	2.463.803	858.709	1.258.462	309.827	582.211
Energia Requerida	5.435.747	5.820.574	6.360.152	6.726.620	8.246.389
Distribuição Direta	4.484.248	4.826.684	5.380.031	5.756.300	6.436.173
Suprimento em Grosso	454.561	547.836	488.364	433.085	1.296.135
Perdas e Diferenças	496.938	446.054	491.757	537.235	514.081

Fonte: COPEL

Quadro 2.2.4

COPEL - Consumo por Classe - 1980/1984

Discriminação	Em MWh				
	1980	1981	1982	1983	1984
Residencial	983.583	1.087.195	1.253.851	1.397.222	1.486.984
Industrial	2.065.549	2.160.676	2.333.523	2.416.681	2.809.284
Comercial	710.299	757.083	831.911	897.716	983.159
Rural	163.979	213.766	266.749	309.320	367.242
Poderes Públicos	132.362	128.864	140.765	142.671	152.516
Iluminação Pública	257.278	294.904	341.443	356.557	379.357
Serviços Públicos	137.601	160.704	187.284	209.960	231.232
Próprio	33.597	23.492	24.505	26.173	26.399
Total	4.484.248	4.826.684	5.380.031	5.756.300	6.436.173

Fonte: COPEL

Quadro 2.2.5

COPEL - Número de Consumidores por Classe - 1980/1984

Discriminação	Número de Consumidores				
	1980	1981	1982	1983	1984
Residencial	762.053	856.773	937.999	1.001.735	1.053.064
Industrial	15.017	15.684	17.243	16.970	16.899
Comercial	113.123	122.786	125.364	128.728	130.520
Rural	54.141	67.180	82.730	96.362	109.016
Poderes Públicos	9.195	10.504	11.122	11.419	12.175
Iluminação Pública	824	891	913	917	945
Serviços Públicos	533	639	1.017	1.126	1.217
Próprio	822	986	999	1.053	1.091
Total	955.768	1.075.443	1.177.387	1.258.310	1.324.927

Fonte: COPEL

Quadro 2.2.6

Paraná - Disponibilidade e Vendas de Energia Elétrica - 1980/1984

Discriminação	Em MWh				
	1980	1981	1982	1983	1984 (*)
Geração Bruta	7.366.480	10.714.941	11.330.367	14.560.497	19.928.472
Energia Recebida	514.242	101.785	88.997	90.204	97.470
Energia Requerida	7.880.722	10.816.726	11.419.364	14.650.701	20.025.942
Distribuição Direta	5.309.860	5.671.150	6.111.190	6.495.462	7.215.757
Suprimento para fora do Estado	2.029.942	4.666.445	4.814.336	7.599.348	12.265.898
Perdas e Diferenças	540.920	479.131	493.838	555.891	544.287

Fonte: COPEL

Nota : Inclusive autoprodutores

(*) Valores preliminares

Quadro 2.2.7

Paraná - Consumo por Classe - 1980/1984

Discriminação	Em MWh				
	1980	1981	1982	1983	1984 (*)
Residencial	1.060.049	1.164.631	1.299.593	1.448.654	1.531.872
Industrial	2.693.691	2.811.279	2.964.472	3.030.067	3.461.447
Comercial	748.715	794.289	851.549	918.416	1.004.344
Rural	183.125	234.479	272.398	316.622	375.230
Poderes Públicos	137.851	134.360	143.595	145.933	155.723
Iluminação Pública	285.583	321.374	350.752	366.667	390.957
Serviços Públicos	155.884	177.716	194.380	217.676	239.060
Próprio	44.962	33.022	34.451	51.427	57.124
Total	5.309.860	5.671.150	6.111.190	6.495.462	7.215.757

Fonte: COPEL

Nota : Inclusive autoprodutores

(*) Valores preliminares

Quadro 2.2.8

Paraná - Consumo por Classe nas Áreas Urbanas - 1982/1984

Discriminação	Em mil kWh				
	1982	1983	Variação % 83/82	1984 (*)	Variação % 84/83
Industrial	2.964.472	3.030.067	2,2	3.461.447	14,2
Residencial	1.299.593	1.448.654	11,5	1.531.872	5,7
Comercial	851.549	918.416	7,9	1.004.344	9,4
Outros	723.178	781.703	8,1	842.864	7,8
Total	5.838.792	6.178.840	5,8	6.840.527	10,7

Fonte: COPEL

Nota : Inclusive autoprodutores

(*) Valores preliminares

Quadro 2.2.9

Paraná - Número de Consumidores por Classe - 1980/1984

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984 (*)
Residencial	821.636	884.911	969.291	1.034.511	1.085.050
Industrial	16.075	16.216	17.813	17.546	17.385
Comercial	122.754	126.111	128.761	132.319	134.145
Rural	57.969	68.800	84.482	98.197	110.924
Poderes Públicos	10.100	10.797	11.448	11.762	12.542
Iluminação Pública	900	905	926	931	959
Serviços Públicos	632	656	1.037	1.148	2.446
Próprio	939	1.009	1.019	1.073	1.099
Total	1.031.005	1.109.405	1.214.777	1.297.487	1.364.550

Fonte: COPEL

Nota : Inclusive autoprodutores

(*) Valores preliminares

Quadro 3.1.1.1

Paraná - Ensino de 1o. Grau - Número de Estabelecimentos - 1979/1983

Dependência Administrativa	Zona Urbana					Zona Rural					Total				
	1979	1980	1981	1982	1983	1979	1980	1981	1982	1983	1979	1980	1981	1982	1983
Federal	1	1	1	1	1	6	5	5	9	10	7	6	6	10	11
Estadual	1.534	1.510	1.502	1.449	1.541	1.515	1.411	1.396	1.364	1.219	3.049	2.921	2.898	2.813	2.760
Municipal	597	593	545	544	705	10.078	9.045	8.612	8.510	8.391	10.675	9.638	9.157	9.054	9.096
Subtotal	2.132	2.104	2.048	1.994	2.247	11.599	10.461	10.013	9.883	9.620	13.731	12.565	12.061	11.877	11.867
Particular	302	296	353	387	356	68	80	183	205	114	370	376	536	592	470
Total	2.434	2.400	2.401	2.381	2.603	11.667	10.541	10.196	10.088	9.734	14.101	12.941	12.597	12.469	12.337

Fonte: SEED/FUNDEPAR

Quadro 3.1.2

Paraná - Ensino de 1o. Grau - Matrícula - 1979/1983

Dependência Administrativa	Zona Urbana					Zona Rural					Total				
	1979	1980	1981	1982	1983	1979	1980	1981	1982	1983	1979	1980	1981	1982	1983
Federal	372	792	379	481	491	257	243	302	402	497	629	1035	681	883	988
Estadual	751903	753912	744314	751725	793108	90053	88149	92108	92954	61820	841956	842061	836422	844679	854928
Municipal	152236	168062	156177	157851	201040	430242	397334	353381	335070	314727	482478	565396	509558	492921	515767
Subtotal	904511	922766	900870	910057	994639	520552	485726	445791	428426	377044	1425063	1408492	1346661	1338483	1371683
Particular	99786	103637	133835	150195	139751	6812	8792	15834	16689	9125	106598	122429	149669	16884	148876
Total	1004297	1026403	1034705	1060252	1134390	527364	494518	461625	445115	386169	1531661	1520921	1496330	1505367	1520559

Fonte: SEED/FUNDEPAR

Quadro 3.1.3

Paraná - Estabelecimentos de Ensino que Ofertam Educação Pré-Escolar - 1979/1983

Dependência Administrativa	Zona Urbana					Zona Rural					Total				
	1979	1980	1981	1982	1983	1979	1980	1981	1982	1983	1979	1980	1981	1982	1983
Federal	5	7	8	148	338	-	-	-	41	206	5	7	8	189	544
Estadual	142	286	349	526	542	1	2	11	79	40	143	288	360	605	582
Municipal	136	113	119	278	287	1	8	9	153	119	137	121	128	431	406
Subtotal	283	406	476	952	1.167	2	10	20	273	365	285	416	496	1.225	1.532
Particular	387	398	429	481	495	8	8	7	17	7	395	406	436	498	502
Total	670	804	905	1.433	1.662	10	18	27	290	372	680	822	932	1.723	2.034

Fonte: SEED/FUNDEPAR

Quadro 3.1.4

Paraná - Ensino Pré-Escolar - Matrícula - 1979/1983

Dependência Administrativa	Zona Urbana					Zona Rural					Total				
	1979	1980	1981	1982	1983	1979	1980	1981	1982	1983	1979	1980	1981	1982	1983
Federal	200	269	318	6.212	14.722	-	-	-	1.095	4.917	200	269	318	7.307	19.639
Estadual	7.604	12.761	15.590	24.300	26.300	31	91	446	2.008	982	7.635	12.852	16.036	26.308	27.282
Municipal	8.174	6.120	6.926	15.625	17.183	56	173	228	3.748	2.749	8.230	6.293	7.154	19.373	19.932
Subtotal	15.978	19.150	22.834	46.137	58.205	87	264	674	6.851	8.648	16.065	19.414	23.508	52.988	66.853
Particular	31.138	35.588	36.919	45.431	47.302	864	826	2.290	926	279	32.002	36.414	39.209	46.357	47.581
Total	47.116	54.738	59.753	91.568	105.507	951	1.090	2.964	7.777	8.927	48.067	55.828	62.717	99.345	114.434

Fonte: SEED/FUNDEPAR

Quadro 3.1.5

Paraná - Ensino de 2o. Grau - Número de Estabelecimentos - 1979/1983

Dependência Administrativa	Zona Urbana					Zona Rural					Total				
	1979	1980	1981	1982	1983	1979	1980	1981	1982	1983	1979	1980	1981	1982	1983
Federal	3	3	3	2	2	-	-	-	-	-	3	3	3	2	2
Estadual	470	421	337	330	358	10	8	6	6	2	480	429	343	336	360
Municipal	6	5	4	5	4	1	1	1	1	1	7	6	5	6	5
Subtotal	479	429	344	337	364	11	9	7	7	3	490	438	351	344	367
Particular	187	175	173	173	177	8	8	8	9	3	195	183	181	182	180
Total	666	604	517	510	541	19	17	15	16	6	685	621	532	526	547

Fonte: SEED/FUNDEPAR

Quadro 3.1.6

Paraná - Ensino de 2º. Grau - Matrícula - 1979/1983

Dependência Administrativa	Zona Urbana					Zona Rural					Total				
	1979	1980	1981	1982	1983	1979	1980	1981	1982	1983	1979	1980	1981	1982	1983
Federal	5.830	6.086	5.906	5.781	5.733	-	-	-	-	-	5.830	6.086	5.906	5.781	5.733
Estadual	112.513	119.965	120.092	122.830	124.300	754	610	823	699	218	113.267	120.575	120.915	123.529	124.518
Municipal	330	341	391	438	423	77	94	113	121	80	407	435	504	559	503
Subtotal	118.673	126.392	126.389	129.049	130.456	831	704	936	820	298	119.504	127.096	127.325	129.869	130.754
Particular	39.527	36.740	37.985	40.036	40.136	429	630	585	740	343	39.956	37.370	38.570	40.776	40.479
Total	158.200	163.132	164.374	169.085	170.592	1.260	1.334	1.521	1.560	641	159.460	164.466	165.895	170.645	171.233

Fonte: SEED/FUNDEPAR

Quadro 3.1.7

Paraná - Ensino Especial - Instituições Especializadas
Zona Urbana - 1979/1983

Dependência Administrativa	1979	1980	1981	1982	1983
Estadual	3	3	3	3	2
Municipal	4	4	6	5	8
Subtotal	7	7	9	8	10
Particular	70	73	74	80	85
Total	77	80	83	88	95

Fonte: SEED/FUNDEPAR

Quadro 3.1.8

Paraná - Ensino Especial - Estabelecimentos de Ensino Regular que
Ofertam Classes de Educação Especial - Zona Urbana - 1979/1983

Dependência Administrativa	1979	1980	1981	1982	1983
Estadual	33	59	81	101	118
Municipal	3	3	20	20	20
Subtotal	36	62	101	121	138
Particular	2	3	8	13	4
Total	38	65	109	134	142

Fonte: SEED/FUNDEPAR

Quadro 3.1.9

Paraná - Educação Especial - Matrícula em Instituições Especializadas
Zona Urbana - 1979/1983

Dependência Administrativa	1979	1980	1981	1982	1983
Estadual	211	216	434	268	185
Municipal	207	211	373	262	325
Subtotal	418	427	807	530	510
Particular	3.745	4.149	6.164	5.166	5.779
Total	4.163	4.576	6.971	5.696	6.289

Fonte: SEED/FUNDEPAR

Quadro 3.1.10

Paraná - Educação Especial - Matrícula em Classes Especiais nos
Estabelecimentos que Ofertam Ensino Regular - Zona Urbana - 1979/1983

Dependência Administrativa	1979	1980	1981	1982	1983
Estadual	596	1.024	1.783	1.671	1.962
Municipal	36	72	452	284	315
Subtotal	632	1.096	2.235	1.955	2.277
Particular	32	46	328	323	137
Total	664	1.142	2.563	2.278	2.414

Fonte: SEED/FUNDEPAR

Quadro 3.1.11

Paraná - Vestibular nas Instituições Oficiais de Ensino Superior
Candidatos Inscritos e Matrículas - 1980/1984

Instituição/Município	1980		1981		1982		1983		1984	
	Inscritos	Matrículas	Inscritos	Matrículas	Inscritos	Matrículas	Inscritos	Matrículas	Inscritos	Matrículas
FUEL - Londrina	20.076	2.754	19.014	2.996	21.194	3.032	20.924	3.016	17.618	2.771
FUEM - Maringá	9.804	1.515	9.484	1.722	10.769	2.036	10.642	2.127	9.895	2.413
FUEPG - Ponta Grossa	6.977	1.055	6.294	999	6.325	1.061	7.700	1.225	6.594	1.506
Subtotal	36.857	5.324	34.792	5.717	38.288	6.129	39.266	6.368	34.107	6.690
FEECEA - Apucarana	689	793	611	469	591	490	726	549	650	503
FAFI - Cornélio Procopio	1.321	838	1.065	505	895	524	1.069	651	899	599
EMBAP - Curitiba	103	-	190	74	275	158	255	-	132	102
FEMP - Curitiba	229	180	414	180	525	180	508	210	460	210
FAFIG - Guarapuava	802	443	698	551	756	565	705	526	632	565
FUNDINOP - Jacarezinho	531	70	532	70	631	70	567	70	454	70
FEEEFJ - Jacarezinho	193	100	181	100	240	100	284	100	229	100
FAFIJA - Jacarezinho	570	366	493	385	594	475	815	480	779	450
FUNFAFI - Paranaguá	452	314	1.475	495	636	467	666	518	537	467
FAFI - União da Vitória	123	131	262	254	363	287	428	264	350	273
Subtotal	5.013	3.235	5.921	3.083	5.506	3.316	6.023	3.368	5.122	3.339
Total	41.870	8.559	40.713	8.800	43.794	9.445	45.289	9.736	39.229	10.029

Fonte: SEED

Quadro 3.1.12

Paraná - Número de Matrículas e Graduados por
Instituição de Ensino Superior - 1980/1984

Instituição/Município	1980		1981		1982		1983		1984	
	Matrículas	Graduados	Matrículas	Graduados	Matrículas	Graduados	Matrículas	Graduados	Matrículas	Graduados
FUEL - Londrina	7.854	1.183	8.711	1.220	9.554	1.152	10.185	1.175	10.287	593
FUEM - Maringá	4.701	592	5.139	605	5.802	615	6.376	651	7.123	340
FUEPG - Ponta Grossa	3.622	634	3.485	610	3.623	483	4.007	607	4.095	272
Subtotal	16.177	3.409	17.335	2.435	18.979	2.250	20.568	2.433	21.505	1.205
FFECGA - Apucarana	1.268	162	1.372	215	1.314	202	1.379	139	1.262	82
FAFI - Cornélio Procopio	920	320	1.158	345	1.746	479	1.660	626	1.718	188
EMBAF - Curitiba	266	45	267	26	367	55	352	46	300	45
FEMP - Curitiba	646	134	459	69	506	125	545	127	522	89
FAFIG - Guarapuava	645	93	931	141	1.109	223	1.169	61	1.282	93
FUNDINOP1 - Jacarezinho	291	63	309	52	301	66	296	52	251	5
FFEEFJ - Jacarezinho	260	61	263	67	260	78	264	65	267	-
FAFJUA - Jacarezinho	753	209	1.012	308	1.064	363	1.274	412	1.390	199
FUNFAFI - Paranaguá	628	113	1.030	174	1.198	211	1.234	103	1.165	-
FAFI - União da Vitória	451	104	514	79	597	97	709	83	667	11
Subtotal	6.128	1.304	7.315	1.476	8.562	1.899	8.882	1.714	8.824	712
Total	22.305	3.713	24.650	3.911	27.541	4.149	29.450	4.147	30.329	1.917

Fonte: SEED

Quadro 3.1.13

Paraná - Construções, Reconstruções e Ampliações Escolares - 1984

Discriminação	Concluídas	Em Andamento
Prédios	396	448
Salas Comuns	704	793
Salas Específicas	4	9
Salas Especiais	9	16
Salas de Orientação	5	10
Total	1.118	1.276
Investimentos em Cr\$ milhões	3.814	15.418

Fonte: SEED/FUNDEPAR

Quadro 3.2.1

Número de Consultas Médicas - 1980/1984

Especificação	1980	1981	1982	1983	1984
Menor de 1 ano	132.316	123.552	135.744	146.285	178.289
1 a 4 anos	175.938	171.018	104.635	196.610	257.024
5 a 14 anos	187.327	186.099	225.715	193.908	260.645
15 e mais anos	402.203	445.593	582.244	638.542	814.150
Gestantes	69.196	73.230	107.875	110.015	127.558
Puérperas	9.243	9.722	10.858	10.167	11.397
Total	976.223	1.009.214	1.167.071	1.295.527	1.649.063

Fonte: SESB/FSCMR

Quadro 3.2.2

Assistência Médico-Hospitalar - 1980/1984

Especificação	1980	1981	1982	1983	1984
Internamentos	19.990	19.395	21.253	22.086	24.943
Saídas	20.220	19.366	20.561	28.705	24.839
Pacientes/Dia/Ano	617.872	548.741	527.726	531.331	524.733
Taxa de ocupação	68,0	62,5	65,5	67,0	64,0
Consultas Médico-Ambulatoriais	44.741	65.325	83.548	82.350	105.436
Exames Radiológicos	12.410	12.994	15.697	15.797	16.329
Atendimentos Odontológicos	27.462	10.485	12.954	13.948	13.018
Cirurgias	3.945	2.030	1.969	2.317	2.308
Ações Obstétricas	2.644	2.557	3.174	3.069	3.435
Eletrodiagnósticos	428	442	568	655	1.104
Exames de Laboratório	59.959	46.909	56.001	63.143	82.192
Ações de Serviço Social	50.562	34.558	76.102	49.443	43.145

Fonte: SESB/FSCMR

Quadro 3.2.3

Consultas e Atendimentos de Enfermagem - 1980/1984

Especificação	1980	1981	1982	1983	1984
Consultas de Enfermagem					
Menor de 1 ano	-	-	-	-	7.882
1 a 4 anos	-	-	-	-	10.706
5 a 14 anos	-	-	-	-	8.144
Gestantes	-	-	-	-	8.405
Puérperas	-	-	-	-	783
15 a mais anos	-	-	-	-	25.052
Total	-	-	-	-	60.972
Atendimentos de Enfermagem					
Menor de 1 ano	-	174.393	174.913	140.938	51.565
1 a 4 anos	-	204.325	195.088	151.442	67.093
5 a 14 anos	-	199.174	176.439	110.599	42.941
15 e mais anos	-	422.947	406.655	356.132	147.082
Gestantes	-	81.351	86.338	64.338	31.049
Puérperas	-	11.605	11.672	9.644	4.518
Total	-	1.093.803	1.051.105	833.093	344.248*

Fonte: SESB/FSCMR

Nota : Atendimento de enfermagem é a atividade prestada pelo pessoal auxiliar sob supervisão, dirigida ao cliente com o objetivo de promover, prevenir, recuperar e reabilitar a saúde. Consta de levantamento de problemas, diagnóstico e tratamento de patologias simples delegadas, atendimento ao pré-natal, puericultura, hipertensão arterial, orientações e encaminhamentos

(*) Houve mudança no critério de registro de atendimento de enfermagem onde anteriormente eram englobadas outras tarefas, tais como: aplicação de injeção, preparo, entrega de medicamentos, pós-consulta e consulta de enfermagem

Quadro 3.2.4

Assistência Odontológica - 1980/1984

Especificação	1980	1981	1982	1983	1984
Aplicação do Flúor (crianças)	-	916.061	839.956	788.708	1.063.750
Escolares e Pré-Escolares	106.701	106.901	143.634	133.851	146.956
Gestantes e Outros Grupos	140.765	91.342	121.535	100.657	87.287

Fonte: SESB/FSCMR

Quadro 3.2.5

Saúde Mental - 1980/1984

Especificação	1980	1981	1982	1983	1984
Consultas Médico-Psiquiátricas	33.887	33.918	32.536	41.354	48.533
Consultas Psicológicas	-	-	41.436	41.887	54.438
Atendimento Preventivo (Individual e em Grupo)	-	-	2.389	18.098	32.256

Fonte: SESB/DAS

Quadro 3.2.6

Ações do Serviço Social - 1981/1984

Atendimentos à Clientela Inscrita

Especificação	1981	1982	1983	1984
Individualizados	19.026	16.814	39.942	48.591
Grupais	22.305	55.171	56.302	116.084

Fonte: SESB/FSCMR

Quadro 3.2.7

Distribuição de Medicamentos - 1980/1984

Especificação	1980	1981	1982	1983	1984
Unidades Distribuídas	22.080.261	37.009.063	50.973.798(*)	35.557.396	45.210.394

Fonte: SESB/FSCMR

(*) O aumento dos medicamentos distribuídos em 1982 deve-se a doação do INAMPS de 11.064.850 unidades

Quadro 3.2.8

Cobertura da Vacinação de Rotina - 1980/1984
(Crianças Menores de 1 ano)

Especificação	Em % de Cobertura				
	1980	1981	1982	1983	1984*
Contra a Tuberculose (BCG)	75,5	91,0	80,7	99,4	100,0
Contra e Difteria, Tétano e Coqueluche (Tríplice)	69,9 (1)	75,5 (1)	66,0 (2)	83,4 (2)	77,0 (2)
Contra o Sarampo	100,0	88,0	100,0	103,6	83,3 (3)
Contra a Poliomielite	54,2	39,0	63,2	73,5	72,7

Fonte: SESB/FSCMR

Notas: (1) Refere-se à 2a. dose

(2) Refere-se à 3a. dose

(3) A cobertura de 83,3% alcançada em 1984 contra o sarampo deve-se à mudança do esquema de vacinação do 7o. para 9o. mês de idade

(*) Inclui dados de outubro, novembro e dezembro, por estimativa

Quadro 3.2.9

Cobertura de Vacinação nos Dias Nacionais Contra a Poliomielite - 1980/1984
(Crianças de 0 a 4 anos)

Especificação	Em % de cobertura				
	1980	1981	1982	1983	1984
1a. Fase	83,3	88,9	91,5	94,9	93,0
2a. Fase	80,3	90,3	100,0	99,9	89,9

Fonte: SESB/FSCMR

Quadro 3.2.10

Pesquisas Biológicas - 1980/1984

Especificação	1980	1981	1982	1983	1984
Exames Físico-Químicos, Microbiológicos e Microscópicos, para Análises Fiscais e Controle de Alimentos	2.301	8.692	8.052	8.123	9.708
Exames Microbiológicos para o Diagnóstico, Controle e Tratamento das Doenças Infecto-Contagiosas	10.812	23.927	15.060	52.117(*)	37.361
Exames Cito e Histopatológicos	-	3.619	7.917	16.808	10.164
Exames Imunológicos	18.147	10.382	18.866	15.568	21.470
Exames de Análises Clínicas	287.997	315.048	340.516	321.498	435.936
Total	319.257	361.668	390.411	414.114	514.639

Fonte: SESB/FSCMR

(*) Aumento em razão do número de surtos de toxinfecção alimentar ocorridos

Quadro 3.2.11

Vigilância Epidemiológica - 1980/1984

Especificação	1980	1981	1982	1983	1984
Investigações Realizadas	2.000	2.845	6.915	18.672	24.017

Fonte: SESB/FSCMR

Quadro 3.2.12

Pneumologia Sanitária - Controle da Tuberculose - 1980/1984

Especificação	1980	1981	1982	1983	1984
Sintomáticos Respiratórios Examinados	14.030	16.986	14.977	16.127	18.599
Comunicantes Examinados	6.499	8.313	8.143	8.974	10.611
Casos de Tuberculose Diagnosticados e Tratados	2.628	3.108	3.017	3.124	3.640
Casos de Tuberculose que Receberam Alta por Cura	1.657	2.491	3.305	2.241	2.660

Fonte: SESB/FSCMR

Quadro 3.2.13

Dermatologia Sanitária - Controle de Hanseníase - 1980/1984

Especificação	1980	1981	1982	1983	1984
Doentes Controlados	15.694	15.185	11.817	13.824	12.723
Pacientes Submetidos às Técnicas de Prevenção de Incapacidades Físicas	161	288	439	2.356	3.037

Fonte: SESB/FSCMR

Quadro 3.2.14

Zoonoses - 1980/1984

Especificação	1980	1981	1982	1983	1984
Amostras Coletadas em Animais Suspeitos, para Exame de Rajva	773	861	1.020	1.022	1.251

Fonte: SESB/FSCMR

Quadro 3.2.15

Centro de Informação Toxicológica - 1982/1984

Especificação	1982	1983	1984
Atendimentos Prestados às Solicitações de Todo o Estado	921	1.408	1.512

Fonte: SESB/FSCMR

Quadro 3.2.16

**Melhorias Sanitárias em Domicílios e em Estabelecimentos
Comerciais e Industriais - 1980/1984**

Especificação	1980	1981	1982	1983	1984
Em Abastecimento de Água	42.705	62.513	89.068	75.061	83.152
Em Destino dos Dejetos	31.689	37.013	50.388	44.774	47.662
Em Destino do Lixo	10.403	21.707	41.212	38.202	38.360
Em Instalações Físicas	14.048	30.646	47.248	41.940	42.932
Total	98.845	151.879	227.916	199.977	212.106

Fonte: SESB/FSCMR

Quadro 3.2.17

Higiene e Controle de Alimentos - 1980/1984

Especificação	1980	1981	1982	1983	1984
Inspeções em Estabelecimentos Comerciais e Industriais	405.785	465.330(*)	457.223	380.980	417.716

Fonte: SESB/FSCMR

(*) Inclui visitas domiciliares

Quadro 3.2.18

Produção de Alimentos à Base de Soja - 1982/1984

Especificação	1982	1983	1984
Composto Lático - kg	100	3.000	1.520
"Hamburger" - kg	3.065	12.000	3.366
Leite de Soja - litro	110.961	110.000	140.517
Mistura de Chocolate - kg	-	2.654	1.790
Resíduo de Soja - kg	-	-	5.015
Soja Frita - kg	1.242	5.000	1.450

Fonte: SESB/FSCMR

Quadro 3.2.19

Reforma de Unidades de Saúde - 1980/1984

Especificação	1980	1981	1982	1983	1984
Centros de Saúde	-	18	9	6	15
Escritórios Distritais	-	-	-	2	-
Laboratórios	-	-	3	2	2
Hospitais	8	12	8	-	3
Hospital (adaptado)	-	-	-	-	1

Fonte: SESB/FSCMR

Quadro 3.2.20

Construção e Ampliação de Unidades Sanitárias - 1980/1984

Especificação	1980		1981		1982		1983		1984	
	no.	área	no.	área	no.	área	no.	área	no.	área
		(m2)		(m2)		(m2)		(m2)		(m2)
Postos de Saúde Construídos	-	-	49	2.107	24	1.523	8	500	5	315
Postos de Saúde Ampliados	-	-	-	-	-	-	1	40	-	-
Centros de Saúde Construídos	8	1.057	7	2.840	8	2.335	2	252	-	-
Centros de Saúde Ampliados	-	-	-	-	3	1.487	1	79	1	35
Hospitais Ampliados	-	-	-	-	1	431	-	-	-	-
Centros Sociais Rurais Construídos	-	-	-	-	14	2.799	25	5.355	22	4.032

Fonte: SESB/FSCMR

Quadro 3.2.21

Paraná - Serviços de Abastecimento de Água - 1980/1984

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984
Sanepar					
Sedes Municipais	210	229	250	258	264
Localidades					
Distritos	30	33	53	76	132
Total	240	262	303	334	396
Ligações	568.755	641.757	729.253	797.255	847.605
População Abastecida	3.137.545	3.490.440	3.649.600	3.911.032	4.223.076
Não Operados pela Sanepar	71	60	49	46	45

Fonte: SEIN/SANEPAR

Quadro 3.2.22

Paraná - Serviços de Esgotos Sanitários - 1980/1984

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984
Sanepar					
Sedes Municipais	30	33	33	33	37
Ligações	123.622	147.428	170.559	195.709	204.025
População Atendida	831.650	927.400	969.350	1.118.128	1.205.001
Não Operados pela Sanepar	7	5	5	5	5

Fonte: SEIN/SANEPAR

Quadro 3.2.23

SANEPAR - Investimentos em Saneamento - 1980/1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984
Água	789,5	2.205,9	8.034,9	13.063,0	33.385,0
Esgoto	692,5	1.564,5	2.835,2	4.274,0	6.853,0
Outros	185,0	491,0	1.726,8	2.749,0	1.967,0
Total	1.667,0	4.261,4	12.596,9	20.086,0	42.205,0

Fonte: SEIN/SANEPAR

SANEPAR - Novos Sistemas de Abastecimento de Água
Concluídos - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Localidade	Total de Ligações	População Beneficiada	Investimentos
Sede Municipal (*)			
Coronel Vivida	178	786	459,7
Turvo	207	914	96,1
Braganey/Bragantina	324	1.432	119,5
Altônia	131	579	381,4
Boa Vista da Aparecida	400	1.768	405,2
Itapejara do Oeste	112	495	350,0
Subtotal	1.352	5.974	1.811,9
Distrito (Município) (*)			
Ramilândia (Matelândia)	181	800	84,5
Socavão (Castro)	63	278	40,0
Lagoinha (Tijucas do Sul)	50	221	34,9
Ouro Verde Piquiri (Corbélia)	168	742	63,6
Lindoeste (Cascavel)	152	671	19,9
São Marcos, Fabiãoia, Carmem (S.J. Pinhais)	419	1.851	147,9
Iguatu (Corbélia)	152	671	76,7
Angaí (Teixeira Soares)	74	327	40,1
Altamira (Palmital)	272	1.202	156,1
Mauã (Mamilândia do Sul)	179	791	68,7
Porto Mendes (Marechal Cândido Rondon)	153	676	47,2
Reianópolis (Sengês)	106	468	54,8
N. Laranjeiras (Laranjeiras do Sul)	75	331	39,5
V. Rica do Ivaí (Icaraíma)	156	689	38,8
Cruzeiro do Iguaçu (Dois Vizinhos)	121	534	82,3
Santa Tereza (Cascavel)	270	1.193	113,6
Arapuã (Ivaiporã)	177	782	97,6
Bela Vista (União da Vitória)	133	587	44,1
Espigão Alto (Quedas do Iguaçu)	341	1.507	146,1
Palmital (Ivaí)	59	260	92,3
Ponte Nova (Matelândia)	22	97	3,3
Caieiras (Guaratuba)	72	318	33,2
Campina (Quitandinha)	54	238	20,5
Rincão (Tijuca do Sul)	43	190	38,0
Vila Mota (Adrianópolis)	146	645	40,7
Vila Carbonera (Maria Helena)	175	773	67,7
Pérola Independente (Palotina)	146	645	62,6
Itaparã (Irati)	27	119	36,9
Riozinho (Irati)	92	406	76,2
Anhaia (Morretes)	85	375	69,3
Campina dos Maia (Piên)	80	353	110,4
Luiziana (Campo Mourão)	143	632	117,1

Continua

SANEPAR - Novos Sistemas de Abastecimento de Água
Concluídos - 1984

Continuação	Em Valores Correntes - Cr\$ milhões		
Localidade	Total de Ligações	População Beneficiada	Investi- mentos
Subtotal	4.386	19.372	2.164,6
Núcleo Habitacional			
Curitiba - Moradias Atenas II	195	861	7,1
Matelândia	20	88	4,2
Capitão Leônidas Marques	25	125	5,3
Cambé	331	1.463	42,6
Chopinzinho	25	110	1,5
Ribeirão do Pinhal	78	344	11,0
Subtotal	674	2.991	71,7
Total	6.412	28.337	4.048,2

Fonte: SEIN/SANEPAR

(*) Comunidade de Pequeno Porte

SANEPAR - Obras de Ampliação de Abastecimento de Água
Concluídas - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Localidade	Total de Ligações	População Beneficiada	Investimentos
Sede Municipal			
Siqueira Campos (**)	115	508	311,5
Florai (*)	-	-	22,6
Grandes Rios (*)	25	125	37,7
Janiópolis (*)	-	-	3,1
Bocaiúva do Sul (*)	414	1.829	111,0
Campo Largo (**)	983	4.344	1.648,0
Lapa (**)	66	291	634,6
Palmital (*)	10	44	118,5
Engenheiro Beltrão (*)	23	101	253,0
Japira (*)	14	61	11,7
Lunardelli (*)	-	-	23,4
Pato Branco (**)	1.153	5.158	3.546,2
Figueira (*)	93	411	48,6
Curitiba ETA Iguazu (***)	-	-	265,1
Uniflor (*)	-	-	20,0
Nova Cantu (*)	21	92	44,2
Almirante Tamandaré (*)	2.200	9.724	1.617,3
Guairacá (*)	559	2.795	11,4
Umuarama (**)	228	1.007	2.669,5
Francisco Alves (*)	46	203	35,0
Guarapuava (**)	1.946	8.601	6.185,4
Londrina - Sist. Emergencial 4 (***)	311	1.374	120,2
Subtotal	8.207	36.668	17.738,0
Distrito (Município)			
Iracema (Formosa do Oeste) (*)	152	571	33,3
Lidianópolis (Jardim Alegre) (*)	-	-	82,3
Ubaúna (São João do Ivaí) (*)	14	51	35,7
Lerroville (Londrina) (*)	24	106	65,3
Paiquerê (Londrina) (*)	8	35	56,1
Warta (Londrina) (*)	62	274	70,5
Subtotal	260	1.037	343,2
Núcleo Habitacional			
Londrina - Conj. Hab. M. Cecília Serrano	1.846	8.160	279,9
Subtotal	1.846	8.160	279,9
Total	10.313	45.865	18.361,1

Fonte: SEIN/SANEPAR

Nota : Quando não aparecem os números das ligações e da população beneficiada, refere-se a melhoria da rede.

(*) Comunidade de Pequeno Porte

(**) Comunidade de Médio Porte

(***) Comunidade de Grande Porte

SANEPAR - Novos Sistemas de Abastecimento de Água
Em Andamento - 1984

Em Valores Constantes - Cr\$ milhões

Localidade	Ligações Previstas	População Beneficiada	Investi- mentos
Sede Municipal (*)	-	-	261,7
Cambê IV	-	-	261,7
Subtotal	-	-	261,7
Distrito (Município) (**)			
América de Cima (Morretes)	99	495	103,1
Bairro dos França (Ortigueira)	133	665	202,6
Bairro Preto (Tibagi)	103	515	115,7
Boa Vista (Imbituva)	51	255	107,9
Briolândia (Ortigueira)	96	480	91,1
Caetano Mendes (Tibagi)	63	315	79,4
Campininha (Quatro Barras)	19	95	73,2
Col. Ant. Rebouças (Campo Largo)	70	350	116,2
Farol (Campo Mourão)	208	1.040	105,2
Foz do Chopim (Dois Vizinhos)	412	2.060	394,9
Guamirim (Irati)	103	515	62,6
Guaraúna (Teixeira Soares)	46	230	75,5
Ilha das Peças (Guaraqueçaba)	108	540	185,5
J. Eugenia Maria (Campina Grande do Sul)	320	1.600	77,2
Jaguatirica (Campina Grande do Sul)	39	195	67,9
Jangada do Sul (General Carneiro)	37	185	65,6
Jardim Cecon (Campina Grande do Sul)	220	1.100	87,4
Juvinópolis (Cascavel)	185	925	254,4
Lageado Bonito (Ortigueira)	64	320	109,7
Mandassaia (Campina Grande do Sul)	34	170	70,8
Natingüi (Ortigueira)	54	270	119,8
Nova Concórdia (Cruz Machado)	20	100	40,6
Paol de Baixo (Campina Grande do Sul)	56	280	66,6
Paulistânia (Alto Piquiri)	155	775	114,5
Quero-Quero (Palmeira)	21	105	71,6
Rio Novo (Reserva)	53	265	90,9
Rondinha (Paula Freitas)	60	300	91,0
Roseira (Rio Negro)	47	235	72,2
Santana (Cruz Machado)	53	265	102,5
Serra Negra (Guaraqueçaba)	50	250	69,4
Sete Barras (Adrianópolis)	110	550	114,2
Santo Antonio Iratim (Bituruna)	61	305	85,1
Timbau Velho (Campina Grande do Sul)	120	600	380,7
Tranqueira (Almirante Tamandarê)	400	2.000	330,4
Tronco (Castro)	-	-	146,8
Tunas (Bocaiúva do Sul)	200	1.000	143,3
Vera Guarani (Paulo Frontin)	79	395	88,9
Subtotal	3.949	19.745	4.574,4
Total	3.949	19.745	4.836,1

Fonte: SEIN/SANEPAR

Notas: - Preços do 4o. trimestre de 1984 - UPC = 17.867,42

- Quando não aparecem os números das ligações e da população beneficiada, refere-se a melhoria da rede

(*) Comunidade de Médio Porte

(**) Comunidade de Pequeno Porte

SANEPAR - Obras de Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água
Em Andamento - 1984

Em Valores Constantes - Cr\$ milhões

Localidade	Ligações Previstas	População Beneficiada	Investi- mentos
Sede Municipal			
Cambê - Sistema Emergencial 7 (**)	-	-	158,8
Campina da Lagoa (*)	41	205	361,0
Curitiba e Araucária - Sist. Passaúna (***)	-	-	20.325,0
Guaratuba (**)	370	40.000	6.398,5
Londrina - Sistema Emergencial 2 (***)	-	-	679,9
Londrina - Sistema Emergencial 6 (***)	-	-	285,1
Mandaguari (**)	302	1.510	1.250,7
Medianeira (**)	340	1.700	1.061,3
Ortigueira (*)	337	1.685	539,7
Palmeira (**)	422	2.110	879,9
Ponta Grossa (***)	2.500	12.500	26.737,7
Quatro Barras (*)	106	3.887	375,2
Realeza (*)	500	2.500	565,3
São Miguel do Iguçu (*)	-	-	754,7
Subtotal	4.918	66.097	60.372,8
Distrito (Município) (*)			
Cafezal (Iporã)	76	380	173,4
Faz. Rio Grande (Mandirituba)	-	-	107,5
Herculândia (Umuarama)	12	60	40,4
Iguatemi (Maringá)	-	-	87,4
Ilha do Mel (Paranaguá)	307	1.535	173,9
Imbau (Telêmaco Borba)	34	170	251,3
Lidianópolis (Jardim Alegre)	-	-	58,8
Nova Laranjeiras (Laranjeiras do Sul)	-	-	38,1
Panema (Santa Mariana)	189	945	315,7
Serra dos Dourados (Umuarama)	16	80	31,4
Tamarana (Londrina)	32	160	115,8
Subtotal	666	3.330	1.393,7
Total	5.584	69.427	61.766,5

Fonte: SEIN/SANEPAR

Notas: - Preços do 4o. trimestre de 1984 - UPC = 17.867,42

- Quando não aparecem os números das ligações e da população beneficiada, refere-se a melhoria da rede

(*) Comunidade de Pequeno Porte

(**) Comunidade de Médio Porte

(***) Comunidade de Grande Porte

Quadro 3.2.28

**SANEPAR - Novos Sistemas de Esgotos Sanitários
Concluídos - 1984**

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Localidade	Total de Ligações	População Beneficiada	Investi- mentos
Sede Municipal (*)			
Umuarama - Fase II	1.950	9.750	4.554,1
Subtotal	1.950	9.750	4.554,1
Distrito (Município) (*)			
Caioabá (Matinhos)	1.296	6.480	1.576,9
Subtotal	1.296	6.480	1.576,9
Núcleo Habitacional			
Curitiba - Moradias Cananêia	195	2.975	43,0
Curitiba - Moradias Itatiaia (ETE)	3.125	13.395	53,9
Curitiba - Atenas (ETE)	3.630	18.150	103,4
Curitiba - Moradias Iguaçu	251	1.500	235,4
Subtotal	7.201	36.020	435,7
Total	10.447	52.250	6.566,7

Fonte: SEIN/SANEPAR

(*) Comunidade de Médio Porte

Quadro 3.2.29

**SANEPAR - Obras de Ampliação de Sistemas de Esgotos Sanitários
Concluídas - 1984**

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Localidade	Total de Ligações	População Beneficiada	Investi- mentos
Sede Municipal (*)			
Curitiba IV Bariquii	-	-	270,6
Total	-	-	270,6

Fonte: SEIN/SANEPAR

Nota : Quando não aparecem os números das ligações e da população beneficiada, refere-se a melhoria da rede

(*) Comunidade de Grande Porte

Quadro 3.2.30

**SANEPAR - Novos Sistemas de Esgotos Sanitários
Em Andamento - 1984**

Em Valores Constantes - Cr\$ milhões

Localidade	Ligações Previstas	População Beneficiada	Investi- mentos
Sede Municipal (*)			
Londrina	1.440	11.200	47.110,5
Ponta Grossa	3.474	17.370	40.843,8
Total	4.914	28.570	87.954,3

Fonte: SEIN/SANEPAR

Nota : Preços do 4o. trimestre de 1984 - UPC = 17.867,42

(*) Comunidade de Grande Porte

Quadro 3.3.1

Conjuntos Habitacionais Concluídos - 1984

		Em Cr\$ milhões	
Município/Fonte dos Recursos		Número de Casas	Valor
Cambé	(CEF)	331	4.025,9
Diamante do Norte	(BNH)	172	1.820,8
Guarapuava	(CEF)	450	5.547,8
Joaquim Távora	(BNH)	57	683,8
Ribeirão Claro	(BNH)	100	1.216,9
Ribeirão do Pinhal	(BNH)	78	921,5
Terra Roxa	(CEF)	196	2.626,0
Total		1.384	16.842,7

Fonte: SEIN/COHAPAR

Quadro 3.3.2

Conjuntos Habitacionais em Construção - Dezembro/1984

		Em Cr\$ milhões	
Município/Fonte dos Recursos		Número de Casas	Valor Previsto do Investimento
Apucarana	(BNH)	510	6.405,4
Ivaiporã	(CEF)	96	1.183,7
Jaguariaíva	(BNH)	351	7.821,6
Paraíso do Norte	(BNH)	50	458,9
Total		1.007	15.869,6

Fonte: SEIN/COHAPAR

Quadro 3.3.3

Projetos Habitacionais Financiados com Recursos do
Estado (Mutirão) Concluídos - 1984

		Em Cr\$ milhões
Município	Número de Casas	Valor do Investimento
Abatiã	15	76,4
Alto Piquiri	13	52,5
Antonina	12	51,9
Astorga	30	112,9
Capitão Leônidas Marques	25	63,7
Centenário do Sul	35	142,9
Cêu Azul	20	47,1
Chopinzinho	25	73,9
Colorado	25	98,6
Conselheiro Mayrinck	15	68,0
Kalorê	30	138,5
Lupionópolis	18	70,8
Matelândia	23	62,1
Nossa Senhora das Graças	23	82,2
Nova Olímpia	20	80,9
Paraíso do Norte	15	42,5
Peabiru	20	79,3
Realeza	15	71,7
Rio Bom	25	105,0
Santa Cruz de Monte Castelo	25	105,0
São Jorge do Ivaí	20	80,6
São Jorge do Patrocínio	10	43,7
São Tomé	20	59,6
Total	479	1.809,8

Fonte: SEIN/COHAPAR

Quadro 3.3.4

Projetos Habitacionais Financiados com Recursos do
Estado (Mutirão) em Construção - Dezembro/1984

Em Cr\$ milhões		
Município	Número de Casas	Valor do Investimento
Andirá	23	90,4
Apucarana	120	509,5
Assis Chateaubriand	20	77,0
Atalaia	31	137,2
Campina da Lagoa	72	278,5
Campo Mourão	100	402,9
Congonhinhas	16	61,0
Doutor Camargo	25	103,9
Flórida	24	103,7
Guarapuava (A.C.)	57	264,3
Ibaiti	30	150,3
Iratí	40	194,6
Itambaracá	21	91,4
Jacarêzinho	112	400,2
Maringá	100	393,1
Marumbi	34	158,8
Paíçandu	30	113,6
Quatiguá	49	193,5
Quedas do Iguaçu	30	124,9
Quinta do Sol	13	49,1
Rio Negro	40	179,4
Santa Cruz do Monte Castelo - (2a. et. A.C.)	10	38,7
Santo Antonio da Platina	102	396,5
São Jerônimo da Serra	24	109,7
Siqueira Campos	20	93,9
Total	1.143	4.716,1

Fonte: SEIN/COHAPAR

Quadro 3.3.5

Projetos Mutirão em Elaboração na COHAPAR - 1984

Em Cr\$ milhões

Município	Número de Casas	Valor do Investimento
Arapoti	41	175,8
Bituruna	10	42,9
Califórnia	50	214,4
Capitão Leônidas Marques (2a. etapa)	25	107,2
Cascavel	50	214,4
Céu Azul (2a. etapa)	20	85,8
Cidade Gaúcha	25	107,2
Cianorte	41	175,8
Corbélia	10	42,9
Cornélio Procópio	30	128,7
Cruzeiro do Oeste	50	214,4
Faxinal (Cruzaltina)	18	77,2
Goio-Erê	50	214,4
Grandes Rios	30	128,7
Ibaiti (2a. etapa)	70	300,2
Inajá	20	85,8
Irati (2a. etapa)	40	171,5
Ivaiporã (Nova Porã)	20	85,8
Ivaiporã (sede)	24	102,9
Jacarezinho (2a. etapa)	61	261,6
Juranda	30	128,7
Paiçandu (Água Boa)	16	68,6
Palotina	80	343,1
Paraíso do Norte (2a. etapa)	30	128,7
Pinhalão	20	85,8
Realeza (2a. etapa)	30	128,7
Rancho Alegre	20	85,8
Rio Negro (2a. etapa)	55	235,9
São Tomé (2a. etapa)	20	85,8
Sapopema	20	85,8
Sapopema (2a. etapa)	30	128,7
Sertaneja	33	141,5
Tamboara	15	64,3
Tapejara	30	128,7
Terra Boa	17	72,9
Toledo	50	214,4
Três Barras do Paraná	20	85,8
Xambrê	34	145,8
Total	1.235	5.296,6

Fonte: SEIN/COHAPAR

Quadro 3.3.6

Projetos Habitacionais Aprovados pelo BNH - 1984

			Em UPC
Município	Número de Casas		Valor do Empréstimo
Astorga	156		91.027
Bandeirantes	179		98.380
Maringá (Jardim Industrial)	292		216.880
Maringá (L.Leal)	208		169.692
Florestópolis	101		57.104
Total	936		633.083

Fonte: SEIN/COHAPAR

Quadro 3.3.7

Projetos Habitacionais Autorizados pelo BNH e Liberados para Aprovação - 1984

			Em UPC
Município	Número de Casas		Valor do Empréstimo
Alto Piquiri	17		10.465
Atalaia	16		8.689
Centenário do Sul	54		30.118
Céu Azul	80		60.356
Foz do Iguaçu	220		131.894
Grandes Rios	16		9.547
Jaguariaíva	351		437.760
Lobato	90		51.380
Marialva	46		41.700
Matelândia	45		27.010
Medianeira	100		80.591
Medianeira	54		44.230
Nossa Senhora das Graças	41		24.043
Rio Bom	24		12.949
Rondon	55		31.650
Santa Cecília do Pavão	34		15.683
Total	1.243		1.018.065

Fonte: SEIN/COHAPAR

Quadro 3.3.8

Projetos Habitacionais Encaminhados ao BNH
para Aprovação - 1984

			Em UPC
Município	Número de Casas	Valor do Empréstimo	
Cascavel	350	227.500	
Flórida	26	16.007	
Marilândia do Sul (Mauá)	27	16.050	
Ponta Grossa	423	287.501	
Sabáudia	20	11.677	
Sarandi	40	26.000	
Total	886	584.735	

Fonte: SEIN/COHAPAR

Quadro 3.5.1

Paraná - Ocorrências Policiais Registradas na Capital - 1980/1984

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984
Crimes Contra:					
a Pessoa	5.714	5.641	3.786	3.135	4.628
o Patrimônio	13.302	13.111	9.183	3.625	3.184
os Costumes	482	457	326	330	393
a Fê Pública	173	87	52	31	63
a Administração Pública	36	119	227	248	289
a Família	505	31	21	16	20
Tóxicos	1.485	139	182	238	180
Contravenções Penais	11.568	3.626	1.626	1.770	2.602
Acidentes de Trânsito	7.795	7.065	6.540	6.713	2.092
Diversas	3.038	9.393	9.893	1.397	4.147
Total	44.098	39.669	31.836	17.503	17.598

Fonte: SESP/Departamento da Polícia Civil

Quadro 3.5.2

Paraná - Ocorrências Policiais Registradas no Estado - 1980/1984

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984
Crimes Contra:					
a Pessoa	18.948	21.063	19.072	19.238	23.211
o Patrimônio	24.403	27.003	22.150	18.476	20.838
os Costumes	2.173	1.897	1.762	1.565	1.939
a Fê Pública	446	280	271	233	351
a Administração Pública	156	598	811	924	1.372
a Família	846	204	105	130	135
Tóxicos	1.652	326	410	477	580
Contravenções Penais	31.598	16.105	10.707	11.117	13.414
Acidentes de Trânsito	10.231	9.361	9.286	9.358	5.390
Diversas	9.667	15.843	16.523	8.161	11.119
Total	100.120	92.680	81.097	69.679	77.349

Fonte: SESP/Departamento de Polícia Civil

Quadro 3.5.3

Paraná - Arrecadação do FUNRESTRAN - 1980/1984

Em Valores Correntes - Cr\$ mil

Anos	Taxas		Multas		Total	
	Valor	Variação %	Valor	Variação %	Valor	Variação %
1980	154.132,5	-	87.847,2	-	241.979,7	-
1981	225.404,5	46,2	132.760,2	51,1	358.164,7	48,0
1982	629.540,0	179,3	390.055,8	193,8	1.019.595,8	184,7
1983	859.438,6	36,5	1.130.732,5	189,9	1.990.171,1	95,2
1984	11.382.017,0	1.224,4	2.835.676,7	150,8	14.217.693,7	614,4

Fonte: SESP/DETRAN

Quadro 3.5.4

Capacidade Física e Ocupação do Complexo Penitenciário - 1983/1984

Estabelecimento Penal	Capacidade (1)		Ocupação (2)		(2)(1)%	
	1983	1984	1983	1984	1983	1984
Penitenciária Central do Estado	728	570	1.058	1.068	145	187
Prisão Provisória de Curitiba	350	350	646	756	185	216
Penitenciária Feminina	27	78	44	51	163	65
Colônia Penal Agrícola	320	320	185	215	58	67
Manicômio Judiciário	211	211	251	236	119	112
Total	1.636	1.529	2.184	2.326	133	152

Fonte: SEJU/GPS

Quadro 4.1.1

Situação das Microbacias Onde Está Sendo Executado o Programa de
Manejo Integrado dos Solos - 1984

Região Administrativa	Número de Microbacias	Área (ha)	Número de Produtores	Número de Municípios Envolvidos
Maringá	21	37.792	700	21
Cascavel	53	157.389	6.692	17
Jacarezinho	8	6.338	371	8
Francisco Beltrão	15	5.697	183	10
Pato Branco	12	11.692	283	8
Toledo	72	199.202	8.182	12
Paranavaí	26	118.504	1.392	25
Umuarama	13	7.547	355	12
Campo Mourão	14	32.773	1.008	14
Cornélio Procopio	21	30.975	864	18
Londrina	22	15.709	411	18
Guarapuava	5	7.613	128	5
Ivaíporã	2	1.609	197	3
Paranaguá	6	11.089	219	6
Curitiba	16	9.206	629	16
Ponta Grossa	20	12.918	506	15
União da Vitória	12	16.243	993	12
Total	338	682.296	23.113	220

Fonte: SEAG

CEASA/PR - Movimentação de Produtos

Discriminação	Quantidade Ofertada			1984
	1981	1982	1983	
Ceasa de Curitiba	305.574,7	319.375,5	287.479,1	310.638,8
Ceasa de Maringá	90.815,0	113.611,1	114.555,2	89.337,8
Ceasa de Foz do Iguaçu	42.790,0	48.022,1	50.527,6	28.824,0
Ceasa de Cascavel	18.997,0	21.638,2	19.799,9	14.787,0
Ceasa de Londrina	-	64.652,3	76.962,5	79.096,4
Mercado Produtor de Morretes	840,9	977,2	914,9	1.304,2
Mercado Produtor de Cerro Azul	-	66,0	92,3	209,9
Hortomercado de Santa Quitéria	538,4	4.384,4	7.946,0	9.063,2
Hortomercado de Maringá	954,8	1.311,1	1.114,6	803,6
Hortomercado Cornélio Procópio	-	-	114,2	543,9
Hortomercado de Foz do Iguaçu	349,0	-	-	-
Feira de Foz do Iguaçu	499,7	570,7	443,7	42,4
Feira de Cascavel	1.326,2	1.571,7	1.199,4	752,3
Feira de Toledo	264,0	186,8	158,4	221,9
Varejão de Foz do Iguaçu (**)	367,3	890,1	842,8	422,1
Varejão do Capão Raso (*)	2.152,0	1.407,3	2.372,2	3.618,5
Varejão da Ceasa/Londrina(**)	-	342,0	333,2	5,5
Varejão do Capão da Imbuia	-	-	-	2.393,5
Sacolão da Vila Hauer	-	-	1.826,1	5.922,6
Sacolão do Bacacheri	-	-	-	833,4
Sacolão de Pinhais	-	-	-	588,0
Sacolão de Maringá	-	-	-	881,3
Sacolão de Cascavel	-	-	-	145,4
Sacolão de Londrina	-	-	130,0	3.218,3
Total	465.469,0	578.970,5	566.842,1	553.654,1

Fonte: SEAG/CEASA

(*) O Varejão do Capão Raso funcionava anteriormente na Ceasa de Curitiba, sendo deslocado para aquele bairro em 22.10.83

(**) Os Varejões das Ceasas de Foz do Iguaçu e Londrina deverão ser igualmente desativados por não se mostrarem atrativos dada a distância das centrais atacadistas ao consumidor

Quadro 4.1.3

ACARPA - Apoio ao Programa de Eletrificação Rural - 1983/1984

Trabalho Realizado	1983	1984
Assistência a Produtores	1.862	16.576
Eletrificação de Propriedades	659	6.605
Instalação de Carneiros Hidráulicos	20	44
Instalação de Turbinas	7	13
Instalação de Cataventos	6	8
Instalação de Rodas d'Água	28	30

Fonte: SEAG/ACARPA

Quadro 4.1.4

BANESTADO S/A - Operações Contratadas por Finalidade - 1984
Crédito Rural

Discriminação	Operações	Em Cr\$ milhões
		Valor
Custeio Agrícola	13.559	57.393
Custeio de Feijão (*)	1.842	4.203
Custeio Pecuário	586	3.698
Custeio Avícola (*)	21	524
Investimento Agrícola	825	4.903
Investimento Pecuário	531	1.996
Comercialização Agrícola	387	17.656
Comercialização Pecuária	69	4.460
Total	17.820	94.833

Fonte: BANESTADO

(*) Atendimentos especiais para replantio das lavouras de feijão prejudicadas pelas geadas e créditos destinados à compra de insumos para a avicultura

Quadro 4.1.5

BADEP - Programa de Recuperação da Pequena Propriedade Rural - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ mil

Município	Produtores Atendidos	Valor Contratado	Para Custeio	Para Investimento
Agudos do Sul	69	128.250,5	110.312,5	17.938,0
Antonio Olinto	43	84.259,3	65.264,3	18.995,0
Araucária	24	67.207,4	63.736,4	3.471,0
Bituruna	155	351.136,4	181.280,4	169.856,0
Campo do Tenente	61	81.204,5	50.551,5	30.653,0
Castro	81	243.342,7	93.514,9	149.827,9
Contenda	11	32.057,3	1.520,0	30.537,3
Cruz Machado	72	115.791,7	63.761,0	52.030,7
Francisco Beltrão	101	148.794,2	140.208,6	8.585,6
General Carneiro	20	35.922,0	6.926,4	28.995,5
Irati	136	244.275,1	115.396,0	128.879,1
Lapa	35	97.529,0	6.884,0	90.645,0
Mallet	74	195.177,7	134.392,2	60.785,5
Mandirituba	50	80.601,0	64.833,0	15.768,0
Palmas	50	116.748,5	100.333,5	16.415,0
Paula Freitas	72	158.133,2	85.961,2	72.172,0
Paulo Frontin	205	468.039,9	272.556,8	195.483,1
Piên	82	82.440,6	18.051,9	64.388,7
Porto Amazonas	16	47.270,0	47.270,0	-
Porto Vitória	20	39.306,2	26.486,9	12.819,3
Quitandinha	103	168.604,0	158.802,0	9.802,0
Rebouças	59	94.942,6	32.628,2	62.314,4
Rio Azul	98	119.974,9	64.097,6	55.877,4
Rio Negro	44	85.317,5	1.831,9	83.485,5
São João do Triunfo	98	162.409,5	137.953,6	24.455,9
São Jorge d'Oeste	60	142.031,9	88.248,0	53.783,9
São Mateus do Sul	118	185.222,4	136.992,6	48.229,8
Pínhais	40	15.000,0	15.000,0	-
Tijucas do Sul	31	78.375,3	25.140,3	53.235,0
União da Vitória	73	130.634,4	88.851,0	41.783,4
Total	2.101	4.000.000,0	2.398.786,7	1.601.213,0

Fonte: BADEP/APL

Quadro 4.1.6

BADEP - Financiamentos Contratados por Destino dos Recursos - 1980/1984
Setor Primário

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Finalidade	1980		1981		1982		1983		1984	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Inversões Fixas	30,0	100,0	638,2	100,0	573,3	41,5	1.639,1	94,1	3.583,1	50,5
Capital de Giro	-	-	-	-	807,3	58,5	103,6	5,9	2.658,6	37,4
Saneamento Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	862,7	12,1
Total	30,0	100,0	638,2	100,0	1.380,6	100,0	1.742,7	100,0	7.104,4	100,0

Fonte: BADEP/APL

Quadro 4.1.7

BRDE/PR- Repercussões do Apoio Financeiro ao Setor Primário - 1984

Subsetores de Atividades	Em Valores Correntes - Cr\$ milhões						
	Fixo	Giro	Investimentos	Valor do Financiamento	Incremento	Número de Empregos Gerados	Empresas Atendidas
			Saneamento Financeiro	Total	Faturamento	ICM	
Cooperativas	20.249,8	25.126,2	4.890,3	50.266,3	82.118,5	2.317,7	24
Empresas Agrícolas	1.069,5	-	-	1.069,5	855,6	1.066,0	3
Produtores Rurais	376,4	-	-	376,4	-	-	4
Total	21.695,7	25.126,2	4.890,3	51.712,2	95.858,6	3.383,1	31

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Nota : Das 24 cooperativas atendidas, 6 também obtiveram financiamentos para projetos agroindustriais e 8 não foram computadas por já estarem incluídas no setor secundário

Quadro 4.1.8

BRDE/PR - Financiamentos e Prestação de Garantias por Destino dos Recursos - 1984
Setor Primário

Em Valores Correntes - Cr\$ mil

Destino	Valor	%
Prê-investimento	2.326.277	8,3
Inversões Fixas	11.486.287	41,0
Capital de Giro	10.850.491	38,7
Saneamento Financeiro	3.374.194	12,0
Total	28.037.249	100,0

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Quadro 4.1.9

BRDE/PR - Financiamentos Contratados por Objetivos - 1984
Setor Primário

Em Valores Correntes - Cr\$ mil

Objetivo	Número de Operações	Valor	%
Implantação	18	5.643.261	20,1
Expansão	86	9.729.875	34,7
Desenvolvimento Tecnológico	3	272.397	1,0
Modernização Administrativa e/ou Organização	1	95.188	0,3
Saneamento Financeiro	19	3.374.194	12,1
Capital de Giro	16	8.922.334	31,8
Total	143	28.037.249	100,0

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Quadro 4.1.10

BRDE/PR - Financiamentos e Prestação de Garantias Segundo a Finalidade - 1984
Setor Primário

Em Valores Correntes - Cr\$ mil		
Finalidade	Valor	%
Mecanização	1.714.914	6,1
Armazenagem	12.146.594	43,3
Implantação de Lavouras de Cana para Usinas de Alcool	663.850	2,4
Benfeitorias/Instalações	2.029.753	7,2
Outras Inversões na Agricultura	11.482.138	41,0
Total	28.037.249	100,0

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Quadro 4.1.11

Paraná - Evolução da Área Plantada e da Produção Agrícola das Culturas de Verão - 1983/1985

Produto	Área Plantada (1000 ha)		Produção (1000 t)		
	1983/1984	1984/1985	Obtida em 1983/1984	Estimada para 1984/1985	
Algodão	322,0	490,0	611,9	830,0/	930,0
Amendoim das Águas	9,6	10,8	14,3	17,0/	17,5
Arroz	223,2	205,0	242,6	330,0/	350,0
Batata das Águas	25,9	24,9	336,0	300,0/	320,0
Cafê Beneficiado	424,0	424,0	282,0	260,0/	300,0
Cana-de-Açúcar	130,0	150,0	9.165,0	10.000,0/11.000,0	
Feijão das Águas	671,5	692,0	454,2	420,0/	470,0
Mamona	28,0	27,0	36,6	40,0/	43,0
Mandioca	73,0	84,0	1.400,0	1.700,0/ 1.800,0	
Milho	2.268,0	2.160,0	5.100,0	5.140,0/ 5.600,0	
Sericultura	15,0	16,0	4,0	4,0/	4,1
Soja	2.178,3	2.150,0	4.121,0	4.500,0/ 4.800,0	
Tomate	1,1	0,9	45,2	39,0/	42,0

Fonte: SEAG/DERAL

Paraná - Evolução da Área e da Produção - 1979/1980 - 1983/1984

Produtos	1979/1980		1980/1981		1981/1982		1982/1983		1983/1984 (*)	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Grãos e Algodão										
Culturas de Verão										
Algodão	336.000	561.519	305.790	581.000	369.500	739.000	440.000	695.608	320.000	600.000
Ameiandoim das Águas	46.326	74.410	26.000	41.820	24.700	36.530	20.480	28.000	9.586	14.302
Ameiandoim da Seca	8.320	5.658	3.550	2.308	2.393	1.463	860	525	600	440
Arroz	390.545	638.000	275.000	493.632	204.000	256.620	216.400	368.313	196.700	242.570
Cafê Beneficiado	734.152	180.000	700.000	498.000	303.000	96.000	440.000	354.000	424.000	282.000
Cafê das Águas	735.088	415.550	748.835	522.860	790.700	618.000	642.135	320.920	666.708	454.220
Feição da Seca	80.000	46.700	104.000	48.000	89.290	48.800	57.550	26.115	60.870	14.799
Girassol	14.682	26.428	39.250	26.690	30.615	30.615	5.130	2.720	2.645	2.334
Mamona	48.716	82.622	28.800	42.048	28.570	43.286	26.500	37.100	27.000	39.556
Milho	2.156.580	5.466.967	2.161.999	5.363.109	2.276.700	5.430.000	2.361.800	5.018.870	2.428.000	5.370.000
Soja	2.410.000	5.400.000	2.266.200	4.493.210	2.100.000	4.200.000	2.022.000	4.315.000	2.177.900	4.121.000
Sorgo	390	1.637	1.170	4.282	5.904	16.285	12.320	33.092	14.640	32.705
Subtotal	6.960.799	12.899.491	6.660.594	12.606.959	6.225.372	11.516.599	6.245.175	11.200.263	6.328.649	11.173.926

Continua

Paraná - Evolução da Área e da Produção - 1979/1980 - 1983/1984

Continuação

Produtos	1979/1980		1980/1981		1981/1982		1982/1983		1983/1984 (*)	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Cultura de Inverno										
Aveia	7.674	14.785	9.785	18.125	16.400	14.022	17.462	18.439	21.000	19.000
Centeio	3.760	2.670	15.371	15.254	1.820	1.856	1.862	1.092	2.000	1.900
Cevada	30.172	39.172	34.775	35.392	35.950	27.247	21.442	18.915	27.740	13.000
Trigo	1.440.000	1.350.000	785.000	915.000	1.175.000	1.025.000	898.265	1.066.000	920.000	1.070.000
Subtotal	1.481.606	1.402.455	844.931	983.771	1.229.170	1.068.125	939.461	1.104.446	970.740**	1.103.900**
Hortaliças										
Alho	790	2.686	781	2.730	1.365	4.180	1.360	3.580	900	2.500
Bata das Águas	27.735	341.521	19.976	250.000	31.300	415.000	30.128	271.000	25.846	336.000
Bata da Seca	14.895	180.241	19.170	209.357	19.160	188.553	14.876	151.870	15.083	173.673
Cebola	4.256	24.210	5.097	26.706	4.180	21.903	4.184	23.000	3.485	19.089
Tomate	958	44.510	1.018	46.373	1.080	46.494	1.090	46.000	1.107	45.197
Subtotal	48.634	593.168	46.042	535.184	57.085	671.130	51.638	495.450	46.421	576.459

Continua

Paraná - Evolução da Área e da Produção - 1979/1980 - 1983/1984

Produtos	1979/1980		1980/1981		1981/1982		1982/1983		1983/1984 (*)	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Outros										
Cana-de-Açúcar	57.990	4.451.480	69.126	4.888.038	90.000	6.840.000	110.930	9.664.965	130.000	9.165.000
Fumo	25.104	43.582	16.663	29.273	17.150	30.000	19.180	29.250	19.474	34.844
Mandioca	44.640	887.810	58.700	1.100.380	62.500	1.218.750	69.870	1.383.000	73.000	1.400.000
Rami	6.780	17.000	7.160	10.164	5.818	9.477	4.670	9.583	4.300	9.625
Sericultura	11.207	2.995	15.260	3.548	10.754	3.491	13.582	4.071	15.000	3.994
Subtotal	145.721	5.402.867	166.909	6.031.403	186.222	8.101.718	218.182	11.090.869	241.774	10.613.463
Total	8.636.760	-	7.718.476	-	7.697.849	-	7.454.456	-	7.587.584	-

Fonte: SEAG/DERAL - IBGE

(*) Preliminar

(**) Área plantada e produção esperada

Quadro 4.2.1

Bancos de Fomento - Financiamentos Contratados Segundo os Setores de Atividades - 1980/1984

Discriminação	Em Valores Correntes - Cr\$ milhões									
	1980	%	1981	%	1982	%	1983	%	1984	%
Setor Privado	7.748	38	29.095	85	49.523	57	135.303	88	254.414	96
Primário	876	4	2.662	8	2.875	3	13.831	9	35.141	13
Secundário	6.046	30	23.246	68	31.951	37	110.132	72	187.753	71
Terciário	826	4	3.187	9	14.697	17	11.340	7	31.520	12
Setor Público	12.760	62	5.030	15	36.436	43	18.935	12	9.304	4
Total	20.508	100	34.125	100	85.959	100	154.238	100	263.718	100

Fontes: BADEP/APL e BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Quadro 4.2.2

Bancos do Fomento - Financiamentos Aprovados para o Setor Secundário - 1980/1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Ano	BADEP				BRDE/PR			
	Investimento Fixo	% sobre o total	Giro mais Saneamento Financeiro	% sobre o total	Investimento Fixo	% sobre o total	Giro mais Saneamento Financeiro	% sobre o total
1980	1.376	47	1.565	53	1.548	49	1.556	51
1981	5.542	40	8.154	60	3.597	38	5.931	62
1982	6.830	33	13.769	66	2.268	21	8.316	79
1983	31.402	47	35.510	53	24.010	56	19.170	43
1984	55.703	43	72.989	57	65.298	53	56.930	47

Fontes: BADEP/APL e BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Quadro 4.2.3

BADEP - Fontes de Recursos - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	1984		1983	
	Valor	%	Valor	%
Tesouro Estadual (FDE)	2.665	1,5	612	1,1
Convênios e Repasses	78.646	44,6	18.367	31,9
BNDES	56.454	32,0	9.829	17,1
FINAME	12.662	7,2	5.383	9,4
BACEN	6.785	3,8	961	1,6
Outros	2.745	1,6	2.194	3,8
Captação Líquida no Mercado	57.302	32,5	22.997	40,0
Interno (CDB)	-	-	3.402	5,9
Externo (moeda estrangeira)	57.302	32,5	19.595	34,1
Arrecadação Própria	2.170	1,2	674	1,2
Subtotal (financiamentos)	140.783	79,8	42.650	74,2
Avais e Fianças Concedidos	16.498	9,4	7.642	13,3
Subtotal (aplicações)	157.281	89,2	50.292	87,5
Arrecadação Própria (custeio)	19.068	10,8	7.237	12,5
Total	176.349	100,0	57.529	100,0

Fonte: BADEP/APL

BADEP - Operações Contratadas por Gênero de Atividade - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	Contratos	Financiamento	Empregos Gerados
Setor Primário	2.589	7.104,4	339
Setor Secundário	469	128.691,6	3.257
Minerais Não-Metálicos	20	2.292,6	127
Metalurgia	45	1.382,8	82
Mecânica	25	3.331,7	191
Material Elétrico e de Comunicação	7	2.455,9	106
Material de Transporte	7	275,6	18
Madeira	33	5.334,2	307
Mobiliário	36	626,2	44
Papel e Papelão	65	21.928,3	94
Borracha	4	83,4	4
Couro, Peles e Similares	6	2.008,8	102
Química	12	1.381,6	29
Produtos Farmacêuticos e Similares	3	47,4	1
Perfumes, Sabões e Velas	3	34,4	14
Produtos de Matéria Plástica	12	284,7	40
Têxtil	13	23.777,9	858
Vestuário, Calçados e Artigos Tecidos	53	602,9	100
Produtos Alimentares	99	61.248,5	1.090
Bebidas	3	128,2	-
Editorial e Gráfica	14	155,7	14
Diversos	9	1.310,8	36
Setor Terciário	272	10.357,4	139
Total Setor Privado	3.330	146.153,4	3.735
Setor Público	17	9.303,7	-
Total	3.347	155.457,1	3.735

Fonte: BADEP/APL

Quadro 4.2.5

BADEP - Financiamentos Contratados Segundo o Tamanho das Empresas - 1984

Discriminação	Em Valores Correntes - Cr\$ milhões	
	Valor	%
Micro	7.829,1	5,0
Pequena	14.787,0	9,5
Média	12.203,5	7,8
Grande	111.333,8	71,7
Setor Público	9.303,7	6,0
Total	155.457,1	100,0

Fonte: BADEP/APL

Quadro 4.2.6

BADEP - Principais Atividades Apoiadas no Setor Industrial - 1984

Discriminação	Financiamentos Contratados		Investimento Resultante
	Valor	%	
Agroindústrias	57.421	44,6	63.618
Cooperativas	32.816	25,5	37.499
Indústria de Papel e Papelão	21.698	16,9	46.268
Indústria Metal-Mecânica	7.446	5,8	10.982
Indústria Madeireira	5.164	4,0	5.744
Indústria de Produtos Alimentares	2.292	1,8	3.674
Outras Atividades	1.855	1,4	2.627
Total	128.692	100,0	170.412

Fonte: BADEP/APL

Quadro 4.2.7

BADEP - Operações Contratadas por Microrregião - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	Número de Operações	Financiamento	Empregos Gerados
Curitiba	326	38.389,0	1.005
Litoral Paranaense	10	1.784,0	53
Alto Ribeira	4	1.091,4	58
Alto Rio Negro Paranaense	304	482,7	5
Campos de Lapa	175	1.250,4	28
Campos de Ponta Grossa	185	3.192,7	72
Campos de Jaguariaíva	3	8.818,9	2
São Mateus do Sul	312	472,8	-
Colonial de Irati	522	1.022,9	6
Norte Velho de Wenceslau Braz	4	1.028,4	23
Norte Velho de Jacarezinho	18	523,3	94
Algodoeira de Assaí	1	13,6	-
Norte Novo de Londrina	70	48.717,2	412
Norte Novo de Maringá	55	26.094,1	905
Norte Novíssimo de Paranavaí	16	220,9	11
Norte Novo de Apucarana	23	4.134,2	156
Norte Novíssimo de Umuarama	7	430,3	106
Campo Mourão	19	1.833,9	212
Pitanga	1	10,0	-
Extremo Oeste Paranaense	116	4.426,7	103
Sudoeste Paranaense	301	5.118,1	427
Campos de Guarapuava	18	4.330,3	34
Médio Iguaçú	857	2.071,3	17
Total	3.347	155.457,1	3.735

Fonte: BADEP/APL

Quadro 4.2.8

BADEP - Recursos do CEBRAE e BNDES Aplicados no PROMICRO - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ mil					
Município	Empresas Atendidas	Financia- mento	Município	Empresas Atendidas	Financia- mento
Alto Paraná	4	40.100	Mangueirinha	7	47.600
Apucarana	8	68.800	Mal. Cândido Rondon	20	190.300
Araruna	2	13.000	Marialva	7	44.000
Assis Chateaubriand	15	75.000	Maringá	21	264.500
Astorga	11	56.200	Nova Esperança	1	40.000
Bandeirantes	12	68.000	Nova Londrina	4	9.000
Cambê	1	19.600	Palmas	1	20.000
Cambira	3	12.600	Palotina	3	28.000
Cascavel	13	275.750	Paranacity	4	29.000
Chopinzinho	22	161.300	Paranaguá	1	6.000
Cianorte	2	18.000	Pato Branco	27	191.800
Colombo	3	63.500	Peabiru	8	42.200
Colorado	2	29.000	Piên	5	25.000
Coronel Vivida	8	31.500	Piraí do Sul	6	12.000
Cruzeiro do Sul	1	11.000	Piraquara	6	123.400
Curitiba	37	304.000	Ponta Grossa	6	47.500
Dois Vizinhos	4	20.000	Pranchita	6	27.600
Engenheiro Beltrão	1	19.500	Realeza	8	36.000
Flórida	1	3.000	Rio Negro	3	24.000
Formosa d'Oeste	3	18.000	Rolândia	5	47.600
Francisco Beltrão	9	140.600	Salto do Lontra	2	7.000
Guaíra	1	19.000	Santa Helena	2	9.000
Guaraniaçu	4	16.000	Santa Izabel d'Oeste	5	21.000
Guarapuava	12	61.500	S. Antonio do Sudoeste	5	31.000
Ibiporã	1	20.000	São João	1	3.000
Irati	3	16.600	São Jorge d'Oeste	7	29.000
Jaguapitã	4	13.300	São José dos Pinhais	2	23.000
Jandaia do Sul	8	58.200	Sarandí	5	21.000
Laranjeiras do Sul	1	10.000	Toledo	37	376.700
Londrina	18	205.400	Tupãssi	2	9.000
Mandaguari	3	31.000	Umuarama	2	15.600
Mandirituba	1	6.000	Verê	2	18.000
Total				442	3.724.250

Fonte: BADEP/APL

Quadro 4.2.9

BADEP - Operações Contratadas - 1980/1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Ano	Fixo/Misto	Investimento				Total	Valor dos Financiamentos	Empregos Gerados	ICM
		Giro	Saneamento Financeiro						
1980	11.883,6	1.966,8	-		13.850,4	11.581,7	3.003	1.144,9	
1981	10.149,6	13.454,2	-		23.603,8	17.350,3	4.714	3.115,4	
1982	14.574,4	59.407,3	-		73.981,7	62.119,8	4.595	10.341,7	
1983	121.455,6	44.694,4	-		166.150,0	85.069,6	5.353	28.089,1	
1984	95.409,0	47.530,4	62.039,3		204.978,7	155.457,1	3.735	37.300,9	

Fonte: BADEP/APL

Quadro 4.2.10

BADEP - Financiamentos Contratados Segundo a Finalidade dos Investimentos - 1980/1984

Finalidade	Em Valores Correntes - Cr\$ milhões											
	1980		1981		1982		1983		1984			
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Inversões Fixas	9.938,5	85,8	7.450,7	42,9	12.248,4	19,7	39.363,4	46,3	72.508,6	46,7		
Capital de Giro	1.643,2	14,2	9.899,6	57,1	49.871,3	80,3	45.706,2	53,7	34.709,6	22,3		
Saneamento Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48.238,9	31,0
Total	11.581,7	100,0	17.350,3	100,0	62.119,7	100,0	85.069,6	100,0	155.457,1	100,0		

Fonte: BADEP/APL

Quadro 4.2.11

BADEP - Financiamentos Contratados por Setores - 1980/1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Setor	1980		1981		1982		1983		1984	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Primário	30,0	0,2	638,2	3,7	1.380,6	1,1	1.742,7	2,0	7.104,4	4,6
Secundário	2.940,5	25,4	13.695,9	78,9	20.599,6	34,3	66.912,6	78,7	128.691,6	82,8
Terciário	414,3	3,6	1.359,7	7,8	4.526,9	7,3	4.198,8	4,9	10.357,4	6,7
Setor Público	8.196,9	70,8	1.656,5	9,6	35.612,6	57,3	12.215,4	14,4	9.303,7	5,9
Total	11.581,7	100,0	17.350,3	100,0	62.119,7	100,0	85.069,5	100,0	155.457,1	100,0

Fonte: BADEP/APL

Quadro 4.2.12

BADEP - Financiamentos Contratados por Destino dos Recursos - 1980/1984
Setor Secundário

Finalidade	Em Valores Correntes - Cr\$ milhões											
	1980		1981		1982		1983		1984			
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Inversões Fixas	1.375,4	46,8	5.541,9	40,5	6.830,4	33,2	31.402,1	46,9	55.702,7	43,3		
Capital de Giro	1.565,0	53,2	8.154,0	59,5	13.769,2	66,8	35.510,5	53,1	27.461,1	21,3		
Saneamento Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	45.527,8	35,4		
Total	2.940,4	100,0	13.695,9	100,0	10.599,6	100,0	66.912,6	100,0	128.691,6	100,0		

Fonte: BADEP/APL

Quadro 4.2.13

BADEP - Financiamentos Contratados por Destino dos Recursos - 1980/1984
Setores Terciário e Público

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Finalidade	1980		1981		1982		1983		1984	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Sector Terciário	414,3	4,8	1.359,7	45,1	4.526,9	11,3	4.198,8	25,6	10.357,4	52,7
Inversões Fixas	336,2	3,9	931,1	30,9	1.533,7	3,8	1.446,0	8,8	5.371,5	27,3
Capital de Giro	78,1	0,9	428,6	14,2	2.993,2	7,5	2.732,8	16,7	3.933,8	20,0
Saneamento Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	1.052,1	5,4
Sector Público	-	-	1.656,5	54,9	35.612,5	88,7	12.215,4	74,4	9.303,7	47,3
Inversões Fixas	8.196,9	95,2	339,2	11,2	3.311,0	8,2	5.135,2	31,3	7.851,2	40,0
Capital de Giro	-	-	1.317,3	43,7	32.301,5	80,5	7.080,2	43,1	656,2	3,3
Saneamento Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	796,3	4,0
Total	8.611,2	100,0	3.016,2	100,0	40.139,4	100,0	16.414,2	100,0	19.661,1	100,0

Fonte: BADEP/APL

Quadro 4.2.14

BRDE/PR - Recursos Financeiros Movimentados - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões		
Discriminação	Valor	%
Fontes		
Tesouro Estadual	1.500,0	1,3
Convênios	106.665,4	88,1
Arrecadação Própria	12.859,7	10,6
Total	121.025,1	100,0
Usos		
Despesas Administrativas	7.802,4	6,5
Investimentos e Inversões	113.222,7	93,5
Total	121.025,1	100,0

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento.

Quadro 4.2.15

BRDE/PR - Recursos Captados em 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões		
Fontes	Valor	%
BACEN	3.992,2	3,7
BNDDES	55.532,1	52,1
FINAME	12.999,8	12,2
FINEP	1.478,3	1,4
EMBRATUR	122,7	0,1
CEF	164,0	0,1
RES. 63	24.049,7	22,6
CIRC. 761	3.586,2	3,4
CDB	4.740,4	4,4
Total	106.665,4	100,0

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

BRDE/PR - Montante das Liberações por Fundos - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Fundos	Liberações		- Valor		Total	
	Operações Contratadas 1983	%	Operações Contratadas 1984	%	Valor	%
Recursos Próprios	1.289,5	1,2	5.457,5	4,8	6.747,0	6,0
Contratos Específicos	1.252,5	-	5.547,5	-	6.710,0	-
Com Fundos	37,0	-	-	-	37,0	-
Recursos de Terceiros	38.532,2	33,9	68.133,2	60,1	106.665,4	94,0
BACEN	1.715,0	1,5	2.255,3	2,0	3.970,3	3,5
PROVÁRZEAS	7,5	-	-	-	7,5	-
PAGRI	130,4	-	186,0	-	316,4	-
PROÁLCOOL RURAL	-	-	2,1	-	2,1	-
PROINVEST	1.577,1	-	1.777,5	-	3.354,6	-
PROEX	-	-	289,7	-	289,7	-
BNDES	30.967,2	27,3	24.506,7	21,6	55.473,9	48,9
POC	8.972,3	-	24.079,3	-	33.051,6	-
PNA INDL.	21.730,3	-	-	-	21.730,3	-
PROMICRO	264,6	-	427,4	-	692,0	-
FINAME	5.465,7	4,8	7.473,6	6,6	12.939,3	11,4
FINEP ADTEN	49,6	-	1.428,7	1,3	1.478,3	1,3
EMBRATUR/FUNGETUR	122,7	0,1	-	-	122,7	0,1
CEF/MINI-PIS	-	-	179,0	0,2	179,0	0,2
RES.63	-	-	26.694,5	23,5	26.694,5	23,5
CIRC.761	212,0	0,2	3.374,2	3,0	3.586,2	3,2
CDB	-	-	805,4	0,7	805,4	0,7
LEASE-BACK	-	-	1.415,8	1,2	1.415,8	1,2
Total	39.821,3	35,1	73.590,7	64,9	113.412,4	100,0

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

BRDE/PR - Montante das Liberações por Fundos e Setores - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Fundos	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Recursos Próprios	4,9	-	698,0	0,6	6.044,1	5,4	6.747,0	6,0
Contratos Específicos	-	-	683,5	-	6.026,5	-	6.710,0	-
Com Fundos	4,9	-	14,5	-	17,6	-	37,0	-
Recursos de Terceiros	21.882,6	19,4	72.659,7	63,9	12.123,1	10,7	106.665,4	94,0
BACEN	3.364,2	3,0	606,1	0,5	-	-	3.970,3	3,5
PROVÁRZEAS	7,5	-	-	-	-	-	7,5	-
PAGRI	-	-	316,4	0,3	-	-	316,4	0,3
PROÁLCOOL RURAL	2,1	-	-	-	-	-	2,1	-
PROINVEST	3.354,6	3,0	-	-	-	-	3.354,6	3,0
PROEX	-	-	289,7	0,2	-	-	289,7	0,2
BNDDES	10.067,9	8,9	43.225,9	38,1	2.180,1	1,9	55.473,9	48,9
POC	10.067,9	8,9	20.982,6	18,5	2.001,1	1,8	33.051,6	29,2
PNA INDL.	-	-	21.730,3	19,2	-	-	21.730,3	19,2
PROMICRO	-	-	513,0	0,4	179,0	0,1	692,0	0,5
FINAME	3.731,8	3,3	6.109,3	5,4	3.098,2	2,7	12.939,3	11,4
FINEP-ADTEN	1.132,5	1,0	237,1	0,2	108,7	0,1	1.478,3	1,3
EMBRATUR/FUNGETUR	-	-	-	-	122,7	0,1	122,7	0,1
CEF/MINI PIS	-	-	29,0	-	150,0	0,2	179,0	0,2
RES.63	-	-	22.278,1	19,6	4.416,4	3,9	26.694,5	23,5
CIRC.761	3.586,2	3,2	-	-	-	-	3.586,2	3,2
CDB	-	-	174,2	0,1	631,2	0,6	805,4	0,7
LEASE-BACK	-	-	-	-	1.415,8	1,2	1.415,8	1,2
Total	21.887,5	19,4	73.357,7	64,5	18.167,2	16,1	113.412,4	100,0

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

BRDE/PR - Contratações por Origens de Recursos e Setores de Atividades - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total	
	No. de Operações	Valor	No. de Operações	Valor	No. de Operações	Valor	No. de Operações	Valor
Recursos Próprios								
BRDE/PR - Recursos Próprios	-	-	8	1.604,2	2	4.781,6	10	6.385,7
Subtotal	-	-	8	1.604,2	2	4.781,6	10	6.385,7
Recursos de Terceiros								
BRDE/CDB	-	-	2	174,2	2	631,2	4	805,4
BRDE/Convênio MCR 18-COOP	19	3.374,2	-	-	-	-	19	3.374,2
BACEN/PROALCOOL RURAL	1	2,1	-	-	-	-	1	2,1
BACEN/PAGRI	-	-	1	246,0	-	-	1	246,0
BACEN/PROEX	-	-	12	289,7	-	-	12	289,7
BACEN/PROINVEST	9	2.695,9	-	-	-	-	9	2.695,9
BNDES/POC-FINEM-FIX/MISTO	18	10.532,9	-	-	-	-	-	-
BNDES/POC-FINEM-GIRO	-	-	17	8.790,4	1	476,5	36	19.799,8
BNDES/POC-FINEM-SAN.FIN.	-	-	22	4.582,9	13	1.657,0	35	6.239,8
BNDES/CONSERVE	-	-	5	1.252,9	2	761,2	7	2.014,1
BNDES/PROMICRO	-	-	2	566,4	-	-	2	566,4
FINAME/Pequena e Média Empresa	-	-	44	392,9	20	87,6	64	480,5
FINAME/Longo Prazo	88	7.009,7	2	96,7	-	-	2	96,7
			83	3.559,1	9	2.172,0	180	12.740,8

BRDE/PR - Contratações por Origens de Recursos e Setores de Atividades - 1984

Continuação Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total	
	No. de Operações	Valor	No. de Operações	Valor	No. de Operações	Valor	No. de Operações	Valor
FINAME/Especial	-	-	14	372,9	-	-	14	372,9
FINEP/ADTEN	5	2.326,3	5	567,2	1	108,7	11	3.002,2
BID/BNCC-Convênio	-	-	5	5.425,7	-	-	5	5.425,7
Resolução 63 Dólar US\$	-	-	32	23.768,6	15	5.756,8	47	29.525,4
Lease Back-CDB	-	-	-	-	1	1.415,7	1	1.415,7
Subtotal	140	25.941,1	246	50.085,6	64	13.066,7	450	89.093,4
Prestação de Garantias								
CEF/PIS Normal	2	190,0	10	1.200,0	7	850,0	19	2.240,0
CEF/Mini PIS	-	-	2	29,0	11	150,0	13	179,0
Debêntures/Obrigação	-	-	3	876,0	-	-	3	876,0
Garantia/Empr. Moeda Nacional	1	1.906,1	6	2.019,7	3	314,6	10	4.240,4
Garantia/Licitação	-	-	2	116,1	-	-	2	116,1
Garantia/Fornecimento	-	-	15	3.130,6	1	2.000,0	16	5.130,6
Subtotal	3	2.096,1	38	7.371,4	22	3.314,6	63	12.782,1
Total	143	28.037,2	292	59.061,2	88	21.162,9	523	108.261,3

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

BRDE/PR - Contratações por Setor de Atividade - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Setor	Gênero de Atividade (IBGE)	Empréstimos e Financiamentos		Prestação de Garantias		Operações Especiais (*)		Total	
		No. de Operações	Valor	No. de Operações	Valor	No. de Operações	Valor	No. de Operações	Valor
Setor Primário	Agricultura e Silvicultura	133	22.221,7	3	2.096,2	-	-	136	24.317,9
	Criação de Animais	7	3.719,3	-	-	-	-	7	3.719,3
Subtotal		140	25.941,0	3	2.096,2	-	-	143	28.037,2
Setor Secundário	Ind. Prod. Minerais Não-Metálicos	8	814,2	3	340,7	-	-	11	1.154,8
	Ind. Metalúrgica	4	24,2	6	565,9	-	-	10	590,1
	Ind. Mecânica	10	497,3	2	115,0	-	-	12	612,3
	Ind. Mat. Elét. e de Comunicações	2	36,3	2	881,0	-	-	4	917,3
	Ind. Mat. Transporte	4	28,5	-	-	-	-	4	28,5
	Ind. Madeiras	35	19.024,2	2	621,8	-	-	38	19.646,0
	Ind. Móvel	13	1.405,7	7	1.607,0	-	-	20	3.021,7
	Ind. Papel e Papelão	71	4.674,0	3	400,0	-	-	74	5.074,0
	Ind. Couros, Peles e Art. Viagem	9	1.883,1	-	-	-	-	9	1.883,1
	Ind. Química	23	4.180,5	5	1.069,9	-	-	28	5.249,5
	Ind. Perfumes, Sabões e Velas	1	3,0	-	-	-	-	1	3,0
	Ind. Produtos Material Plástico	6	1.247,5	2	760,3	-	-	8	2.007,8
	Ind. Têxtil	12	7.839,9	-	-	-	-	12	7.839,9
	Ind. Vest., Calçados e Artef. de Tecidos	6	186,9	-	-	-	-	6	186,9
	Ind. Produtos Alimentares	34	7.897,3	3	370,0	-	-	37	8.267,3
	Ind. Bebidas	1	533,3	-	-	-	-	1	533,3
	Ind. Editorial e Gráfica	10	347,1	3	640,8	-	-	13	987,9
	Ind. Diversas	5	1.066,7	-	-	-	-	5	1.066,7

Continua

BRDE/PR - Contratações por Setor de Atividade - 1984

Setor	Gênero de Atividade (IBGE)	Em Valores Correntes - Cr.\$ milhões							
		Empréstimos e Financiamentos		Prestação de Garantias		Operações Especiais (*)		Total	
		No. de Operações	Valor	No. de Operações	Valor	No. de Operações	Valor		
Subtotal		254	51.689,7	38	7.371,4	-	-	292	59.061,2
	Construção Civil	22	6.549,9	12	921,1	-	-	34	7.471,0
	Comércio Varejista	21	541,5	7	2.366,0	-	-	28	2.907,5
	Comércio Atacadista	4	288,0	-	-	-	-	4	288,0
	Transportes	9	7.185,0	1	15,0	1	1.415,7	11	8.615,8
	Serviços	9	1.868,1	2	12,5	-	-	11	1.880,6
Subtotal		65	16.432,5	22	3.314,6	1	1.415,7	88	21.162,9
Total		459	94.063,2	63	12.782,2	1	1.415,7	523	108.261,3
Iniciativa Privada		459	94.063,2	63	12.782,2	1	1.415,7	523	108.261,3

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento
 (*) Operações de "Leasing Back", Participação acionária, CDC e Aquisição de Debêntures

BRDE/PR - Contratações por Objetivo do Financiamento - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total	
	No. de Operações	Valor	No. de Operações	Valor	No. de Operações	Valor	No. de Operações	Valor
Pré-Investimento	-	-	2	263,3	1	108,7	3	372,0
Implantação	18	5.643,2	80	8.938,6	3	890,3	101	15.472,1
Expansão	86	9.729,9	38	5.833,1	7	1.758,2	131	17.321,3
Relocalização	-	-	5	878,6	-	-	5	878,6
Aumento de Produtividade	-	-	2	115,4	-	-	2	115,4
Desenvolvimento Tecnológico	3	272,4	1	185,9	-	-	4	458,3
Modernização Adm. e/ou Organização	1	95,2	-	-	-	-	1	95,2
Proteção Ambiental	-	-	1	66,6	-	-	1	66,6
Economia de Combustível	-	-	4	733,2	-	-	4	733,2
Saneamento Financeiro	19	3.374,2	39	25.009,8	20	10.945,3	78	39.329,3
Capital de Giro	16	8.922,3	120	17.036,7	57	7.460,4	193	33.419,5
Total	143	28.037,2	292	59.061,2	88	21.162,9	523	108.261,3

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

BRDE/PR - Operações Contratadas por Microrregião - 1984

Microrregiões	Em Valores Correntes - Cr\$ milhões							
	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total	
	No. de Operações	Valor	No. de Operações	Valor	No. de Operações	Valor	No. de Operações	Valor
Curitiba	-	-	104	34.209,6	40	11.386,0	144	45.595,7
Litoral Paranaense	-	-	2	166,7	1	121,1	3	287,8
Campos de Lapa	-	-	9	598,4	-	-	9	598,4
Campos de Ponta Grossa	25	6.320,8	11	2.585,4	8	3.141,3	44	12.047,5
Campos de Jaguariaíva	2	287,9	66	1.758,3	-	-	68	2.046,2
Colonial de Irati	1	13,2	-	-	1	49,5	2	62,7
Alto Ivaí	-	-	1	22,5	-	-	1	22,5
Norte Velho de Jacarezinho	10	1.685,8	6	376,1	5	12,0	21	2.073,9
Norte Novo de Londrina	11	2.399,6	18	2.677,4	6	3.371,0	35	8.448,0
Norte Novo de Maringá	7	3.017,9	17	5.287,7	6	519,7	30	8.825,3
Norte Novíssimo de Paranavaí	-	-	3	34,3	-	-	3	34,3
Norte Novo de Apucarana	5	1.239,4	7	2.143,4	3	1.349,6	15	4.732,4
Norte Novíssimo de Umuarama	12	1.101,7	6	2.454,8	-	-	18	3.556,4
Campo Mourão	20	3.995,3	5	1.966,4	5	120,0	30	6.081,7
Pitanga	1	86,2	-	-	-	-	1	86,2
Extremo Oeste Paranaense	20	3.429,1	19	2.292,6	8	195,4	47	5.917,1
Sudoeste Paranaense	9	1.653,9	15	1.617,3	2	7,0	26	3.278,3
Campos de Guarapuava	11	2.337,9	2	733,3	-	-	13	3.071,2
Médio Iguaçu	-	-	1	136,9	-	-	1	136,9
Fora do Estado	9	468,5	-	-	3	890,3	12	1.358,8
Total	143	28.037,2	292	59.061,1	88	21.162,9	523	108.261,3

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Quadro 4.2.22

BRDE/PR - Síntese das Repercussões do Apoio Financeiro Concedido - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Setor	Investimentos			Total	Incremento			Número de Empregos Gerados
	Fixo	Giro	Saneamento Financeiro		Valor dos Financiamentos	Faturamento	ICM	
Primário	21.695,7	25.126,2	4.890,3	51.712,3	28.037,2	95.858,7	3.383,2	2.251
Secundário	65.297,5	31.912,7	25.017,6	122.227,8	59.061,2	149.789,6	6.370,7	1.150
Terciário	3.907,1	11.334,2	16.080,9	31.322,2	21.162,9	4.890,6	-	115
Total	90.900,3	68.373,1	45.988,8	205.262,3	108.261,3	250.538,9	9.753,9	3.516

Fonte: BRDE/PR - Gerência Planejamento

BRDE/PR- Repercussões do Apoio Financeiro ao Setor Secundário - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Subsetores de Atividades	Investimentos			Valor do Financiamento	Incremento		Número de Empregos Gerados	Manutenção de Empregos	Empresas Atendidas
	Fixo	Giro	Saneamento Financeiro		Faturamento	ICM			
Minerais Não-Metálicos	48,1	525,9	1.070,2	1.644,2	72,0	-	11	369	8
Metalurgia	-	618,1	-	618,1	-	-	-	285	7
Mecânica	462,9	646,5	-	1.109,4	2.940,8	-	-	555	9
Material Elétr. e de Comunicação	41,6	1.491,6	-	1.493,2	-	-	-	1.085	3
Material de Transporte	-	113,1	-	113,1	-	-	-	31	4
Madeira	143,2	5.093,0	16.057,2	21.293,3	558,3	97,5	95	4.233	14
Mobiliário	135,7	3.392,0	325,8	3.853,5	708,6	17,2	33	2.072	13
Papel e Papelão	6.805,5	1.849,4	2.809,2	11.464,5	-	-	-	2.909	6
Couro, Peles e Similares	337,1	2.527,8	-	2.864,9	11.360,8	15,9	33	872	4
Química	2.073,4	1.370,1	2.885,2	6.328,7	9.974,9	853,7	106	1.997	10
Perfumes, Sabões e Velas	-	4,0	-	4,0	-	-	-	1	1
Prod. de Matéria Plástica	234,4	2.206,8	-	2.441,2	8.822,6	889,7	38	1.193	6
Têxtil	50.318,1	1.050,4	-	51.368,5	37.240,6	1.050,1	651	2.509	2
Vest., Calçados, Art. Tecidos	-	353,6	-	353,6	-	-	-	274	6
Produtos Alimentares	2.798,7	8.963,3	1.869,7	13.631,6	78.111,0	3.446,7	181	4.191	20
Bebidas	885,9	77,0	-	962,9	-	-	-	172	1
Editorial e Gráfica	682,9	419,8	-	1.102,7	-	-	-	398	11
Diversos	330,0	1.250,3	-	1.580,3	-	-	-	190	5
Total	65.297,5	31.912,7	25.017,3	122.227,7	149.789,6	6.370,8	1.150	23.336	130

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Nota: Das 130 empresas atendidas, 8 cooperativas também tiveram financiamentos no setor primário e 6 cooperativas não foram computadas por já estarem incluídas no setor primário

BRDE/PR - Repercussões do Apoio Financeiro ao Setor Terciário - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Subsetor de Atividade	Investimentos			Valor dos Investimentos	Incremento	Número de Empregos Gerados	Manutenção de Empregos	Empresas Atendidas	
	Fixo	Giro	Sanearmento Financeiro						Total
Construção Civil	146,9	2.953,3	8.000,3	11.100,5	7.471,0	-	4.919	22	
Comércio Varejista	-	4.295,9	-	4.295,9	2.907,5	-	2.074	27	
Comércio Atacadista	-	935,3	-	935,4	288,0	-	289	4	
Comércio e Adm. de Bens Imóveis e Valores Mobiliários	120,0	-	-	120,0	96,0	-	-	1	
Transportes	1.335,3	2.156,0	7.784,1	11.275,3	8.615,8	-	1.661	6	
Serviços de Alojamento e Alimentares	-	-	15,0	15,0	10,0	-	10	1	
Serviços Domésticos	-	7,1	-	7,1	5,0	-	11	1	
Serviços de Diversão, Rádio-difusão e TV	-	-	281,6	281,5	281,6	-	-	1	
Serviços Técnicos Profissionais	114,8	980,6	-	1.095,3	484,0	-	210	1	
Serviços Auxiliares de Atividades Econômicas	1.948,6	-	-	1.948,6	890,3	-	-	1	
Ensino	241,5	-	-	241,6	108,7	-	637	1	
Atividades Não Especificadas	-	6,0	-	6,0	5,0	-	2	1	
Total	3.907,1	11.334,2	16.081,0	31.322,2	21.162,9	4.890,6	115	9.813	67

Quadro 4.2.25

BRDE/PR - Financiamentos e Prestação de Garantias por Finalidade - 1984
Setor Secundário

Em Valores Correntes - Cr\$ mil

Finalidade	Valor	%
Prê-Investimento	567.183	1,0
Inversões Fixas	14.329.876	24,2
Capital de Giro	19.371.775	32,8
Saneamento Financeiro	24.792.333	42,0
Total	59.061.167	100,0

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Quadro 4.2.26

BRDE/PR - Contratação por Objetivo do Investimento - 1984
Setor Secundário

Em Valores Correntes - Cr\$ mil

Objetivo	Valor	%
Prê-Investimento	263.252	0,4
Implantação	8.938.562	15,1
Expansão	5.833.148	9,9
Relocalização	878.567	1,5
Aumento de Produtividade	115.474	0,2
Desenvolvimento Tecnológico	185.856	0,3
Proteção Ambiental	66.554	0,1
Economia de Combustível	733.190	1,2
Saneamento Financeiro	25.009.814	42,4
Capital de Giro	17.036.750	28,9
Total	59.061.167	100,0

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Quadro 4.2.27

BRDE/PR - Financiamentos e Prestação de Garantias por Beneficiários - 1984
Setor Secundário

Em Valores Correntes - Cr\$ mil			
Beneficiários	No.	Valor	%
Microempresas	43	377.850	0,6
Pequenas Empresas	31	4.246.918	7,2
Médias Empresas	15	4.979.163	8,4
Grandes	33	35.096.155	59,4
Cooperativas	8 (*)	14.361.081	24,4
Total	130	59.061.167	100,0

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Nota : Porte de empresas segundo padrão ABDE

(*) Não estão incluídas 6 cooperativas que receberam financiamentos iniciais no setor primário

**BRDE/PR - Financiamentos e Prestação de Garantias Segundo o
Gênero de Atividade - 1984
Setor Secundário**

Em Valores Correntes - Cr\$ mil

Gênero	Valor	%
Agroindústria	34.011.058	57,6
Empresas	26.232.345	44,4
Cooperativas	7.778.713	13,2
Desenvolvimento Tecnológico	567.183	1,0
Indústria Mecânica	72.295	0,1
Indústria de Produtos Alimentares	220.629	0,4
Indústria Química	45.780	0,1
Indústria Química - Cooperativas	228.479	0,4
Outros Objetivos	24.482.926	41,4
Minerais Não-Metálicos	1.154.814	1,9
Metalurgia	590.128	1,0
Mecânica	612.340	1,0
Material Elétrico e de Comunicações	917.281	1,5
Material de Transporte	28.500	0,1
Madeira	61.470	0,1
Mobiliário	3.012.745	5,1
Papel e Papelão	5.074.000	8,6
Química	438.387	0,7
Perfumaria, Sabões e Velas	3.000	-
Produtos de Matéria Plástica	2.007.785	3,4
Têxtil (*)	6.353.889	10,8
Vestuário, Calçados e Art. Tecidos	186.921	0,3
Produtos Alimentares	1.987.134	3,4
Editorial e Gráfica	987.855	1,7
Diversos	1.066.677	1,8
Total	59.061.167	100,0

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

(*) Financiamentos destinados a 5-cooperativas, para indústrias de fiação de algodão

Quadro 4.2.29

BRDE/PR - Financiamentos e Prestação de Garantias por Finalidades - 1984
Setor Terciário

Em Valores Correntes - Cr\$ mil		
Finalidade	Valor	%
Prê-Investimento	108.701	0,5
Inversões Fixas	2.222.053	10,5
Capital de Giro	7.886.894	37,3
Saneamento Financeiro	10.945.279	51,7
Total	21.162.927	100,0

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Quadro 4.2.30

BRDE/PR - Financiamentos e Prestação de Garantias Contratados
por Objetivo do Investimento - 1984
Setor Terciário

Em Valores Correntes - Cr\$ mil		
Objetivo	Valor	%
Prê-Investimento	108.701	0,5
Implantação	890.304	4,2
Expansão	1.758.245	8,3
Saneamento Financeiro	10.945.279	51,7
Capital de Giro	7.460.398	35,3
Total	21.162.927	100,0

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Quadro 4.2.31

BRDE/PR - Financiamentos e Prestação de Garantias por Beneficiários - 1984
Setor Terciário

Beneficiários	No.	Em Valores Correntes - Cr\$ mil	
		Valor	%
Microempresas	22	92.600	0,4
Pequenas Empresas	6	2.092.086	9,9
Médias Empresas	25	7.209.552	34,1
Grandes Empresas	14	11.768.689	55,6
Total	67	21.162.927	100,0

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

Quadro 4.2.32

BRDE/PR - Financiamentos e Prestação de Garantias Contratadas
Segundo o Gênero de Atividade - 1984
Setor Terciário

Gênero	Em Valores Correntes - Cr\$ mil	
	Valor	%
Construção Civil	7.471.027	35,3
Comércio Varejista	2.907.498	13,8
Comércio Atacadista	288.016	1,4
Comércio de Imóveis	96.000	0,5
Transportes	8.615.794	40,7
Serviços de Alojamento e Alimentação	10.000	-
Serviços Domiciliários	5.000	-
Serviços de Diversões, Radiodifusão e TV	281.555	1,3
Serviços Técnicos Profissionais	484.032	2,3
Serviços Auxiliares de Atividades Econômicas	890.304	4,2
Ensino	108.701	0,5
Atividades Não Especificadas	5.000	-
Total	21.162.927	100,0

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento

BRDE/PR - Distribuição Microregional dos Financiamentos Contratados - 1980/1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	1980		1981		1982		1983		1984	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Curitiba	1.604,9	18,2	6.127,0	36,5	13.135,7	55,1	18.836,5	27,2	45.595,7	42,1
Litoral Paranaense	-	-	32,2	0,2	783,2	3,3	1.077,3	1,6	287,8	0,3
Campo de Lapa	59,9	0,7	279,1	1,6	308,1	1,3	1.050,1	1,5	598,4	0,6
Campo de Ponta Grossa	526,6	6,0	903,9	5,4	1.161,1	4,9	2.930,8	4,2	12.047,5	11,1
Campo de Jaguariaíva	134,7	1,5	66,0	0,4	481,2	2,0	5.229,3	7,6	2.046,2	1,9
Colonial de Irati	35,4	0,4	12,5	0,1	61,5	0,3	-	-	62,7	-
Alto Ivaí	60,9	0,7	27,5	0,2	23,2	0,1	80,0	0,1	22,5	-
Norte Velho de Wenceslau Braz	-	-	32,8	0,2	231,7	1,0	791,7	1,1	2.073,9	1,9
Norte Velho de Jacarezinho	689,5	7,8	133,7	0,8	-	-	-	-	-	-
Algodoeira de Asai	27,5	0,3	-	-	1.446,6	6,1	8.324,2	12,0	8.448,0	7,8
Norte Novo de Londrina	462,8	5,3	584,5	3,5	787,1	3,3	1.026,0	1,5	8.825,3	8,2
Norte Novo de Maringá	86,2	1,0	691,9	4,1	26,9	0,1	1.575,5	2,3	34,3	-
Norte Novíssimo de Paranavai	1,0	-	966,9	5,8	364,5	2,2	298,2	0,4	4.732,4	4,4
Norte Novo de Apucarana	125,8	1,4	364,5	2,2	532,8	2,2	2.572,8	3,7	3.556,4	3,3
Norte Novíssimo de Umuarama	22,4	0,3	889,4	5,3	32,8	0,1	6.996,6	10,1	6.081,7	5,6
Campo Mourão	20,7	0,2	362,3	2,2	75,2	0,3	-	-	86,2	0,1
Pitanga	38,3	0,4	-	-	-	-	11.798,4	17,1	6.807,4	6,3
Extremo Oeste Paranaense	1.766,8	20,1	1.559,5	9,3	1.437,8	6,1	1.570,0	2,3	3.278,3	3,0
Sudeste Paranaense	66,8	0,8	328,0	1,9	214,5	0,9	1.110,1	1,6	3.071,2	2,8
Campo de Guarapuava	341,7	3,9	15,7	0,1	1.406,2	5,9	1.232,7	1,8	136,9	0,1
Médio Iguaçu	3,1	-	49,1	0,3	80,1	0,3	-	-	-	-
Fora do Estado	2.732,7	31,0	3.347,1	19,9	1.602,9	6,7	2.666,6	3,9	468,5	0,4
Total	8.807,7	100,0	16.773,6	100,0	23.828,7	100,0	69.166,8	100,0	108.261,2	(*)99,9

Fonte: BRDE/PR - Gerência de Planejamento
 (*) 0,1% corresponde à soma das microregiões Colonial de Irati, Alto Ivaí e Norte Novíssimo de Paranavai

Quadro 4.2.34

BANESTADO - Composição da Rede de Agências - 1980/1984

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984
Agências no Paraná	212	217	286	287	287
Agências em Outros Estados	18	19	21	22	22
Total de Agências	230	236	307	309	309
Agências Pioneiras	59	55	50	45	42
Postos Especiais de Prestação de Serviços	48	57	56	58	61
Caixas Avançadas	-	1	2	9	28
Postos Avançados de Crédito Rural	9	9	9	9	6
Municípios Atendidos no Paraná	184	187	249	249	249

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.35

BANESTADO S/A - Aplicações Totais - 1980/1984

Discriminação	Em Cr\$ milhões				
	1980	1981	1982	1983	1984
Agropecuária	4.214	7.143	13.474	44.659	82.199
Indústria	3.075	7.635	16.401	37.057	98.134
Comércio	977	1.968	4.472	12.711	29.178
Instituições Financeiras	-	4	4	-	687
Outras Atividades	332	1.331	7.753	23.717	44.024
Pessoa Física	891	961	1.565	11.551	13.445
Operações Especiais	18.047	39.819	90.839	251.289	784.096
Demais Operações do Setor Público	73	34	4.004	14.966	49.744
Adiantamentos a Depositantes	15	28	56	75	2.083
Desconto de Títulos	5.645	8.950	13.159	5.942	102.458
Crédito em Liquidação	256	487	2.184	23.885	52.309
Rendas de Crédito em Liq. a Apropriar	(234)	(388)	(992)	(7.637)	(21.347)
Rendas a Apropriar de Operações de Crédito	-	-	-	(145)	(5.847)
Provisão para Crédito em Liq. Duvidosa	(342)	(653)	(2.264)	(16.248)	(36.962)
Total	32.949	67.319	150.655	401.822	1.194.201

Fonte: BANESTADO

BANESTADO S/A - Indicadores - 1980/1984

Discriminação	Em Cr\$ milhões				
	1980	1981	1982	1983	1984
Capital Social	2.647	4.543	11.128	19.931	70.909
Patrimônio Líquido	4.316	11.146	23.012	38.341	180.095
Depósitos Totais	15.469	30.936	51.088	119.752	409.068
Empréstimos Totais	32.949	67.319	150.656	401.822	1.194.201
Financiamentos Rurais	4.214	7.143	13.474	44.659	82.199
Financiamentos à Exportação	4.052	8.498	8.562	15.884	133.707
Financiamentos à Importação	1.728	1.967	289	224	1.480

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.37

BANESTADO S/A - Execução Financeira - 1980/1984

Discriminação	Em Cr\$ milhões									
	1980		1981		1982		1983		1984	
	1o. sem.	2o. sem.	1o. sem.	2o. sem.	1o. sem.	2o. sem.	1o. sem.	2o. sem.	1o. sem.	2o. sem.
Receita	2.812	4.399	6.646	11.346	28.823	47.570	79.815	159.930	311.178	614.501
Operacional	2.649	4.085	6.511	10.107	28.629	47.466	79.724	159.751	310.791	613.198
Não-Operacional	163	314	135	1.239	194	104	91	179	387	1.303
Despesa	2.432	3.438	4.642	8.340	26.367	46.140	92.702	162.435	327.505	610.462
Operacional	2.422	3.423	4.617	8.287	26.355	46.095	92.655	162.368	327.262	610.327
Não-Operacional	10	15	25	53	12	45	47	67	243	135
Correção Monetária	33	41	(104)	(90)	(653)	(935)	1.196	3.941	18.102	19.273
Resultado do Semestre	413	1.002	1.900	2.916	1.803	495	(11.691)	1.436	1.775	23.312
Resultado do Exercício	1.415	1.415	4.816	4.816	2.298	2.298	(10.255)	(10.255)	1.775	25.087

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.38

BANESTADO S/A - Crédito Imobiliário
Execução Financeira - 1980/1984

Discriminação	Em Cr\$ milhões				
	1980	1981	1982	1983	1984
Capital	375	745	1.976	3.587	12.141
Patrimônio Líquido	811	2.119	5.053	13.189	41.632
Depósitos de Poupança	6.685	19.077	44.111	151.282	557.821
Letras Imobiliárias	242	348	699	1.650	6.761
Recursos do BNH	3.835	7.257	15.499	38.436	141.460
Aplicações Imobiliárias	8.900	25.143	58.399	149.912	554.012
Receita	5.252	17.404	42.078	141.472	594.897
Despesa	4.868	15.537	38.404	135.225	576.448
Correção Monetária	(196)	(613)	(1.502)	(5.407)	(18.012)
Resultado	188	1.254	2.172	840	437

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.39

BANESTADO S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos
Execução Financeira - 1980/1984

Discriminação	Em Cr\$ milhões				
	1980	1981	1982	1983	1984
Capital	143	216	650	1.530	4.054
Patrimônio Líquido	282	700	1.596	4.220	13.817
Refinanciamento e Repasses	42	47	298	97	16
Títulos Cambiais (*)	1.647	2.591	5.738	10.384	79.311
Financiamentos (**)	1.777	3.105	7.065	13.172	95.085
Receitas	1.012	2.259	5.243	11.106	50.937
Despesas	843	1.662	4.084	8.575	41.742
Correção Monetária	(76)	(253)	(647)	(2.321)	(8.094)
Resultado	93	344	512	210	1.101

Fonte: BANESTADO

(*) Estão sendo consideradas as despesas com recursos de aceites cambiais a apropriar

(**) Estão sendo consideradas as rendas de financiamentos a apropriar

Quadro 4.2.40

BANESTADO S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos
 Gerências Regionais - Relação dos Financiamentos Realizados - 1980/1984

Discriminação	Em Cr\$ milhões				
	1980	1981	1982	1983	1984
Apucarana	-	-	326	1.050	-
Campo Mourão	153	338	964	1.259	-
Cascavel	189	344	890	2.083	33.239
Cornélio Procópio	108	145	356	1.179	-
Curitiba	450	779	1.857	4.277	15.035
Francisco Beltrão	-	-	741	1.276	-
Jacarezinho	98	179	406	1.104	-
Londrina	183	219	499	1.163	32.929
Maringá	131	276	575	1.619	31.590
Paranavaí	126	191	438	1.517	-
Pato Branco	289	457	343	780	-
Ponta Grossa	215	561	1.933	1.954	10.680
São Paulo	49	59	326	724	3.233
Toledo	161	297	714	1.775	-
Umuarama	101	350	731	2.269	-
Balcão	518	463	1.536	2.067	13.387
Prefeituras	21	128	147	230	146
Poderes Públicos	-	-	-	-	650
Funcionários Públicos	-	-	-	-	6.006
Total	2.792	4.786	12.782	26.326	146.895

Fonte: BANESTADO

BANESTADO LEASING S/A - Arrendamento Mercantil - 1980/1984

Discriminação	Em Cr\$ milhões				
	1980	1981	1982	1983	1984
Serviços	-	-	-	750	766
Indústria	250	738	1.748	159	721
Comércio	142	563	1.446	324	153
Prefeitura	232	733	2.005	18	-
Outros	170	672	2.369	35	96
Total	794	2.706	7.568	1.286	1.736

BANESTADO LEASING S/A - Execução Financeira - 1980/1984

Capital	50	117	264	469	2.681
Patrimônio Líquido	98	250	679	1.356	2.194
Arrendamento a Receber	375	1.482	7.568	14.649	25.532
Receita	145	922	3.153	10.873	24.982
Despesa	108	836	2.832	12.352	28.283
Correção Monetária	4	34	170	216	(489)
Resultado	41	120	491	(1.263)	(4.279)

BANESTADO LEASING S/A - Tipos de Bens Arrendados - 1980/1984

Equipamentos em Geral	263	1.285	6.069	1.068	1.282
Veículos e Afins	276	887	2.699	218	453
Total	539	2.172	8.769	1.286	1.735

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.42

BANESTADO S/A - Corretora de Seguros
Execução Financeira

Discriminação	Em Cr\$ milhões				
	1980	1981	1982	1983	1984
Capital	8	12	32	64	300
Patrimônio Líquido	16	41	105	333	1.643
Receitas Técnicas Líquidas	20	49	112	285	1.027
Receitas Financeiras e Eventuais	6	15	65	222	1.466
Despesas Operacionais	13	29	69	166	505
Correção Monetária	(3)	(12)	(35)	(152)	(652)
Resultado Antes do IR	10	23	73	189	1.336

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.43

BANESTADO S/A - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários
Execução Financeira - 1980/1984

Discriminação	Em Cr\$ milhões				
	1980	1981	1982	1983	1984
Capital	212	333	1.060	6.173	9.876
Patrimônio Líquido	338	951	2.184	9.973	32.075
Títulos e Valores Mobiliários	310	960	2.332	11.382	17.530
Receitas	470	1.405	2.878	12.057	41.997
Despesas	274	435	1.338	7.001	21.162
Correção Monetária	(87)	(286)	(860)	(3.127)	(20.077)
Resultado	109	684	680	1.929	758

Fonte: BANESTADO

BANESTADO S/A - Reflorestadora
 Projetos de Reflorestamentos - 1980/1984

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984
Áreas Reflorestadas no Exercício (ha)	3.500	3.000	3.000	1.389	1.389
Áreas Reflorestadas Acumuladas (ha)	26.822	29.822	32.822	34.211	35.600
Árvores Plantadas no Exercício (milhares)	8.750	7.500	7.500	3.472	3.472
Árvores Plantadas Acumuladas (milhares)	93.405	100.905	108.405	111.877	115.350

Atividades Desenvolvidas - 1980/1984

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984
					Em ha
Reflorestamentos Implantados	3.500	3.000	3.000	1.389	1.389
Área Preservada Permanente	350	300	300	139	139
Agricultura e Pecuária	200	200	200	-	-
Reserva para Reflorestamento 1984	-	-	-	1.116	-
Total	4.050	3.500	3.500	1.596	1.528

Execução Financeira - 1980/1984

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984
					Em Cr\$ milhões
Capital	112	168	411	796	2.043
Patrimônio Líquido	201	394	691	941	4.468
Receita	157	400	750	1.179	3.341
Despesa	140	375	875	2.088	3.767
Correção Monetária	(9)	(13)	(8)	458	2.031
Resultado	8	12	(133)	(451)	1.065

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.45

BANESTADO S/A - Processamento de Dados e Serviços
Execução Financeira - 1980/1984

Discriminação	Em Cr\$ milhões				
	1980	1981	1982	1983	1984
Capital	105	223	535	1.058	2.720
Patrimônio Líquido	187	447	1.313	3.823	12.288
Receita	570	1.485	3.932	10.288	34.280
Despesa	526	1.399	3.517	10.604	36.864
Correção Monetária	12	85	273	948	3.000
Resultado	56	171	688	632	416

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.46

BANESTADO CLUBE S/C - Execução Financeira - 1983/1984

Discriminação	Em Cr\$ milhões		
	1983	1984	Variação %
Donativos Assistenciais	39	294	654
Donativos Educacionais	14	-	(100)
Donativos Culturais	8	9	13
Donativos Esportivos	2	7	250
Total	64	310	384
Fundo Social	100	100	-
Patrimônio Líquido	59	208	253
Receita	263	1.152	338
Despesa	111	494	345
Saldo	152	658	333

Fonte: BANESTADO

Quadro 4.2.47

BANCO DEL PARANÁ S/A - Execução Financeira - 1980/1984

Discriminação	Em Cr\$ milhões				
	1980	1981	1982	1983	1984
Capital	119	273	711	4.714	10.199
Patrimônio Líquido	119	279	755	5.014	9.485
Depósitos	29	945	3.038	25.065	54.193
Empréstimos	115	834	2.814	17.978	39.835
Receita	1	185	591	4.207	11.599
Despesa	2	162	568	4.306	12.564
Resultado	(1)	(23)	22	(99)	(965)

Fonte: BANESTADO

Nota : As taxas utilizadas para a conversão do guarani em cruzeiros foram as seguintes:

1980 - 0,1977

1981 - 0,4279

1982 - 0,9260

1983 - 6,0883

1984 - 13,1740

Quadro 5.1.1

Evolução dos Investimentos

Em Valores Correntes - Cr\$ mil

Discriminação	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Investimentos realizados	313.659	277.087	535.720	741.306	1.584.725	2.630.348
Obras Executadas						
Drenagem (m)	74.445	42.833	36.111	24.852	24.857	22.835
Emissários (m)	20.656	12.533	7.769	2.310	7.070	3.165
Barragens (no.)	14	21	22	9	16	4
Meio-fio e Sarjeta (m)	-	-	159.019	76.126	-	-
Pavimentação (m2)	-	-	-	198.949	-	-
Fornecimento de Tubos (m)	-	-	92.725	53.193	35.353	24.623

Fonte: SEIN/SUCEPAR

Quadro 5.1.2

Produção de Tubos de Concreto - 1984

Núcleo Industrial	Diâmetro das Tubulações (m)					Total
	0,40	0,60	0,80	1,00	1,20	
Arapongas	13.788	9.650	4.980	1.851	-	30.269
Cruzeiro do Oeste	10.279	7.740	5.217	3.395	2.768	29.399
Paranavaí	9.654	4.861	2.850	2.109	2.169	21.643
Total	33.721	22.251	13.047	7.355	4.937	81.311

Fonte: SEIN/SUCEPAR

Execução de Obras - 1984

Em Cr\$ mil

Município	Recurso Estadual	Município	Recurso Estadual
Apucarana	42.000	Japurã	45.000
Araruna	15.000	Jesuítas	15.000 (*)
Assis Chateaubriand	20.000	Loanda	17.000 (*)
Astorga	20.000	Londrina	56.000
Atalaia	15.000	Marilena	20.000
Barbosa Ferraz	20.000	Mariluz	10.380 (*)
Braganey	30.000	Munhoz de Mello	8.000
Cafelândia	10.000	Nova Esperança	47.704 (*)
Cambira	15.000	Ourizona	17.000 (*)
Centenário do Sul	17.000 (*)	Paranavaí	70.000
Cianorte	26.000	Palotina	30.000
Cidade Gaúcha	20.000	Querência do Norte	17.000 (*)
Corbélia	10.000 (*)	Rolândia	35.000 (*)
Cruzeiro do Sul	17.000 (*)	Rondon	15.000
Diamante do Norte	17.000 (*)	Santa Cruz de Monte Castelo	40.000
Doutor Camargo	33.000 (*)	Santa Izabel do Ivaí	44.000
Floraí	15.000	Santa Terezinha do Itaipu	15.000
Francisco Alves	17.000 (*)	Santo Antonio do Caiuã	40.000
Grandes Rios	20.000 (*)	São Pedro do Ivaí	15.000
Ibiporã	20.000 (*)	Tamboara	15.000 (*)
Icaraíma	11.332 (*)	Terra Boa	33.500
Indianópolis	17.000	Terra Rica	45.000
Itambê	10.000 (*)	Ubiratã	15.000
Jaguapitã	17.000 (*)	Umuarama	40.000
Jandaia do Sul	30.000	Wenceslau Braz	30.000

Total

1.219.916

Fonte: SEIN/SUCEPAR

(*) Obras Concluídas

Quadro 5.1.4

Execução de Obras - 1984

Em Cr\$ mil

Município	Recurso Federal	Município	Recurso Federal
Altônia	20.000	Moreira Salles	30.000 (*)
Alto Paraná	30.000 (*)	Nossa Senhora das Graças	20.000 (*)
Cafeara	20.000 (*)	Nova Londrina	30.000 (*)
Cianorte	30.000 (*)	Paranavaí	40.000 (*)
Douradina	25.000 (*)	Santa Cruz de Monte Castelo	20.000 (*)
Flórida	20.000	Santa Fê	20.000 (*)
Guairaçã	50.000	Santa Inês	20.000
Guaporema	20.000	Santa Izabel do Ivaí	20.000 (*)
Icaraíma	35.000 (*)	Santo Antonio do Caiuá	30.000
Iguaraçu	20.000 (*)	São Jorge do Patrocínio	20.000
Inajã	20.000 (*)	Tapira	25.000
Iporã	40.000 (*)	Terra Roxa	30.000
Itaguajê	20.000 (*)	Tuneiras do Oeste	20.000
Jardim Olinda	20.000 (*)	Umuarama	25.000
Lobato	20.000 (*)	Xambê	20.000

Total 760.000

Fonte: SEIN/SUCEPAR

(*) Obras Concluídas

Quadro 5.1.5

Amostras Analisadas nos Laboratórios da SUREHMA - 1984

Discriminação	Laboratório de Curitiba (sede).	Regional de Londrina	Regional de Toledo	Totais
Físico-Química	4.657	1.103	322	6.082
Bacteriológica	9.393	3.323	1.721	14.437
Hidrobiologia	1.700	0	1.067	2.767
Cromatográfica	1.043	0	0	1.043
Absorção Atômica	2.173	0	0	2.173
Análise do Ar	3.416	828	0	4.244
Análise Sedimentométrica	11.225	0	0	11.225
Totais	33.607	5.254	3.110	41.971

Fonte: SEIN/SUREHMA

Quadro 5.1.6

Dados Hidrológicos Coletados pela SUREHMA - 1984

Atividades	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Fluviometria	37.440	37.440	86.870	85.810	98.550	102.200
Pluviometria	546.770	548.960	586.920	584.000	589.110	591.300
Qualidade de Água (amostras)	332	332	332	340	340	1.220
Sedimentometria (amostras)	9.360	18.000	12.240	14.600	11.750	13.250
Evaporimetria	-	-	730	4.380	10.220	10.220

Fonte: SEIN/SUREHMA

Nota : A SUREHMA publica boletins anuais detalhados

Paraná - Execução Financeira - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	Orçamento Final			Despesa Paga (*)
	Total	Diferido	Liberado	
Orçamentária	1.362.508	4.804	1.357.704	1.281.067
Pessoal	698.104	-	698.104	692.380
Outros Custeios	284.716	-	284.716	258.611
Dívida	99.314	-	99.314	95.195
Outras	185.402	-	185.402	163.416
Capital	379.688	4.804	374.884	330.076
Dívida	58.712	-	58.712	58.099
Outras	320.976	4.804	316.172	271.977
Extra-Orçamentária	36.270	-	36.270	33.800
Resíduos Passivos	33.937	-	33.937	31.467
Antecipação de Receita	2.333	-	2.333	2.333
Total	1.398.778	4.804	1.393.974	1.314.867

Fonte: SEFI/CAFE

(*) A Programação Financeira de 1984 liberou Cr\$ 1.322,0 bilhões no ano, dos quais reverteram ao Tesouro do Estado Cr\$ 7,1 bilhões, como devolução de cota de despesas

Quadro 5.3.2

Paraná - Transferências Federais Vinculadas - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	Orçamento		Ingresso Financeiro	Repasso no Exercício	Restos a Pagar
	Inicial	Final			
Fundo de Participação dos Estados - FPE	48.106	48.184	59.024	47.947	11.077
Imposto Único sobre Energia Elétrica - IUEE	11.725	18.000	16.282	16.282	-
Imposto Único sobre Minerais - IUM	1.902	1.902	2.779	1.902	877
Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis - FNDU	814	814	664	651	13
Imposto sobre Serviços de Transporte - ISTR	2.730	2.730	3.520	2.629	891
Combustíveis - FRN	6.503	6.503	5.724	5.356	368
Salário-Educação - SEQE	15.563	16.297	16.544	13.299	3.245
Taxa Rodoviária Única - TRU	3.985	4.349	4.567	3.929	638
Taxa Rodoviária Única - PME	4.042	6.000	5.037	5.299	(262)
Total	95.370	104.779	114.141	97.294	16.874

Fonte: SEFI/CAFE

Quadro 5.3.3

Paraná - Execução Orçamentária da Receita em 1983 e da
Prevista e Realizada - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	1983			1984		
	Receita Exe- cutada (1)	Receita Orça- mentária (2)	2/1 %	Receita Exe- cutada (3)	3/1 %	3/2 %
Receita Tributária	288.209	556.397	93,1	1.006.204	249,1	80,8
ICM	280.300	545.000	94,4	966.881	244,9	77,4
ITBI	5.226	6.993	33,8	17.431	233,5	149,3
Taxas	2.683	4.404	64,1	21.892	715,9	397,1
Receita Patrimonial	7.868	17.067	116,9	43.014	446,7	152,0
Receita Agropecuária	-	21	-	48	-	128,6
Receita Industrial	55	127	130,9	197	258,2	55,1
Receita de Serviços	37	80	116,2	18	(51,4)	(77,5)
Outras Receitas Correntes	7.598	12.339	62,4	30.402	300,1	146,4
Alienação de Bens	4	32	700,0	3	(25,0)	(90,6)
Transferências Federais	51.604	112.613	118,2	135.347	162,3	20,2
Operações de Crédito	71.833	108.286	50,8	163.109	127,1	50,6
Total	427.208	806.962	88,9	1.378.342	222,6	70,8

Fonte: SEFI/DPCR

Quadro 5.3.4

Paraná - Composição da Receita Total - Comportamento Histórico - 1980/1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Anos	Receita Tributária	Participação Relativa %	Operações de Crédito	Participação Relativa %	Transferências Federais	Participação Relativa %	Receita Total	Receita Total Variação %
1980	31.818	73,9	2.205	5,1	5.914	13,7	43.032	100,0
1981	63.357	67,8	7.619	8,2	12.359	13,2	93.376	117,0
1982	119.697	70,2	14.557	8,5	24.681	14,5	170.431	82,5
1983	288.209	67,5	71.833	16,8	51.604	12,1	427.208	150,7
1984	1.006.204	73,0	163.109	11,8	135.346	9,8	1.378.342	122,6

Fonte: SEFI/CAFE

Paraná - Transferências Federais - 1983/1984

Discriminação	Em Valores Correntes - Cr.\$ milhões					
	1983		1984			
	Receita Executada (1)	Receita Orçamentária (2)	2/1 %	Receita Executada (3)	3/1 %	3/2 %
Fundo de Participação dos Estados	23.202	48.106	107,3	59.024	154,4	22,7
Imposto de Renda Retido na Fonte	5.230	7.280	39,2	21.205	305,4	191,3
Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos						
Fundo Rodoviário Nacional Adicional	2.866	6.503	126,9	5.724	99,7	(12,0)
Taxa Rodoviária Única	345	814	135,9	664	92,5	(18,4)
Conservação e Melhorias	2.513	3.985	58,6	4.567	81,7	14,6
Programa de Mobilização Energética	1.951	4.042	107,2	5.037	158,2	24,6
Salário-Educação	7.807	15.563	99,4	16.544	111,9	6,3
Impostos sobre Serviços de Transportes Rodoviários	1.282	2.730	112,9	3.521	174,6	29,0
Imposto Único sobre Energia Elétrica	5.483	11.725	113,8	16.282	196,9	38,9
Imposto Único sobre Minerais	925	1.902	105,6	2.779	200,4	46,1
Outras Transferências da União	-	9.963	-	-	-	-
Total	51.604	112.613	118,2	135.347	162,3	20,2

Fonte: SEFI/CAFE

Quadro 5.3.6

Paraná - Operações de Crédito Internas e Externas - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	Orçamento Inicial 1984	Operações de Crédito Realizadas		Total
		Ingressadas em 1984	A Ingressar 1985	
Interna	12.921	78.938	641	79.579
Vinculada	3.977	7.962	641	8.603
Não-Vinculada	8.944	70.976	-	70.976
Externa	95.365	78.024	33.607	111.631
Vinculada	13.168	43.277	5.834	49.111
Não-Vinculada	82.197	34.747	27.773	62.520
Total	108.286	156.962	34.248	191.210

Fonte: SEFI/CAFE

Brasil - Arrecadação do ICM (*)

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Regiões/Estados	ICM		1984/1983 %
	1983	1984	
Norte	107.980	339.557	214,5
Acre	2.774	7.406	167,0
Amazonas	44.679	141.868	217,5
Pará	44.202	135.533	206,6
Rondônia	12.648	43.043	240,3
Amapá	2.006	6.393	218,7
Roraima	1.672	5.314	217,8
Nordeste	728.001	2.087.565	186,7
Maranhão	27.173	82.454	203,4
Piauí	18.955	60.122	217,2
Ceará	78.785	232.524	195,1
Rio Grande do Norte	28.864	75.618	162,0
Paraíba	42.576	108.419	154,6
Pernambuco	165.009	453.740	175,0
Alagoas	59.210	144.588	144,2
Sergipe	23.422	63.477	171,0
Bahia	284.006	866.622	205,1
Sudeste	3.284.054	9.239.086	181,3
Minas Gerais	465.858	1.414.336	203,6
Espírito Santo	88.649	271.706	206,5
Rio de Janeiro	559.865	1.661.484	196,8
São Paulo	2.169.682	5.891.560	171,5
Sul	1.033.271	2.960.883	186,6
Paraná	349.062	1.054.563	202,1
Santa Catarina	180.211	522.679	190,0
Rio Grande do Sul	503.998	1.383.640	174,5
Centro Oeste	336.795	1.078.909	220,3
Mato Grosso	47.192	175.789	272,5
Mato Grosso do Sul	76.609	249.738	226,0
Goiás	144.367	459.595	218,3
Distrito Federal	68.627	193.787	182,4
Brasil	5.490.101	15.706.000	186,1

Fonte: Ministério da Fazenda - Coordenadoria de Assuntos Econômicos

Nota : Os valores expressam 100% da arrecadação, incluindo, pois, a participação dos municípios

(*) Dados preliminares.

Quadro 5.3.8

Paraná - Arrecadação do ICM por Setores

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

	1983 (*)		Participação Re- lativa %	1984 (*)		Participação Re- lativa %	Evolução 1984/1983 %
	Previsão	Execução		Previsão	Execução		
Produtos	80.670	99.069	35,3	340.141	342.799	35,4	246,0
Indústria	73.831	79.108	28,1	285.067	297.722	30,7	276,8
Comércio	91.817	102.702	36,6	319.628	328.607	33,9	220,0
Total	246.318	280.879	-	944.836	969.128	-	245,0

Fonte: SEFI/A.E.

Nota : A arrecadação inclui os acessórios do imposto e a dívida ativa.

(*) Os valores expressam somente 80% da arrecadação, excluindo a participação dos municípios

Paraná - Detalhamento da Arrecadação do ICM sobre Produtos Primários - 1983/1984

Produtos	1983			1984			Evolução 1984/1983			Arrecadação do ICM 1984 Participação Rel. %
	Arrecadação do ICM Cr\$ milhões	Quantidade comercializadas	Preços Médios praticados p/ Unidade	Arrecadação do ICM Cr\$ milhões	Quantidade comercializadas	Preços Médios praticados p/ Unidade	Do ICM %	Das Quantidades %	Do Preço Médio %	
Algodão (t)	15.876	209,2	846.573	42.503	181,8	2.433.363	167,7	(13,1)	187,4	12,4
Arroz (sc)	1.741	1.595,3	10.423	3.012	960,1	25.111	73,0	(39,8)	140,9	0,9
Café (sc)	22.248	5.395,7	46.028	76.642	4.777,6	154.499	244,5	(11,5)	235,7	22,4
Feijão (t)	2.965	128,3	236.200	10.867	169,3	599.272	266,5	31,9	153,7	3,2
Milho (t)	4.046	710,6	63.799	17.997	1.216,0	193.536	344,8	71,1	203,4	5,2
Soja em Grão (t)	7.011	656,4	107.735	40.283	918,4	433.870	474,6	39,9	302,7	11,8
Farelo de Soja (t)	21.149	1.960,6	118.295	59.533	2.555,9	313.460	181,5	30,4	165,0	17,4
Óleo de Soja (t)	2.455	91,1	321.341	10.680	148,0	903.615	335,0	62,5	181,2	3,1
Trigo (t)	8.391	940,0	85.001	23.448	827,0	244.321	179,4	(12,0)	187,4	6,8
Bovinos - Arroba	3.680	3.195,2	10.605	18.922	4.803,5	32.352	414,2	50,3	205,1	5,5
Suínos - Arroba	4.535	7.642,2	7.214	18.179	7.359,6	25.109	300,9	(3,6)	248,0	5,3
Outros	4.972	-	-	20.733	-	-	317,0	-	-	6,0
Total	99.069	-	-	342.799	-	-	246,0	-	-	100,0

Fonte: SEFI/AE

Nota : Os valores expressam 80%, parcela estadual

Quadro 5.3.10

Arrecadação Setorial do ICM
Comportamento Histórico - 1980/1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Anos	Comércio	Participação Relativa %	Indústria	Participação Relativa %	Produtos Primários	Participação Relativa %	ICM	
							Total	Total Variação %
1980	9.534	31,1	10.249	33,5	10.809	35,3	30.627	100,0
1981	19.809	32,0	17.879	28,9	24.077	38,9	61.873	102,0
1982	43.236	37,3	38.398	33,2	34.004	29,3	115.784	87,1
1983	98.965	35,3	80.921	28,9	99.069	35,3	280.300	142,1
1984	318.871	33,0	293.145	30,3	342.797	35,4	966.881	244,9

Fonte: SEFI/CAFE

Notas: - O ICM incidente sobre a importação não está incluso nos totais e representa:

- Cr\$ 35 milhões em 1980; Cr\$ 109 milhões em 81; Cr\$ 146 milhões em 82; Cr\$ 294 milhões em 83 e Cr\$ 5.149 milhões em 1984
- representa 80% da arrecadação

Quadro 5.3.11

Paraná - Execução Orçamentária da Despesa

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	Realizada em	Prevista em	2/1	Realizada em	3/2	3/1
	1983 (1)	1984 (2)	%	1984 (3)	%	%
Pessoal	227.396	432.416	90	692.579	60	205
Outros Custeios	80.800	169.294	110	277.041	64	243
Dívida	25.110	63.804	154	95.195	49	279
Outras	55.690	105.490	89	181.846	72	227
Capital	116.301	190.357	64	371.714	95	220
Dívida	13.125	37.616	187	58.099	54	343
Outras	103.176	152.741	48	313.615	105	204
Reserva de Contingência	-	14.895	-	-	-	-
Total	424.497	806.962	90	1.341.334	66	216

Fonte: SEFI/CAFE

Paraná - Execução Orçamentária por Órgãos - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Área/Órgãos	Prevista (1)	Pessoal	Realizada		Total (2)	2/1 %
			Outros Custeios	Capital		
Institucional	302.998	222.893	165.742	138.059	526.694	74
ALE	12.500	15.314	4.824	4.169	24.307	94
TC	5.906	8.008	543	361	8.912	51
TJ	38.428	34.141	3.789	18.202	56.132	46
TA	1.398	2.029	363	98	2.490	78
GOV	6.700	1.921	11.266	6.934	20.121	200
SEAC	400	13	1.304	26	1.343	236
SEPL	9.542	2.636	5.003	4.904	12.543	31
SEFI	27.338	23.329	7.149	15.445	45.923	68
SEAD	9.452	2.920	14.911	8.536	26.367	179
AGE/SEPL	11.334	-	1.989	21.191	23.180	105
AGE/SEFI	180.000	132.582	114.601	58.193	305.376	70
Social	334.594	428.111	59.398	47.239	534.748	60
PGJU	5.435	8.826	132	17	8.975	65
SECE	5.700	3.227	3.474	1.490	8.191	44
SEED	220.672	289.760	27.233	24.158	341.151	55
SESB	34.430	36.202	13.726	9.549	59.477	73
SESP	60.097	82.819	12.397	9.908	105.124	75
SEJU	8.260	7.277	2.436	2.117	11.830	43
Econômica	154.475	41.575	51.901	186.416	279.892	81
SEAG	34.264	12.925	24.808	6.258	43.991	28
SEIN	36.830	3.460	3.921	45.209	52.590	43
SETR	78.000	24.497	18.546	131.218	174.261	123
SEIC	5.381	693	4.626	3.731	9.050	68
Reserva de Contingência	14.895	-	-	-	-	-
Total	806.962	692.579	277.041	371.714	1.341.334	66

Fonte: SEFI/CAFE

Quadro 5.3.13

Paraná - Operações de Crédito Realizadas, Contratadas
e Ingresso Financeiro - 1984

Em Valores Correntes - Cr\$ milhões

Discriminação	Operações de Crédito Realizadas no Exercício	Contratadas		Ingresso Financeiro	
		Exercício 1984	Exercícios Anteriores	1984	1985
Dívida Interna	79.579	79.579	-	78.938	641
BNH/SANEPAR	7.894	7.894	-	7.253	641
CEF/FAS/SESP	579	579	-	579	-
EBTU/COMEC	130	130	-	130	-
AVISO 9 MF - B.B.	61.476	61.476	-	61.476	-
BANESTADO	9.500	9.500	-	9.500	-
Dívida Externa	83.530	35.304	76.327	78.024	33.607
BID/PRORURAL	18.044	-	18.044	18.044	-
BID II/DER (Rodovias)	24.117 (*)	-	25.002	25.002	-
BIRD/PrAM	6.065	-	6.065	231	5.834
4131 - Rolagem	35.304 (**)	35.304	27.216	34.747	27.773
Total	163.109	114.883	76.327	156.962	34.248

Fonte: SEFI/CAFE

(*) Exclusive Cr\$ 885 milhões - BID/DER, contabilizados em 1983

(**) Exclusive Cr\$ 27.216 milhões, contabilizados em 1983

Paraná - Saldo Devedor da Dívida Pública - Tesouro Geral do Estado - 1983/1984

Discriminação	Saldo Devedor em 31/12/83		Saldo Devedor em 31/12/84		Evolução do Saldo da Dívida Moeda Original %	Equivalente Em Cr\$ %
	Moeda Original Em mil	Equivalente Em Cr\$ milhões	Moeda Original Em mil	Equivalente Em Cr\$ milhões		
Dívida Interna						
Cr\$	-	315	-	10.800	-	3.329
ORTN	367	2.572	158	3.508	(57)	36
UPC	7.707	45.454	7.508	134.144	(3)	195
US\$	33.681	33.142	51.439	163.782	53	394
Soma em Cr\$ milhões	-	81.483	-	312.234	-	283
Dívida Externa						
US\$	271.168	266.830	271.427	864.224	0,1	224
DM	46.687	17.005	73.401	74.715	57	339
Sw Fr	24.183	11.008	30.891	38.163	28	247
YEN	18.017,446	77.073	18.027,416	230.102	0,1	198
FL	11.494	3.720	12.435	11.215	8	201
E	1.445	2.079	1.556	5.788	8	178
Soma em Cr\$ milhões	-	377.715	-	1.224.207	-	224
Total da Dívida TGE	-	459.198	-	1.536.441	-	235

Fonte: SEFI/CAFE

Nota: Cotação:

US\$	3.184	YEN	12.764	ORTN	22.110,46
DM	1.017,90	FL	901,88	UPC	17.867,42
Sw Fr	1.235,40	E	3.718,9C		

Paraná - Saldo Devedor da Dívida Pública - Administração Indireta - 1983/1984

Discriminação	Saldo Devedor em 31/12/83		Saldo Devedor em 31/12/84		Evolução do Saldo da Dívida	
	Moeda Original Em mil	Equivalente Em Cr\$ milhões	Moeda Original Em mil	Equivalente Em Cr\$ milhões	Moeda Original %	Equivalente Em Cr\$ %
Dívida Interna						
SM	4.895	279	3.671	611	(25)	119
Cr\$	1.380.591	1.380	5.561.207	5.561	303	303
ORTM	19.446	136.375	17.652	390.250	(9)	186
UPC	27.869	164.357	28.990	517.964	4	215
US\$	64.286	63.257	43.392	138.160	(33)	118
Soma em Cr\$ milhões	-	365.648	-	1.052.546	-	188
Dívida Externa						
US\$	200.266	197.062	216.425	689.097	8	250
Outras Moedas (*)	89.757	88.321	83.693	266.478	(7)	202
Soma em Cr\$ milhões	-	285.383	-	955.575	-	235
Total	-	651.031	-	2.008.121	-	208

Fonte: SEFI/CAFE

Nota : Cotações:

	1983	1984
UPC	5.897,49	17.867,00
ORTM	7.012,99	22.110,46
US\$	984,00	3.184,00

(*) Equivalentes em US\$

Quadro 5.3.16

Paraná - Situação dos Recursos Humanos do Poder Executivo - 1982/1984

Discriminação	1982	1983	1984
Administração Direta e Autárquica			
Ativos	90.514	83.577	84.023
Inativos	20.688	25.718	29.010
Total	111.202	109.295	113.039

Fonte: SEAD/DRH

Quadro 5.3.17

Paraná - Frota de Veículos Oficiais - 1980/1984

Administração	1980	1981	1982	1983	1984
Direta	1.943	2.216	2.358	2.271	2.417
Indireta	3.995	4.278	5.265	5.036	5.432
Total	5.938	6.494	7.623	7.307	7.849

Fonte: SEAD/DETO

Quadro 5.3.18

Consumo de Combustíveis - 1980/1984

Em 1 mil

Ano	Administração	Gasolina	Alcool	Diesel
1980	Direta	3.676	366	413
	Indireta	8.424	1.078	9.896
	Total	12.100	1.444	10.309
1981	Direta	3.266	1.360	426
	Indireta	6.823	3.679	9.212
	Total	10.089	5.039	9.638
1982	Direta	2.883	2.018	520
	Indireta	6.484	6.006	12.947
	Total	9.367	8.024	13.467
1983	Direta	2.513	2.398	567
	Indireta	5.033	7.146	13.368
	Total	7.546	9.544	13.935
1984	Direta	2.638	3.164	570
	Indireta	4.845	7.907	14.677
	Total	7.483	11.071	15.247

Fonte: SEAD/DETO

Quadro 5.3.19

Plano de Reparos - Obras Realizadas - 1980/1984

Área	1980	1981	1982	1983	1984
Educação	148	1.642	890	237	485
Segurança	67	54	20	128	66
Finanças	63	20	2	7	1
Saúde	49	30	9	3	1
Outras	62	62	49	33	41
Total	389	1.088	970	292	594
Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984
Recursos Aplicados em Cr\$ mil	138.569	350.520	332.750	419.495	1.519.649
Municípios Atendidos	142	283	232	102	166

Fonte: SEAD/CCR

Execução de Obras e Serviços de Engenharia - 1981/1984

Em Valores Correntes - Cr\$ mil

Discriminação	1981		1982		1983		1984	
	Quantidade	Investimento	Quantidade	Investimento	Quantidade	Investimento	Quantidade	Investimento
Construções	222	2.045.485	101	1.690.000	29	1.502.484	73	55.515.452
Rep. Melhorias e convênios								
Prefeituras	282	250.016	500	477.289	337	589.668	1.066	7.751.183
FISC/FUNDEPAR SEQF SEQE								
FAS/PRORURAL	298	1.219.583	366	1.188.212	311	3.016.285	602	18.686.885
Projeto/FAS	111	55.364	-	-	-	-	-	-
SEDM/Transferências	1.287	1.835.434	977	4.690.217	-	-	-	-
Programa EBTU/BIRD/PROPAP	-	-	18	1.500.000	-	-	-	-
Projetos	68	40.985	72	36.570	24	22.033	160	484.065
EMOPAR/Construções	-	17.458	-	7.389	-	-	-	-
Serviços Técnicos Especiais	-	-	-	-	8	21.866	17	105.332
Reconstrução e Ampliação de								
Prédios Públicos	-	-	-	-	-	-	4	196.690
Total	2.268	5.464.325	2.034	9.579.677	705	5.150.336	1.738	82.739.607

Fonte: SEAD/EMOPAR